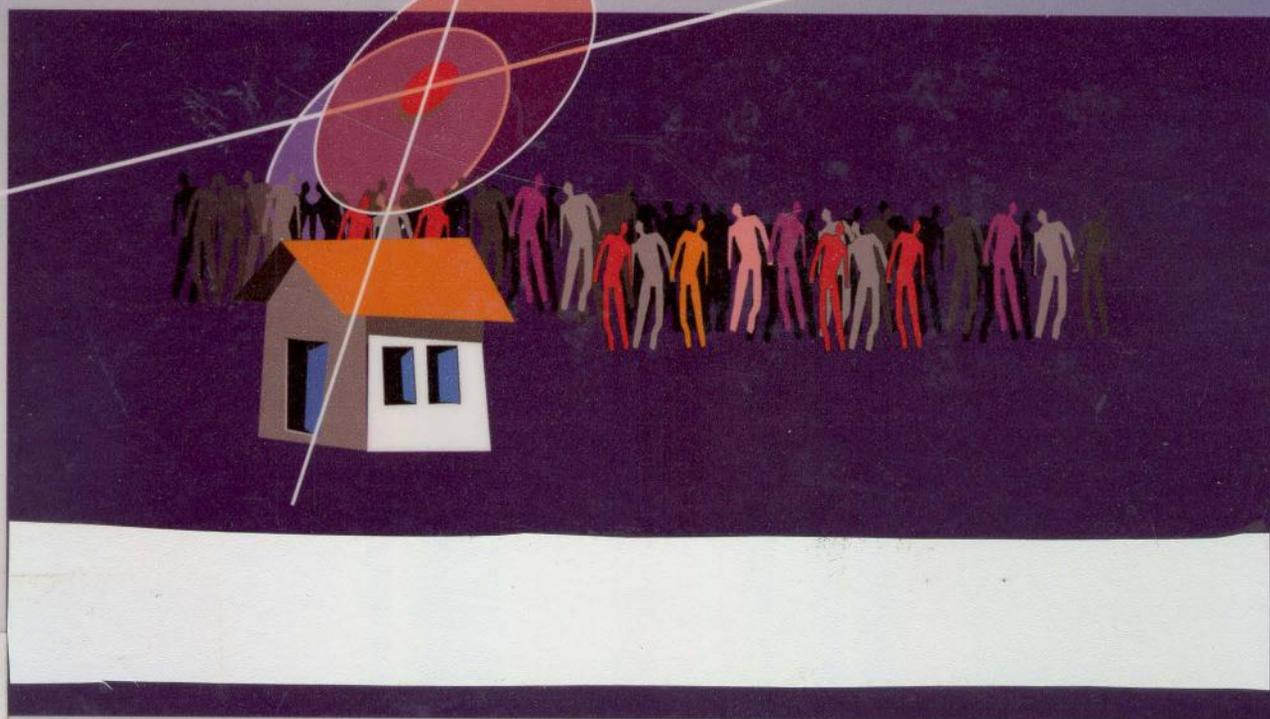


Paulo Sérgio Bastos Andrade

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL,
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA,
APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS
E INTERVENÇÕES NO USO

Estudo de casos: Residencial Jaçanã
e Residencial Xavante II
em Belém, PA.



FAU/ UFRJ
2.007

Paulo Sérgio Bastos Andrade

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA
MORADIA, APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS E INTERVENÇÕES NO USO.**

*Estudo de casos: Residencial Jaçanã e Residencial Xavante II
em Belém, PA*

Rio de Janeiro
2007

Paulo Sérgio Bastos Andrade



**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA
MORADIA, APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS E INTERVENÇÕES NO USO.**

*Estudo de casos: Residencial Jaçanã e Residencial Xavante II
em Belém, PA*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Arquitetura, Área de concentração em Racionalização do Projeto e da Construção.

Orientador:
Prof. Mauro César de Oliveira Santos, D.Sc.

Rio de Janeiro
2007



A553h Andrade, Paulo Sérgio Bastos

Habitação de interesse social, representação social da moradia, apropriações de espaços e intervenções no uso: Estudo de casos: Residencial Jaçanã e Residencial Xavante II em Belém, PA. / Paulo Sérgio Bastos Andrade.- 2007.

118 f. : il.

Orientador: Mauro César de Oliveira Santos, D. Sc.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

Bibliografia: s. 100-123.

1.HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – Aspectos Sociais. 2. MORADIA – Representação Social. 3. MORADIA – Uso. 4. RESIDENCIAL JAÇANÃ - Belém (PA) 5. RESIDENCIAL XAVANTE II - Belém (PA). I. Santos, Mauro César de Oliveira, *orient.*

Paulo Sérgio Bastos Andrade

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADI,
APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS E INTERVENÇÕES NO USO**

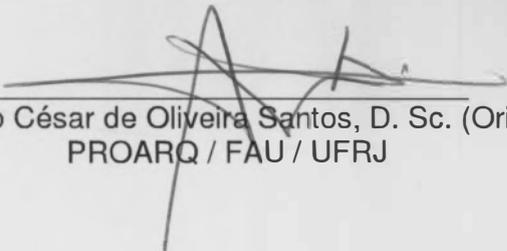
*Estudo de casos: Residencial Jaçanã e Residencial Xavante II
em Belém, PA.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Arquitetura, Área de concentração em Racionalização do Projeto e da Construção.

BANCA EXAMINADORA:

JULGADO EM: 15/3/2007

CONCEITO:



. Prof. Mauro César de Oliveira Santos, D. Sc. (Orientador)
PROARQ / FAU / UFRJ

Prof. Ivani Bbursztyn, D. Sc.
PROARQ / NESC / UFRJ

Prof. Marco Aurélio Arbage lobo, D. Sc.
UNAMA

Rio de Janeiro
2007

DEDICATÓRIA

À minha mulher, companheira, colega e cúmplice,
pela generosidade e paciência sem limites.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela condescendência, a quem tudo devo.

Aos meus filhos, Alberto Neto e Michelle, porque me deram o sentido desta vida.

Aos meus finados pais, Alberto e Ofélia, felizes, onde estiverem.

À professora Helena Tourinho, da UNAMA, paciente consultora nos primeiros passos.

Ao professor Marco Aurélio, da UNAMA, consultor, conselheiro e amigo, por sorte.

Ao amigo especial, arquiteto José Maria Bassalo, meu arquivo ambulante, consultor e facilitador sem hora marcada.

Aos amigos que diretamente possibilitaram a realidade deste trabalho: Massa Goto, Samantha Nahon e Emerson Bruno, arquitetos; e Maurila Mello e Silva, biblioteconomista.

Aos professores Ivani Bursztyn e Luiz Tura, da UFRJ, pela consultoria e colaboração inestimáveis.

Aos amigos do PROARQ / UFRJ, Renata Couto, Carol Martins, Gustavo Guimarães e Maria da Guia, pelo apoio sempre presente no Rio de Janeiro.

Aos estagiários da Escola Técnica Estadual de Belém, PA.

Aos moradores dos conjuntos Jaçanã e Xavante II.

E finalmente, ao meu orientador e estimulador sem perdão, professor Mauro Santos, caboclo paraense honorário, sem o qual não teria chegado até aqui.

RESUMO

ANDRADE, Paulo Sérgio Bastos. **Habitação de interesse social, representação social da moradia, apropriações de espaços e intervenções no uso**: estudo de casos: Residencial Jaçanã e Residencial Xavante II em Belém, PA. 2007. f. Dissertação de (Mestrado em Ciências da Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Orientador: Mauro César de Oliveira Santos, D. Sc.

Em conjuntos recentes de habitação de interesse social foi constatado que moradores se vêm apropriando de espaços coletivos e fazendo intervenções que alteram a sua integridade funcional e aparência. Este fato contradiz a racionalidade dos projetos, deduzindo-se que há necessidades subjetivas que não têm sido consideradas a priori. Para descobrir razões dessa atitude, foi utilizado o ferramental científico da teoria das representações sociais, de Moscovici, oriunda da psicossociologia. Esta teoria suporta acesso ao inconsciente coletivo do grupo social para revelar essas necessidades obscuras e pôr à luz o sentido da moradia na visão consensual dos moradores, além de possibilitar uma massa empírica ordenada que aponta para pontos antes não percebidos. O sentido da moradia encontrado resumiu-se na categoria léxica *segurança*, com aceção de satisfação pela conquista de bem material precioso – a casa própria. Foi estudada a relação entre arquitetura e moradores, com destaque para o uso dialético da moradia e foram realizadas pesquisas no Residencial Jaçanã e no Residencial Xavante II, construídos em Belém-PA nos anos de 1998 e 2000, sobre os quais se colheu as opiniões dos moradores. O sentido da moradia posto à luz mostrou-se como responsável pelo problema, estimulando as qpropriações dos espaços e intervenções referidas, além de que os procedimentos e pressupostos da teoria ainda proporcionaram, adicionalmente, descobertas de conexões empíricas importantes, que serviram para suporte de indicativos para conclusões e recomendações para novos projetos, tais como: indispensabilidade de quintal para todas as unidades; flexibilidade projetual, dando como opção o modelo *loft* nas cozinhas; espaço para personalização ao gosto do usuário; previsão de espaço coletivo de lazer; eliminação radical de áreas sem função; prever mais de uma vaga de estacionamento e a necessidade de projetos complementares para padronização de garagens cobertas a serem construídas pelos moradores depois da ocupação.

Palavras-chave: habitação de interesse social; representação social da moradia; uso; e sentido da moradia.

ABSTRACT

ANDRADE, Paulo Sérgio Bastos. **Housing of social interest, social representation of residence, appropriation of spaces and intervention on use.** Case Study Jaçanã Residential and Xavante II Residential in Belém, PA. 2007. Dissertation (Master in Architecture Sciences) -- Faculty of Architecture and Urbanism, of Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Advisor: Mauro César de Oliveira Santos, D. Sc.

On housing of social, was proved that residents are occupying collective spaces and doing some interventions that change the integrity of appearance and functionality of recent housing estate. These facts contradict the project rationality, concluding that there are subjective necessities that cannot consider these elements a priori. To find out the reasons for these attitudes, the scientific key of social representations, of Moscovici, from psicosociology was used. This theory is supported by the access to the collective unconscious of social group to reveal these unknowing necessities and to clear the consensual vision of the residence, besides making possible the ordinate empiric mass that shows points not observed before. The meaning of residence that was found is summarized in lexical class of *security*, with sense of effort of precious good material – the own house. The relation between architecture and residents was studied, with distinction for the dialectic use of housing and researches were done on Jaçanã Residential and Xavante II Residential, built in Belém, PA within the period of 1998 and 2000, when the residents had their opinions reported. Whatever the sense of residence showed itself response of the problem, stimulating the appropriation of spaces and its intervention, besides the procedures and the theory estimated caused the discovered of important empiric connections, that serve to support the indicative for conclusions and recommendations for new projects, as: backyard for all units; projectual flexibility, applying as option the *loft* model in the kitchens; space for personnel user kind; plan collective space for recreation; eliminate areas without function; prevision for more than one parking space and the necessity of complementary projects for covered garage pattern to be constructed by residents further.

KEY WORDS: housing of social interest; social representation; the use of housing.

///

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	13
1 INTRODUÇÃO	14
2 QUESTÕES DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20
2.1 MORADIA, USO E COMPLEXIDADE	20
2.2 CONCEITO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	29
2.3 POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	31
3 METODOLOGIA	37
3.1 UMA VISÃO DE MUNDO	37
3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	42
3.2.1 Conceito de representação social	42
3.2.2 Sobre a elaboração das representações sociais	46
3.2.3 A estrutura das representações sociais	47
3.3 A PESQUISA DE CAMPO.....	49
3.3.1 Preparação da pesquisa	50
3.3.1.1 Planificação	50
3.3.1.2 Conteúdo dos questionários	51
3.3.1.3 Trabalho de Campo	52
4 ESTUDO DOS CASOS: XAVANTES II E JAÇANÃ	53
4.1 ORIGEM DOS SÍTIOS E SITUAÇÃO.....	53
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O RESIDENCIAL XAVANTE II.....	60
4.2.1 Configuração urbanística do Xavante II	60
4.2.2 Xavante II: Tipologia habitacional	62
4.3 INFORMAÇÕES SOBRE O RESIDENCIAL JAÇANÃ	65
4.3.1 Configuração urbanística do Jaçanã	65

4.3.2 Jaçanã: tipologia habitacional	69
4.4 APROPRIAÇÕES DE ESPAÇO E INTERVENÇÕES NO USO	71
4.4.1 Residencial Jaçanã	71
4.5 APROPRIAÇÕES DE ESPAÇO E INTERVENÇÕES NO USO	77
4.5.1 Residencial Xavante II	77
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	84
5.1 APRESENTAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	84
5.1.1 Os elementos indicativos das representações sociais	84
5.1.2 Análise dos diagramas	91
5.1.3 Segurança, um elemento ambíguo?	91
5.1.4 Os testes de confirmação da centralidade	93
5.2 OS NÚMEROS DA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: OPINIÃO E PERFIL DOS MORADORES ACERCA DE SUAS MORÁDIAS	95
5.2.1 Opinião dos moradores	95
5.2.2 Localização originária das famílias pesquisadas	104
5.2.3 O perfil sócio-econômico dos moradores	106
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	109
6.1 OBSERVAÇÕES DO PESQUISADOR	109
6.2 RECOMENDAÇÕES E JUSTIFICATIVAS GERAIS	111
6.3 RECOMENDAÇÕES E JUSTIFICATIVAS ESPECÍFICAS	113
6.4 RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES	116
REFERÊNCIAS	118
ANEXO 1	127
ANEXO 2	129
ANEXO 3	131
ANEXO 4	133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CODEM	Companhia do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém
COHAAB/ PA	Companhia de Habitação do Pará
COHAB	Companhia de Habitação
CP	Casa Popular
ED	Editores
FAT	Fundo de Amparo aos Trabalhadores
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FNHIS	Fundo Nacional da habitação de Interesse Social
FJP	Fundação João Pinheiro
HABITAT I	Seminário/ promoção/ IAB, Petrópolis, 1963
HABITAT II	Conferência Brasileira para a HABITAT II – Assentamentos mais humanos, Rio de Janeiro, 1996
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração municipal
IDESP	Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LABHAB	Laboratório de Habitação do PROARQ/ UFRJ
ORG	Organizadores
PROARQ	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da FAU/ UFRJ
RMB	Região Metropolitana de Belém
RSM	Representações Sociais da Moradia
SEDURB	Secretaria Executiva de Estado do Desenvolvimento Urbano
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SM	Salário Mínimo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAMA	Universidade da Amazônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Afonso Reidy. Conjunto de Pedregulhos, anos de 1950.....	22
Figura 4.1 - Morfologia urbana de Belém	54
Figura 4.2 - RMB – Eixos de expansão urbana e cinturão institucional .	55
Figura 4.3 - Belém - Baixadas, 2005	56
Figura 4.4 Belém - Baixadas, 2005	56
Figura 4.5 - Belém e RMB – Primeira Léngua Patrimonial	57
Figura 4.6 - RMB – Conjuntos habitacionais .	58
Figura 4.7 - Outra visão de Belém e região metropolitana.	60
Figura 4.8 - Localização/ situação do Xavante II	61
Figura 4.9 - Xavante II. Esquema de combinação do módulo de 4 unidades .	62
Figura 4.10 - Xavante II. Quintais com muros separadores (Foto tirada logo após a ocupação) .	63
Figura 4.11 - Xavante II. Vista geral externa, com destaque para a garagem coberta com portão e jardim frontal	64
Figura 4.12 - Xavante II. Planta baixa, pavimento térreo - unidade de 2 quartos...	65
Figura 4.13 - Xavante II. Planta baixa, pavimento superior - unidade de 3 quartos .	65
Figura 4.14 - Localização / situação do Residencial Jaçanã	66
Figura 4.15 - Jaçanã, implantação geral.	67
Figura 4.16 - Jaçanã. Vista da rua ..	68
Figura 4.17 - Jaçanã. Vista interna	68
Figura 4.18 - Jaçanã, arranjos entre unidades 1 quarto x 1 quarto e 3 quartos x 2 quartos	69
Figura 4.19 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta baixa unidade de 1 quarto	70
Figura 4.20 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta, baixa, unidade de 2 quartos	70
Figura 4.21 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta baixa, unidade de 3 quartos	71
Figura 4.22 - Jaçanã. Vista interna do patamar da escada	71
Figura 4.23 - Jaçanã: parede pichada com alegorias da Copa de 2006 .	72

Figura 4.24 - Jaçanã: grades nas janelas .	73
Figura 4.25 - Construção de coberturas para veículos com invasão de calçadas, em frente a bloco interno	73
Figura 4.26 - Construção de coberturas em frente ao bloco virado para a rua.	74
Figura 4.27 - Jaçanã. Vista do bloco 2 com proteção de toldos e arbustos	74
Figura 4.28 - Jaçanã. Vista dos fundos de duas unidades	75
Figura 4.29 - Jaçanã. Ampliação no quintal de baixo com apropriação da unidade de cima	76
Figura 4.30 - Jaçanã. Planta de 1 quarto, pavimento térreo e superior. Exemplo de ampliação da unidade com ocupação de parte do quintal da unidade térrea	76
Figura 4.31 - Jaçanã. Intervenção. Unidade compadrão da cozinha alterado para o modelo (<i>loft</i>)	77
Figura 4.32 - Xavante II. Áreas cobertas apropriadas e garagens no jardim	78
Figura 4.33 - Xavante II. Duas vistas do jardim e inadequabilidade como espaço de lazer.	79
Figura 4.34 - Xavante II. Vistas de apropriação do espaço coberto	79
Figura 4.35 - Xavante II. Duas vistas diferentes de apropriação dos espaços coletivos	80
Figura 4.36 - Xavante II. Interferências: cimentado da garagem e implantação de varandas	80
Figura 4.37 - Xavante II. Vistas da fachada do: grades nas janelas	81
Figura 4.38 - Xavante II. Vista de ampliação sobre um dos quintais	81
Figura 4.39 - Xavante II. Vista de avesso lateral com portão para o quintal	82
Figura 4.40 - Xavante II. Vista dos quintais com a interferência de um reservatório elevado em uma das unidades	83
Figura 5.1 - Simulação da construção do diagrama de evocações	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – nível decisório	34
Quadro 2.2 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – nível executivo	35
Quadro 5.1 - Evocações e categorizações por conjunto pesquisado, 2005	85
Quadro 5.2 - Cálculo da Ordem Média de Evocação – OME de uma categoria genérica X	87
Quadro 5.3 - Xavante II e Jaçanã. Categorias, freqüências e OME, 2005	87
Quadro 5.4 - Diagramas da provável estrutura das representações sociais	90
Quadro 5.5 - Xavante II. Distribuição dos moradores, por zona / bairro da moradia anterior	105
Quadro 5.6 - Jaçanã. Distribuição dos moradores, em quantidade, por zona de moradia anterior.	106

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o governo brasileiro na chamada Nova República, apresentou seu modelo para o setor habitacional que foi batizado de habitação de interesse social, uma fórmula que significou a retomada de conceitos aprovados no passado antes do golpe militar de 1964, no encontro denominado Habitat I, produzido sob a liderança do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, realizado em Petrópolis, no ano de 1963. O foco do debate estava na inseparabilidade entre a habitação e o processo de desenvolvimento urbano. Esse conceito, que na verdade já fora anunciado há muito tempo, estava adormecido e tal encontro visava reavivá-lo, daí a importância de se fazer uma clarificação do que propõe a atual política de habitação de interesse social em contraposição aos valores das políticas anteriores, incluindo a de maior repercussão que foi aquela dos tempos do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Agora, no lugar de conjuntos gigantescos período BNH, a preferência é por empreendimentos menores. Esta opção está ligada à tradição que criticava a visão reducionista e setorial que separava a habitação das funções urbanas, tratando-as como se fossem coisas distintas. A visão contemporânea oficial, que se pretende holística, entende que a habitação de interesse social deve ser cuidada como um aspecto do desenvolvimento urbano, ou seja, um subsetor da questão urbana, daí a necessidade de aproximar e buscar compatibilizar a moradia com a cidade. Decorre disto, naturalmente, a necessidade de construir novos conjuntos que sejam integrados à cidade e, para tal, agora são procurados vazios urbanos ainda disponíveis em interstícios da malha urbana, para que os novos moradores possam sentir-se integrados à cidade e aproveitando-se das vantagens e serviços que a urbe oferece. Para que isto seja possível, porém, foi preciso abandonar a idéia dos grandes conjuntos, posto que na cidade, a terra é muito mais cara e só se encontram terrenos relativamente pequenos, cujo preço possibilitem viabilizar os empreendimentos. E também, atualmente se deseja experiências que dêem continuidade natural ao contexto urbano existente.

Todavia, mesmo assim, têm-se constatado, em inúmeros conjuntos recentes, que moradores se apropriam de espaços coletivos e fazem interferências físicas aleatoriamente, colocando em cheque a suposta nova razão com que foram

elaborados os projetos. Vale salientar, que a pesquisa se prendeu à habitação de interesse social que hoje, conforme o nome sugere, se diferencia da antiga visão do setor que levava em conta a chamada habitação popular, tendo em mente, que não se trata apenas de mudança de nome, mas de enfoque.

Na busca de compreender melhor esse fenômeno, muitas avaliações que usam métodos convencionais, medindo resultados em aspectos técnico-construtivos, funcionais, e até comportamentais, foram exaustivamente realizadas e, no que pese se tratar de procedimentos úteis e importantes, há vezes em que não foram suficientes para explicar e muito menos para recomendar a superação dessas, visto que podem estar encobertas por necessidades subjetivas nas sombras do inconsciente dos moradores, sendo inacessíveis por meios convencionais.

Em vista disso, pesquisas têm sido conduzidas pelo Laboratório de Habitação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABHAB/ UFRJ), com diversos mecanismos exploratórios, usando métodos e técnicas com objetivos de obter informações sobre aspectos objetivos, mas também subjetivos que possam estar conformando o comportamento ou determinando a relação do morador com sua morada.

Santos (2004) refere-se à necessidade de avançar nessa área, e um dos caminhos que se apresenta e que tem sido utilizado no LABHAB/ UFRJ está na abordagem estrutural da teoria das representações sociais, um sistema complexo de investigação científica nascido na psicossociologia, que introduz na arquitetura, a visão sociológica do ambiente construído em uso, visando a desvendar no inconsciente coletivo dos moradores, o sentido que a moradia tem para eles, ou, dito de outra forma, buscar saber qual o aspecto mais importante da moradia segundo eles a entendem consensualmente. Conhecer esta imagem, carregada de significados e construída consensualmente pelos moradores em grupo, serve para completar a apreensão arquitetônica da moradia e sua avaliação.

Aliás, a aplicação de seus pressupostos teóricos e procedimentos práticos permitiram levantar um universo empírico específico, que serviu para, além da visualização da representação procurada, possibilitar confrontar seus resultados empíricos com outra massa de dados, esta colhida diretamente da opinião dos

moradores, dos levantamentos documentais, da observação crítica dos projetos e memoriais disponíveis, além das evidências da realidade construída.

Através de pesquisa direta com aplicação de questionários e procedimentos metodológicos pertinentes se chegou às elaborações significantes dos moradores em relação à moradia. Segundo a teoria, eles formatam, no uso concreto da habitação, as expressões ou unidades semânticas que para eles representam a moradia, concisa e consensualmente, que é o sentido que atribuem à moradia.

Desta maneira, a presente pesquisa tem como objeto, no âmbito da moradia de interesse social, estudar a relação entre morador, moradia e seu uso, este último considerado como elemento ativo e dinamizador do cenário dialético que liga moradores de um lado e moradia de outro, que na dinâmica do uso da habitação multifamiliar de interesse social, parece provocar desvios de comportamento que levam à apropriações dos espaços e interferências que mostram atitudes que contradizem a lógica projetual tradicional, esta que se calça em necessidades aparentes e entendimentos próprios do projetista, tidos como racionais.

Desta forma, o trabalho teve como objetivos:

- estudar a habitação de interesse social e sua relação com seus usuários;
- desvendar o sentido da moradia e avaliar sua relação com as apropriações dos espaços coletivos e intervenções havidas em conjuntos habitacionais recentes; e
- encontrar relações e conexões empíricas que permitam mostrar caminhos projetuais e recomendações para novos projetos.

Neste enfoque, levantou-se toda a base documental e se pôs a nu, em toda sua dimensão, o atual sistema nacional de habitação de interesse social, mostrando sua estrutura normativa, organização institucional, fontes de recursos e órgãos envolvidos.

Além disto, por ter sido observado que a habitação contém grande complexidade em si mesma, uma revisão bibliográfica foi realizada para aprofundar o conhecimento do tema, buscando clarificar todos os aspectos que o envolvem, na

coleta da opinião de bom número de autores reconhecidos que tratam da moradia sob variados enfoques. Procurou-se, assim, consolidar uma imagem conceitual que tivesse utilidade para sua melhor compreensão e, também, auxiliasse na descoberta de eventuais conexões empíricas depois da pesquisa realizada.

Destarte, a pesquisa se justifica, em primeiro, pelo interesse de se conhecer melhor a habitação de interesse social, com foco no sistema oficial do poder público e no público usuário. Depois, pela possibilidade de se contribuir, com levantamento de informações e conclusões que podem, eventualmente, ser úteis para novos projetos. Em seguida, pela necessidade de se avançar nas avaliações a respeito das distorções encontradas em conjuntos recentes, produzidas pelos moradores, apesar da racionalidade com que os projetos devem ter sido elaborados. E, também, pela oportunidade de se conhecer e aplicar uma metodologia de ponta que vem sendo largamente utilizada, não só na arquitetura, mas igualmente em outras áreas como matemática, saúde pública, química, dentre outras, um procedimento que, aparentemente, ainda não foi utilizado nesta região, o que dá ao trabalho, um relativo grau de originalidade. Pela experiência em si, foi criada a oportunidade para se medir a eficácia desse método, que agrega a visão social à arquitetura para avaliações qualitativas de conjuntos habitacionais. E por último, por se tratar de pesquisa que avança dentro da linha explorada pelo mestrado que é a racionalidade do projeto e da construção.

Para compreensão mais clara da teoria das representações sociais, foi feita uma revisão bibliográfica no campo epistemológico, para esclarecer e conhecer melhor os princípios filosóficos que lhes dão sustentação, conforme recomendam diversos autores do campo da metodologia científica. O esclarecimento da dialética e sua visão da realidade foram muito úteis como meio auxiliar de apreensão da teoria, dos seus conceitos, um enfoque social que parte do princípio de que não se pode separar sujeito do objeto, ou, no caso, morador da moradia.

Depois, foram procedidos estudos da versão estrutural da teoria em questão, dentro da profundidade possível neste escopo. Ficaram evidentes seu conceito, aplicabilidade, e sua base centrada na dialética e no reconhecimento de que existe diferenciação de saberes e dentro disto, que respeita o senso comum como uma categoria de saber, que existe independentemente de outros, como os saberes

sociais ou saberes da arquitetura. Os procedimentos metodológicos desta teoria se mostraram um meio eficaz para revelar elementos importantes normalmente ocultos do olhar comum.

Para aplicação da metodologia estipulada, dentre muitos conjuntos existentes, foram escolhidos o Residencial Jaçanã, iniciado em junho de 1998 e inaugurado em 1999; e o Residencial Xavante II, iniciado em outubro de 1999 e inaugurado em 2000, empreendimentos da COHAB/PA, em Belém. Estes conjuntos mereceram atenção, mais que outros, por estarem entre os primeiros que foram construídos dentro da atual política de habitação de interesse social, e ademais, por tratar-se de implantações que revisaram exemplos bem sucedidos na história e se basearam em rica fundamentação. Têm, além disto, similaridades e diferenças entre si, que valeria a pena um exercício comparativo.

O trabalho começa verdadeiramente no Capítulo 2, com o exame de questões relacionadas com a habitação de interesse social, onde se oferece uma reflexão acerca da complexidade que envolve a moradia, com destaque para seu uso; depois clarificando seu conceito segundo os parâmetros do programa oficial, incluindo estrutura normativa, organizacional e operacional, evidenciando seus propósitos, objetivos, condições de financiamento e fontes de recursos.

Em seguimento, no Capítulo 3 está a parte referente à metodologia, sendo por primeiro apresentado os aspectos filosóficos referidos anteriormente e que dão sustentação à teoria das representações sociais, que é a base teórico-metodológica; adianta-se uma reflexão a respeito de sua elaboração; e finalmente, é feita a exposição dos procedimentos utilizados na pesquisa de campo e sua preparação em detalhes.

No Capítulo 4, são apresentados os casos estudados, Residencial Xavante II e Residencial Jaçanã. São mostradas as situações espaciais; origem dos respectivos sítios; a configuração urbanística de cada caso; e as tipologias habitacionais das respectivas moradas.

No Capítulo 5, são apresentados e depois discutidos resultados dos dados colhidos e trabalhados, revelando, com a representação social da moradia, o sentido da habitação para o grupo social trabalhado, além de informações sobre a opinião e

o perfil sócio-econômico dos moradores com as discussões pertinentes, informações cuja base empírica possibilitou a identificação de inúmeros nexos complementares que serviram para moldar uma visão avaliadora das propostas estudadas.

E finalmente, no Capítulo 6, estão as conclusões e recomendações decorrentes, as quais poderão ser úteis para a elaboração de novos projetos, bem como ilações para reflexão, consideradas oportunas neste espaço.

2 QUESTÕES DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1 MORADIA, USO E COMPLEXIDADE

O objetivo deste item é comentar e mostrar como é visto o universo da moradia em seu uso, segundo o entendimento de diversos autores importantes. Esses autores, cada qual segundo uma visão particular, vêm oferecer destaque ao uso da moradia num conjunto de pontos de vistas que, no conjunto, atestam a existência de uma matéria sutil, de difícil compreensão para observadores desavisados.

A identificação deste cenário e a valorização do uso da moradia, conformadas pela perspectiva de arquitetos, vêm referendar e autenticar a existência de conexões subjetivas ou fenômenos da espiritualidade extra-arquiteturais incompreensíveis, às vezes, numa comoção social intensa que gera símbolos e leva os sentidos comuns para todas as direções.

Deste modo, a utilidade de uma interferência psicossocial com outro referencial teórico-metodológico é de grande utilidade. Mais afeito a ambientes desse tipo, onde campeia o pensamento grupal e um profícuo inconsciente coletivo, a teoria das representações sociais é uma categoria científica chancelada por inúmeros trabalhos em que tem sido aplicada, fazendo rastreios em diversos campos do conhecimento como alguns dos exemplos que serão citados mais a frente.

A intromissão, agora, é preciso esclarecer, não é no campo do arquiteto ou da arquitetura. Trata-se de um vetor que se introduz justamente no vazio em que o conhecimento arquitetônico não transita com clareza, como é o caso do ambiente das relações sociais. Justifica-se, então, a sua utilização, pela natureza dos fenômenos que existem meio que veladas no ambiente da arquitetura, como será mostrada, a partir do pensamento de conhecidos e respeitados arquitetos.

A moradia, quando ocupada normalmente, é um repositório de vida; salta aos olhos o imóvel como coisa viva, possuída de valor e encantamento. Esta constatação banal faz ressaltar imediatamente a importância do uso na arquitetura, que se afirma como um atributo fundamental que deve ser observado atentamente em suas aparências e transcendências funcionais.

Compreendido seu destaque, entende-se, conseqüentemente, que sua importância está no papel que representa, ao mesmo tempo, como elo que junta sujeito e objeto; e como a cadeia que garante inseparabilidade destes elementos. Morador e moradia, entre trocas variadas, anseios, dilemas e contradições, dão vida à moradia. Esta relação, todavia, não se dá a frio, mas sob forte tensão social, que é lógica numa comunidade de vizinhança que disputa espaços e interesses, divide sentimentos e convive com gostos e desejos, muitas vezes, contraditórios. Este cenário reforça a necessidade de se procurar uma chave apropriada para abrir portas e subtrair véus emaranhados de elementos que são gerados individualmente, testados coletivamente e transformados socialmente até se constituírem em consenso grupal inconsciente.

A Arquitetura e, eventualmente a habitação, não se enquadra nas categorias de artes visuais ou artes plásticas. Porém, de maneira autônoma, é arte, como a música ou a poesia, que tem sustentação própria. Arquitetura é confundida, algumas vezes e erradamente, com a escultura, sobretudo nos monumentos urbanos comemorativos em praças públicas. Mas não deveria, porque o atributo, que sua raiz essencial, privativa e exclusiva, é o seu uso.

O uso, porém, não é tudo, mas deve ser atendido nas funções primeiramente, e depois, cabe ser transcendido, para que a arquitetura ocupe seu espaço no lugar consagrado às artes.

Ademais, arquitetura tem ainda outros atributos como espaço, matéria, lugar, tecnologia e outras especificidades que podem até ser objeto de discussão, mas o uso, seja objetivo ou simbólico, é que a diferencia de outras manifestações artísticas.

Arquitetura, como habitação de interesse social, tanto mais arte será quanto mais souber enobrecer-se por um uso adequado pela expressão. Não é lícito negar à habitação de natureza social uma condição de arquitetura superior. Por simples e econômica que seja, a habitação de interesse social pode e deve, num uso intenso, revelar-se como objeto exemplar, a partir da sua racionalidade, da sua forma, dos seus arranjos, economicidade e outros fatores. O conjunto Pedregulhos, de Afonso Reidy, no Rio de Janeiro, é respeitado internacionalmente como exemplo de arquitetura habitacional e como obra de arte (FIGURA 2.1).

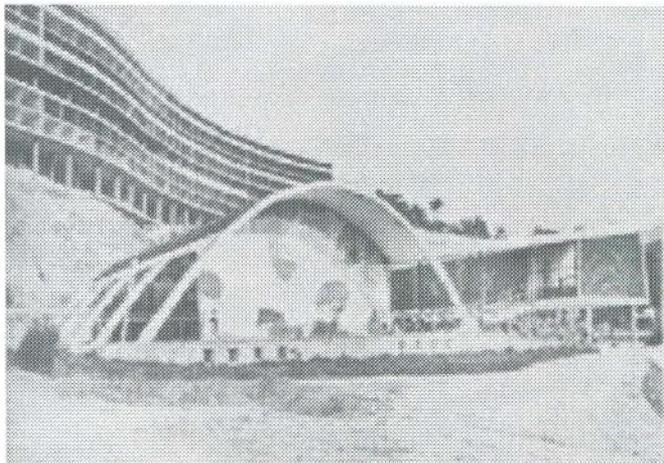


Figura 2.1- Afonso Reidy. Conjunto de Pedregulhos.
 Fonte: Habitação e encosta. IPT, 1981. Disponível em
<http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/arq1206/2003/luciana/ApresHabitacaoEncosta.pdf>.

No ambiente multifamiliar da habitação de interesse social, a arquitetura se desdobra, os limites orçamentários são estreitos e os espaços privados são geralmente exíguos. A saída tradicional, ou a única, tem sido a valorização dos espaços coletivos e o incremento, tanto quanto possível, das áreas privadas, porém, sem construção, como quintais e jardins, por exemplo.

Em conjuntos habitacionais com um ano ou mais de implantados, pode-se registrar exemplos de apropriações irregulares de espaços públicos e interferências físicas nas moradias e em logradouros coletivos; são observações até comuns. Que razões levam esses moradores a estas intervenções? O que os motiva? No passado, os projetistas e as instituições estavam de costas para seus mutuários; predominava a tecnocracia¹ do BNH. Porém, no novo sistema nacional de habitação de interesse social, a preocupação primeira está no conforto do usuário. Acontece que os conjuntos projetados atualmente, muitos deles pelo menos, sofrem do mesmo mal. Modificação de paredes, espaços, funções e cores são objeto de interferências quase correntes.

Mas o que pode estar levando a isto que incomoda a projetistas e estudiosos? As considerações são diversas.

¹ Tecnocracia, segundo o Dicionário Houaiss (2001): sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos.

O significado de intimidade, por exemplo – um dos atributos característicos da habitação – nunca é dado a conhecer claramente; é necessário procurá-lo, indo além dos comportamentos e das palavras, ambos sempre codificados. No contexto doméstico da habitação contemporânea, como anuncia a teoria das representações sociais, é no inconsciente coletivo que se reviverá, como sugere o arquiteto Ranun (1991), gestos, preces e sonhos, *já que o indivíduo associou determinados espaços e certos objetos a seu ser, quer dizer, no íntimo do seu ser* (p.211).

Por outro lado, o fator tempo, aparentemente externo ao contexto, se mostra presente, já que as elaborações não nascem e não se consolidam imediatamente. Há que haver a passagem do tempo para que a suavidade vença as tensões e possibilite as elaborações mentais. Desta forma, prossegue Ranun:

A lembrança-espaço, [...] o jardim, a lembrança-objeto são muito particulares, todavia seu sentido, que é codificado para olhos externos, é perfeitamente compreensível para o grupo a que pertence, O social dotou de potencialidades tais lugares e objetos (*op. cit.* 1991, p.211).

Assim, o tempo, como fator relativista da convivência social no habitar refaz o sentido do íntimo, transformando-o e, ao mesmo tempo, permitindo a impregnação da matéria com elementos energéticos das tensões, alterando o significado dos lugares físicos.

A habitação, dessa maneira, por mais banal que seja, podendo ser o menor dos espaços arquitetônicos, é a que tem maior carga de significados. Há, como visto, uma relação dialética entre os moradores e suas moradias que, deste modo, se influenciam mutuamente. Tanto o sujeito influencia a habitação como é influenciado por ela. O morador é a alma da moradia e tem o poder de transformá-la, alterando seus elementos constitutivos; mas igualmente é influenciado e afetado pelos ambientes, paredes, cores e tudo o mais. A relação é ambivalente.

Por conta disto, a casa desocupada (sem o morador) não passa de uma obra construída. Muitos autores como Hertzberger (1996), Bachelard (1989), Okamoto (2002), Tuan (1983), Rybczynski (1996) e Ranun (1991) crêem numa relação intercambiável entre morador e moradia a qual, apesar de ser uma obra material, troca impulsos e energias e chega a afetar o comportamento humano.

De acordo com Tuan (1983), este fenômeno – a relação intercambiável entre sujeito e objeto – é uma transcendência das questões funcionais e materiais que decorre da unicidade que se forma na prática, na experiência cotidiana do uso da habitação, com influências recíprocas entre homem, a família, os vizinhos e o espaço de morar.

Já o arquiteto Okamoto² (2002) tem a opinião radical de que o ser humano é o complemento inalienável da moradia, a qual não passaria de mera construção se estiver desocupada. Sem o morador, a moradia não existe como tal; um homem sem um braço ainda é um homem; mas um braço só, sem o corpo, não constitui um homem. Assim, o homem é ele mesmo sem a moradia, mas a moradia não existe sem sua ocupação. Eis aqui aflorando, a velha inseparabilidade dialética do modelo sinóptico proposto. A construção projetada para morar, só é moradia depois de ocupada. Aliás, esta idéia é desenvolvida por Fabrício (2002), que defende a idéia do projeto arquitetônico como um processo contínuo, de natureza também social, que só acaba com a pós-ocupação e a organização comunitária.

Cabe destacar que nesta relação tipicamente dialética vai ocorrendo um esmaecimento dos contornos das imagens e dos significados que flutuam no campo das discussões e do pensamento, decorrendo que, naturalmente e aos poucos, vai se dando um distanciamento gradativo entre a razão do sujeito na relação e a leitura que ele faz do objeto, como uma perda de foco da retina. Este descolamento visual e mental provoca a transformação das imagens anteriores, assim como respectivos significados, em novas imagens e outros significados. O envelhecimento e a banalização comportamental no uso parecem afastar dos seres humanos o reconhecimento claro do objeto com que trocam emoções e sentido; tensões se intensificam, até pela disputa de espaço físico, doando à moradia mais atributos e significados, tornando-a, aos olhos do homem, um objeto especial, mutante e diferente daquele que é percebido por pessoas fora do contexto.

² Okamoto (2002, p.166-167) refere-se a vários estudos a respeito de interpretações culturais sobre os espaços entre as pessoas, noções de território, etc., chegando à obra de Deasy (1985) que estabelece as bases da teoria proxêmica, segundo a qual, o homem tem necessidades de quatro categorias de espaço territorial ou limites de proximidade: íntimo, pessoal, social e público.

Na habitação, qualquer que seja, há muitos aspectos que no conjunto, tornam-se uma massa complexa. Espacialidade, lugar, funcionalidade, domesticidade, identidade, segurança, privacidade, conforto, dentre outros, são atributos que, envolvidos por grupos de vizinhança, com eventuais interesses contrários, emoções, disputas, etc., formatam cenários inatingíveis para um observador externo. Esses atributos vão gerar nexos específicos numa comunidade de habitação multifamiliar. Desta maneira, matéria, movimento e energia se digladiam e se adaptam, formando massas-imagens que se distanciam da realidade aparente.

Começam a se diferenciar, *realidade* e *verdadeiro*. O resultado é que a moradia acaba sendo vista pelos seus moradores através de um vidro envidraçado, uma visão real, mas deturpada, como uma representação. A habitação é complexa, principalmente porque quase nunca é real, é um símbolo dotado de imagem construída num dado espaço concreto.

Morar pressupõe, antes de tudo, a existência de um espaço construído ou aproveitado para tal finalidade. A história do homem é, também, a da moradia. Destarte, cada palavra para designar o morar, pode demandar vários pontos de vista. O morar é dinâmico, é o exercício e o experimento humano – o uso. Esta dinamicidade inclui, necessariamente, funções variadas e valoradas que se desdobram em muitas outras. O lócus desse exercício, em princípio, o espaço geométrico vai perdendo sua natureza de espaço comum, banal, dimensional, para transformar-se em *espaço com qualidades*.

Tuan (1997) chama atenção para a relação dialética que há entre espaço e lugar. Em sua opinião, a experiência do homem no uso do espaço lhe confere qualidades e significações que o eleva a outras categorias. Assim, o espaço arquitetônico pode transformar-se em lugar. Aliás, ainda segundo Tuan, noções de espaço, lugar e ambiente, por íntimos que sejam, não podem ser esclarecidos ou definidos em separado. Com os pensamentos convergentes de Graeff (1986) e Tuan (1977), é lícito concluir que lugar arquitetônico é um espaço animado³ e por isso,

³ A diferenciação ou a categorização como objeto da arquitetura se justifica para se evitar confusões semânticas ou conceitual, já que há outras visões, outros tipos de espaço, como o *espaço da poesia*, propósito por Bachelard (1983).

enriquecido de significados. Há lugares por toda a natureza, mas há os que são produzidos especialmente pela presença e ação do homem. Assim, existe o lugar do trabalho, do lazer e, claro, o de mora. Elvan Silva (1994), mais radical, conceitua a arquitetura como sendo construção de lugares e ambientes, e que espaço, não é sequer, a sua essência, e sim o material trabalhado, mesmo quando o espaço neste envolvimento seja o fator a diferenciar os lugares. Silva não está considerando explicitamente a ocorrência do uso, mas o está sim, se o conceito de ambiente estiver envolvendo a participação do homem.

Tuan (1997) defende a idéia de que a casa, como objeto construído pelo homem, pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana. Argumenta que é claro que em situação de espaço não arquitetônico, o ser humano é capaz de distinguir diferenças entre interior e exterior; fechado x aberto; luz x escuridão; privado e público. Mas este tipo de conhecimento é rudimentar. O espaço arquitetônico – mesmo sendo uma simples choça rodeada por uma clareira – pode definir estas sensações e transformá-las em algo concreto. *Uma simples moradia pode ser um símbolo do cosmos* (TUAN, 1997, p.114).

Por conta dessas considerações, é aceitável ver o espaço como entidade ativa, não passiva, como sendo algo mais do que uma entidade inerte, imune à intervenção do homem. O espaço habitado não pode ser só um simples amontoado de vazios entre paredes, teto, etc. Razões, incompreensões e contradições do drama humano se desenvolvem no cotidiano; emoções digladiam-se e magnetizam esses vazios deixando-os cheios de tensão. Por fim, a matéria que aparentemente cerceia esses espaços, que os reprime, também, é mais um plasma a contribuir para que a moradia seja transcendente a categorias geométricas e materiais. O espaço da moradia vibra noutra dimensão, vivo e imanente a influenciar comportamentos⁴.

Wiltold Rybczynski (1996) em sua obra *Casa, pequena história de uma idéia*, descreve detalhadamente, desde a antigüidade, como noções e termos de clara significação atual, como isolamento, propriedade, proteção, intimidade, privacidade,

⁴ Por exemplo, é do senso comum o fato de que há real influência das cores dos ambientes no humor e comportamento dos indivíduos.

conforto, aconchego, funcionalidade, etc. demoraram séculos a se revestirem dos sentidos como os conhecemos hoje.

Por sua vez, Bachelard (1993) afirma que a casa

[...] é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem [...] O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, que não raro interferem no comportamento.[...] (p.26).

Deste modo, é mais um que vem se juntar à idéia da casa como transcendente objeto que ultrapassa sua funcionalidade e materialidade. Ele considera

[...] a casa, na vida do homem, é uma entidade que afasta contingências e multiplica seus conselhos de continuidade. [e conclui] Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela é como um templo e é a imagem do universo. (BACHELARD, 1993, p.26)

O autor defende que os componentes da moradia são como estados da alma, onde seus compartimentos têm significados diversos e podem ser aspectos da personalidade humana, ou o contrário. Com isto reconhece a influência do espaço e da matéria sobre o comportamento humano. Em seguimento, ele salienta a situação de habitada, onde a personalidade da habitação é dada pela sua relação com o morador⁵. Contudo, esta relação não se dá a frio: há trocas e influências mútuas:

Veremos a imaginação construir paredes com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção – ou inversamente, tremer atrás de grossos muros [...] Em suma, na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo (BACHELARD, 1993, p.25).

A casa, a moradia, é também um símbolo feminino, com o sentido de refúgio, de proteção materna, ou o *repouso do guerreiro*, no dizer popular, e é dentro da moradia que os sujeitos se despem, mostram, se tornam íntimos e se aliviam das tensões externas, substituindo papéis que desempenham na vida lá fora, por outro, no interior da habitação, na vida doméstica e no convívio do grupo de vizinhança. Não deixa de ser oportuno mencionar que estes argumentos reforçam claramente a idéia de *segurança* como o sentido da moradia segundo seus moradores.

⁵ É mais um depoimento favorável à importância do modelo sinóptico e à visão dialética.

O depoimento de Bachelard, insigne filósofo, é um depoimento valoroso e definitivo para demonstrar a complexidade do ambiente subjetivo e envolto em véus de baixa transparência e difícil visão, cenário invisível para o arquiteto projetista, reafirmando a necessidade de um ferramental afeito às questões de natureza social a socorrerem na elucidação procurada.

Casa, moradia, habitação, apartamento e outras expressões são palavras que servem para designar uma mesma coisa: o local de morar. Poder-se-ia ainda inserir neste conjunto, léxicos como lar, domicílio, residência e, quiçá, outros mais, fazendo uma lista muito longa. Dicionários consultados, Houaiss (2001), Nascentes (1988) e Ferreira (1980), basicamente, definem esses termos como meros sinônimos⁶, uns remetendo aos outros e referindo-se à expressão *casa*, preferencialmente como o edifício, espaço ou construção destinado à habitação. O fato é que tal polissemia é irrelevante, pois todos sabem com precisão, sem maiores retóricos, que a moradia é o objeto feito para morar. Mostra apenas o quanto de complexa pode vir a ser esse objeto.

Poderia o léxico remeter à imaginação de condições variadas como de estrutura física e material da habitação, salientando paredes, divisórias, instalações, teto. Ou pensar nas características de natureza funcional, como dormir, comer, cozinhar, que embutem aí, a ação do homem, o próprio ato de morar, o uso da habitação. E em outros ainda, aspectos de natureza subjetiva como idéias de conforto, segurança, privacidade, convivência e até significados cósmicos, etc. Le Corbusier ao observar a casa simplória de um pescador, manifestou-se com eloqüência:

[...] construída na sua verdade absoluta incontestável, meus olhos, um dia mergulhados na arquitetura, no fato arquitetônico eterno, descobriram-na subitamente. Esta *casa*, disse a mim mesmo, é um *palácio!* (LE CORBUSIER, 2004, p.161).

Na verdade, pelo que foi visto, parece ser impróprio supor que esses termos, casa, moradia, etc., possuam significados importantes independentes do sentido comum constante em todos que é o seu papel fundamental de objeto de morar, nem

⁶ Casa, principalmente, além da conotação aqui atribuída, tem muitos outros significados semânticos, como "casa da família real", "Casa de Leis", etc. que não interessam ao escopo deste trabalho.

mais nem menos. Parece pacífico, no entanto, de que esta conclusão não reduz a complexidade do objeto na medida em que traz no seu uso, a relação com seus proprietários (objeto e sujeitos relacionados).

Depois dessas considerações, não fica difícil imaginar porque a moradia parece ser o objeto material maior do desejo humano, pelo menos na cultura ocidental, e nem deve causar surpresa, o fato de compreender-se o termo *segurança* como um estado de espírito decorrente da satisfação pela propriedade da moradia.

2.2 CONCEITO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Nos idos do Banco Nacional da Habitação (BNH), a expressão habitação popular tinha um significado claro e restrito, uma conotação exclusiva. Tratava-se de programa do sistema para atender famílias na faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos (SM) intervalo que mais tarde foi aumentado para 0 a 5 SM. Era um segmento cuja responsabilidade de cadastramento da demanda, comercialização, assistência social, construção e cobrança das prestações pertencia às COHAB's, que operavam com a aprovação de projetos e viabilizavam os empréstimos efetuados diretamente do BNH. No caso do Pará, pelo menos, a parte destinada à infra-estrutura urbana (cerca de 30% do total do projeto) era repassada para o governo do estado que assumia a dívida. Eram custos que não entravam na composição do preço da casa, sendo, portanto, subsídios.

Depois da era BNH, a partir de 1986, o setor habitacional ficou praticamente parado em torno de dez anos; depois, outros tantos programas foram implantados, porém, nenhum teve a importância daquele, pelo grande saldo de habitações construídas, variedade de tipologias, configurações e complexidade de estruturação formal. De modo geral, os que se sucederam depois, seguiram mais ou menos a mesma política, repetindo fórmulas semelhantes e sem maiores reflexões.

No sistema atual, a política nacional de habitação foi revista em profundidade e trabalha agora com a expressão *habitação de interesse social*, que contempla um universo de renda familiar bem mais amplo do que a classe de 0 a 3 SM. Seu conceito pode ser fixado por dois vetores:

- a) inclui habitações que sofrem de uma ou mais carências relativamente à localização inadequada ou de risco; baixa qualidade construtiva; ausência ou baixa frequência de coleta de lixo e de transporte público; falta de saneamento básico; e
- b) trata-se de habitação construída ou projetada cujo valor não ultrapasse R\$35.000,00 (100 SM)⁷ (BRASIL, 2005).

Com isto, o governo reconheceu que há necessidade de atender demandas situadas além das classes de renda mais baixas, considerando que existem muitas famílias que têm ganhos acima desse patamar mas que têm múltiplas carências como as acima mencionadas, e que fazem jus às vantagens oferecidas nos programas de habitação de interesse social por se enquadrarem no seu conceito.

Assim, a política nacional de habitação de interesse social introduz uma visão menos restritiva da demanda, aceitando faixas de renda que chegam a 20 SM. A atual política se esforça para reduzir os déficits habitacionais das camadas mais pobres, mas igualmente contempla faixas de renda mais elevadas, como é o caso de funcionários públicos estaduais, por exemplo.

A prioridade do novo sistema continuava sendo para atendimento da faixa de 0 a 3 SM, que foi ampliada recentemente para até 5 SM, pois é neste intervalo que ainda se concentra fortemente o déficit habitacional. Recentemente o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento (IPEA) dá conta de que os investimentos nas faixas de até 5 SM têm sido liberados aquém da respectiva demanda. É provável que o governo ainda não tenha encontrado um adequado sistema de subsídios e solução exequível para atender, com sustentabilidade, a essa população (IBAM,⁸ 2006).

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2005), com a retomada das operações oficiais, o *déficit* habitacional básico em Belém, era de 73.977 unidades; deste montante, cerca de 58.000 unidades (78,40%), correspondiam à classe de

⁷ R\$35.000,00. Valor fixado pela Medida Provisória n. 252, de 15/06/2005 que alterou o valor anterior que era de R\$20.000,00 (BRASIL, 2003 *apud* IBAM, 2006).

⁸ IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro.

renda entre 0 a 3 SM. Para faixas acima desse patamar, até 10 SM, a demanda era bem menor, 15.977 moradias (21,60%), mas ainda um *déficit* considerável que, também, mereceu atenção do governo. Nesta classe, que está longe de ser de famílias ricas, é justamente onde se encontram funcionários públicos da rede estadual e municipal e professores do segundo grau, justamente o universo para o qual se destinaram prioritariamente os projetos Residencial Xavante II e Residencial Jaçanã.

2.3 POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Até o BNH, em 1964, os empreendimentos habitacionais para as classes baixas não eram ações de governo e a produção de habitação pobre fluuava segundo os interesses da iniciativa privada. A Casa Popular foi exceção, mas de atuação tímida; por aqui nunca se apresentou. Os empreendimentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), tinham um horizonte de atendimento muito diversificado; acudiam diversas categorias profissionais e operavam em faixas de renda baixa, média e alta, porém, também produziram quantidades inexpressivas diante dos milhões de moradias realizadas posteriormente pelo BNH.

Nada provém do nada. Para a construção do atual sistema nacional de habitação de interesse social, gerações lutaram, na academia e nas organizações da sociedade civil, criticando e propondo, cujo ponto alto, parece, foi o seminário promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em 1963, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, num evento que ficou conhecido como HABITAT I.

Com o golpe militar de 1964, foi criado o BNH e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que no começo abraçavam os princípios do HABITAT I, mas em pouco tempo, interesses externos à questão mudaram o rumo do sistema, que passou a preocupar-se mais com a quantidade do que com a qualidade, e assim foi até sua falência, com o fechamento do banco em 1986.

Depois dos militares, outros programas se seguiram mas mantiveram, em linhas gerais, as mesmas preocupações básicas do sistema anterior, sem, todavia, e apesar das críticas, puderem se comparar àquele, tamanho foram números deixados. As demais iniciativas oficiais, passando por Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique, não se interessaram seriamente em comprometer-se com a

questão habitacional e por isso, todos eles, geraram programas pífios e sem expressão e foram apenas lances episódicos e tentativas desarticuladas sem maiores conseqüências ou comprometimentos.

Alguns aspectos das diversas fases da habitação oficial foram muito criticados, e o governo Lula tem tratado de não reeditá-los, reorganizando um novo sistema. O ponto mais negativo dos empreendimentos passados se concentrava no entendimento de que grandes conjuntos representavam uma produção em escala, mais ligeira e, portanto, com maiores dividendos políticos.

Entretanto, uma produção maciça (conjuntos com mil ou mais unidades) só eram viáveis em sítios afastados dos centros dinâmicos da cidade, longe dos empregos e sem muito de infra-estrutura, onde os terrenos eram mais baratos, pela distância e pelo tamanho.

O quadro era tão mais sério, porquanto, as negociações para a viabilização dos empreendimentos não levavam em conta os interesses dos municípios – no caso daqui, Ananindeua, que foi onde se mais construiu no Pará – e os prefeitos relutavam em aceitar os novos conjuntos, porque, em curto prazo, representavam grandes demandas por serviços públicos para os quais não estavam preparados, mesmo sabendo que tempos depois, uma vez organizados, os novos cidadãos contribuiriam com impostos.

Embora estes conjuntos tenham se transformado em verdadeiras cidades depois de tanto tempo, é de se registrar que os moradores que se mudaram para esses endereços novos, há 20 anos ou mais, foram heróicos pioneiros. Esta mudança de endereço, aliás, apesar dos sacrifícios que significaram no início, é uma constatação clara de que, na visão do mutuário, o sonho da casa própria estava se realizando, e que valia, por conseguinte, qualquer esforço. Isto é destacável por ser um reforço ao argumento que explica o sentido da moradia embutido no termo *segurança*, que foi encontrado aqui, no estudo das representações sociais.

Com a extinção do BNH em 1986, ainda decorreriam mais de 10 anos para que a chamada nova república (depois dos militares) redefinisse com clareza novos rumos para o setor. Nos governos de Collor e Fernando Henrique, como já foi dito, algumas experiências isoladas foram postas em prática, mas nenhuma sequer teve

a intenção de ser um sistema realmente prioritário e ficaram longe da dimensão estratégica e importância que teve o sistema BNH.

Neste hiato e depois, contudo, as camadas mais pobres continuavam sem capacidade de assumir os programas oferecidos, a não ser os do tipo *lotes urbanizados*, que nunca deixaram de existir, mais para, eventualmente regularizar invasões e abafar algum movimento pontual com repercussões políticas.

Vale lembrar que em outubro de 1988, dois anos apenas do fechamento do BNH, foi elaborada a nova Constituição Federal, um documento considerado por muitos como avançado para a época, pois que já trazia no bojo, nos seus artigos 182⁹ e 183, destaque especial para a questão urbana e seu principal instrumento, os planos diretores urbanos, e aspectos da propriedade e da ocupação urbana, onde, implicitamente, estão envolvidos os problemas da habitação de interesse social (BRASIL, 1988).

Todavia, no que pese as obrigatoriedades instituídas na Constituição, nada se fez no curto prazo para desenvolver políticas ou as leis complementares necessárias a dar provimento aos desejos constitucionais. Só no governo Lula, em 2001, 13 anos depois, foram regulamentados os referidos artigos da Constituição, através da Lei n. 10.257, conhecida como o Estatuto da Cidade¹⁰ (BRASIL, 2001) e, mais adiante, em 2005, foi criada a estrutura organizacional e operativa do novo sistema, o qual tratava da cidade, como o grande foco e a habitação de interesse social como um subsistema do primeiro. Vale considerar que a inseparabilidade do urbano e da habitação já traz, no âmago, a visão dialética da sociedade que reúne aspectos que não poderiam ter sido separados nunca.

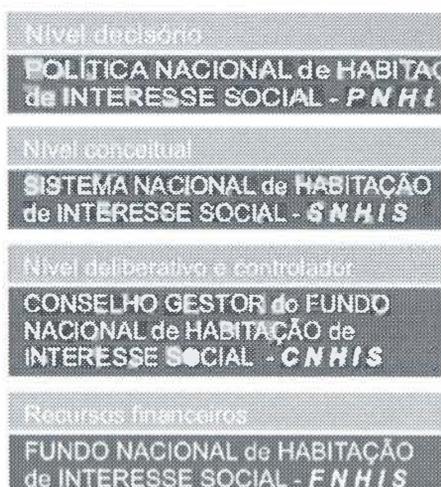
Segundo (BRASIL, 2005), a nova estrutura estabelecida para conduzir a política habitacional de interesse social no país foi criada pela Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Com ela são constituídos o Sistema Nacional de Habitação de

⁹ Art. 182: atribui função social à propriedade privada de terra na cidade e cria instrumentos de desapropriação em favor da aplicação de políticas urbanas e o Art. 183 garante o título de domínio e concessão de uso a ocupantes moradores em terrenos com até 250m² e por mais de cinco anos.

¹⁰ Lei complementar n. 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Interesse Social (SNHIS); o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS (Quadro 2.1).

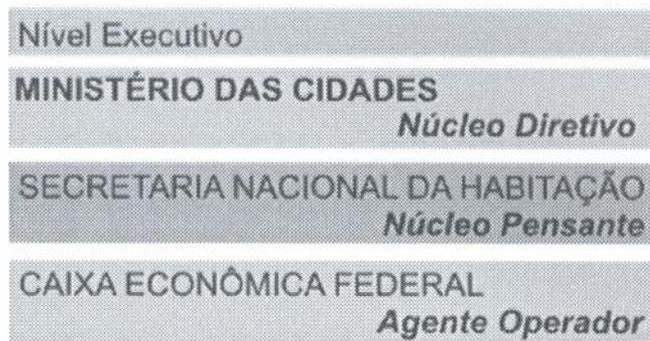
Quadro 2.1 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



Em termos executivos e operacionais, o comando está no Ministério das Cidades, que tem seu núcleo pensante na Secretaria Nacional da Habitação (SNH); como agente operador, a Caixa Econômica Federal (CEF) e poderão contratar operações, os mais diversos órgãos, dos governos estaduais e municipais. Também, outras organizações da sociedade civil como, cooperativas, associações e até agentes financeiros, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, poderão atuar. Na conformação geral, a atualidade assemelha-se com o sistema BNH, onde várias organizações tinham papel estabelecido e financiavam imóveis atuando em diversos patamares de renda familiar.

Cabe destacar que o núcleo pensante da habitação de interesse social, quase perdido com a extinção do BNH, foi entregue à Secretaria Nacional de Habitação (SNH), que ficou responsável pela formulação dos instrumentos, para a implementação da política nacional de habitação. É o núcleo que reflete acerca do sistema e propõe estratégias para equacionamento dos déficits habitacionais dentro de uma visão articuladora das políticas urbana, fundiária e de saneamento (QUADRO 2.2).

Quadro 2.2 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



Complementam o FNHIS já mencionado, recursos originários do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT) e do FGTS, além de outros que vierem a ser formados ou designados.

Vale ainda destacar oito aspectos principais que vêm traçar o entendimento do governo e sua política habitacional, conforme está contido no citado diploma legal:

- i* talvez, a característica notável no SNHIS esteja em sua intenção explícita de ser aberto à participação da sociedade civil, que faz sua inserção através do Conselho das Cidades e outros tantos;
- ii* dos mais importantes aspectos é a exigência operacional e projetual de se compatibilizar as políticas setoriais, sobretudo habitação, saneamento e transporte;
- iii* nos projetos para as faixas de menor renda, estão previstos subsídios¹¹;
- iv* os recursos disponíveis se destinarão, prioritariamente, para as classes de menor renda;
- v* buscar espaços inseridos na malha urbana dotados de infra-estrutura não utilizada ou sub-utilizada;
- vi* priorizar terrenos de propriedade do poder público;

¹¹ No sistema BNH, embora não assim abertamente, também havia subsídios, pois os custos com a infra-estrutura urbanística não eram repassados para os mutuários e ficavam sendo de responsabilidade do governo do estado. Tais custos ficavam em torno de 25% e 30%.

vii garantir sustentabilidade econômica, financeira e social dos empreendimentos; e

viii implantar a sistematização de avaliações dos empreendimentos.

Dessa base legal institucional resultam alguns corolários que merecem ser comentados, até porque já vêm sendo contemplados em empreendimentos recentes.

- Não é mais concebível a implantação de conjuntos habitacionais fora do perímetro urbano e estranho ao seu entorno – salvo casos especiais em área rural;
- Em conseqüência, os empreendimentos serão implantados no meio urbano, buscando-se terrenos em vazios ainda disponíveis e miolos de quadra;
- Os projetos devem maximizar seu componente racional buscando o melhor partido, a melhor distribuição, e máxima economicidade;
- Os empreendimentos devem se localizar em situação contemplada por todos os serviços públicos que a cidade tradicional oferece;
- Os empreendimentos devem ser contextualizados, inseridos naturalmente na malha sem interferir na paisagem urbana existente, ser visto como parte natural desta;
- Os espaços coletivos devem ter, todos, uma definição funcional clara, não sendo aceitas áreas residuais, que tendem ao baldio e ao ajuntamento de lixo, seja em ambientes internos ou externos;
- É desejável prever áreas de verdes para o lazer adulto e espaço para crianças, propiciando a aproximação da vizinhança e ao convívio social;
- Em empreendimentos com unidades de 1, 2 ou 3 dormitórios, evitar a possibilidade de segregação por nível de renda; as unidades maiores e menores devem se misturar, tanto quanto possível, sendo inaceitável, blocos com apenas um tipo de unidade, o que levaria fatalmente ao separatismo odioso; e
- Para evitar interferência que descaracterize o entorno, os empreendimentos terão poucas unidades, em torno de 50 a 100 unidades.

3 METODOLOGIA

3.1 UMA VISÃO DE MUNDO

Enquanto, na mecânica clássica, as propriedades e o comportamento das partes determinam as propriedades e o comportamento do todo, a situação na mecânica quântica é inversa; é o todo que determina o comportamento das partes (CAPRA, 1983).

A compreensão do que está instituído, como Habitação de Interesse Social (HIS), a carga simbólica com que seu morador define seu ambiente de moradia como um todo vem sendo melhor conceituada em seus detalhes a partir da utilização de ferramental avaliador de base científica, que transcende à simples avaliação objetiva e o comportamento consciente dos sujeitos dando um salto ao inconsciente coletivo¹². Este ferramental leva em consideração o saber do senso comum, que permite a que se entenda o conteúdo sociológico nos grupos em volta do ambiente estudado.

A opção por esta teoria se deve à sua natureza dialética que permite obter conhecimento da realidade que é normalmente codificada ou representada pelo grupo de moradores que tem, como hipótese intrínseca, um saber coletivo do senso comum que constrói inconscientemente e subjacente às suas interatividades as representações sociais, que de modo simples, podem ser entendidas como o símbolo consensual da moradia ou o sentido da moradia que a comunidade elabora, uma visão exclusiva por resultar de uma trama social única envolvendo o convívio em vizinhança.

Por conta disto, este item aqui ocupa seu lugar como resultado de estudos na direção de compreensão elementar da teoria das representações sociais. Como necessidade imperiosa, impôs-se uma revisão epistemológica para uma clarificação satisfatória de conceitos fundamentais que dão sustentação à teoria, começando por questões básicas como as que tratam das relações sujeito-objeto; a construção do

¹² O *inconsciente coletivo* é um conceito de Jung, que nasce da equivalência do conceito originário, *inconsciente individual* ou *Id*, parte da mente que vive submersa ao *consciente* ou *ego*, o lado da mente *que aparece*, porém influenciado pelo primeiro e forçado a codificar suas percepções, seja em sonhos ou comportamento, como foi descoberto e desenvolvido anteriormente por Freud, do qual Jung era inicialmente discípulo e depois divergente (JUNG, 1980).

conhecimento como processo; e a relativização e racionalidades diferenciadas do saber.

A base de sustentação da teoria da representação social está, sobretudo, na dialética, método científico de análise da realidade defendida em diversas correntes filosóficas e empregada por pensadores como Bachellard (1993), Heigel (*apud* POLITZER, 1997) Marx (2006), Sandra Jovchelovitch (2000), Politzer (1970), Richardson (1999), Okamoto (2002), Hessen (2000) e Souza (2006). Esta explicação é necessária, segundo Richardson (1999) que adverte para que as diversas áreas do conhecimento humano em trabalhos científicos estejam sempre ligadas e comprometidas com fundamentos filosóficos, sendo recomendado que não se pode pensar em utilizar um método de avaliação para a obra arquitetônica sem considerar sua sustentação epistemológica, mormente em se tratando de considerações nascidas na psicossociologia, portanto, fora da teoria da arquitetura.

Em fins do século XIX reinava absoluta, uma imagem do universo que era sustentada pela mecânica de Newton e a lógica cartesiana. Até então o mundo era visto como uma grande engrenagem cujo movimento tinha lógica própria, independente, e que regulava tudo. A consciência, os seres humanos e a inteligência criativa seriam subprodutos acidentais à mercê do movimento material. Em termos epistemológicos, o sujeito (o homem) estava sempre separado do objeto (as coisas) (OKAMOTO, 2002).

Foi quando se deu o acontecimento de profundas transformações¹³ no pensamento, em meados do século XIX e princípios do século XX. É na dialética de Hegel, reeditada por Marx e Engels e nas teorias da física que se vai encontrar esse divisor de águas, com a teoria da relatividade de Albert Einstein enunciada em 1903. Posteriormente, ainda no século XX, a teoria da física quântica (CAPRA, 1983) vem corroborar as mudanças que se processavam no pensamento. Foram diversas as resultantes em todos os campos do conhecimento, mas a transformação epistemológica mais importante dessas mudanças foi que, sujeito e objeto, passaram, definitivamente a ter um só corpo sob a observação científica de um

¹³ O termo dialética veio de Heráclito que viveu no século VI a.C. Heráclito ensinou que tudo está em transformação, num total processo de mudança constante. Já em Sócrates, a dialética era usada como método de ensino para descobrir as contradições do pensamento, provocando no discípulo a eclosão do conhecimento – a maiêutica (SOUZA, 2006).

determinado fenômeno. A realidade vista assim, passa a oferecer visões e estados físicos ou simbólicos diferenciados e até conflitantes, sem que esta seja rompida, como os estados da água, que pode ser encontrada sob a forma-aparência – de líquido, gelo e o vapor, situações que não mudam sua essência que é o composto químico H_2O ; padrão e empregado, apenas dois aspectos de uma relação de trabalho numa produção qualquer; e, em arquitetura, interior e exterior, aspectos do mesmo objeto arquitetônico.

O que há, no entendimento dialético, dentre outras características, é identificar sujeito e objeto, num dado fenômeno, social, animal, geográfico, etc., com aspectos variados durante um tempo mudando as feições sem aviso, sem que a realidade em volte seja alterada ou rompida. Visões simultâneas num mesmo evento ou fenômeno podem conviver em aparente contradição. Cabe destacar por fim, que nas relações entre objeto e sujeito o primeiro não é mais uma entidade meramente passiva; ele atua, influencia e até muda comportamentos do sujeito.

A relação sujeito-objeto sempre foi uma questão central da filosofia. Pode-se encontrar, cronologicamente, na História:

- a) a primazia do sujeito, que conforma e determina a si mesmo;
- b) a autonomia do objeto, existente independentemente do sujeito;
- c) a relação dualista sujeito-objeto, como sendo dois pólos independentes, mas que se relacionam;
- d) a relação dialética, onde, dadas certas condições, sujeito e objeto trocam forças e se transformam, mas são inseparáveis; e
- e) o paradigma holístico, que semelhantemente à dialética, não aceita separar sujeito e objeto (CERQUEIRA FILHO, 1999); a realidade é totalizada e inseparável. Holismo e dialética são formas filosóficas diferentes, porém, ambas compreendem o universo como uma totalidade em movimento e mudança permanentes, e por isso, são conceitos aplicáveis ao mesmo tempo em determinadas situações.

Cerqueira Filho (1999) e Jovchelovitch (2000), mostram que, dentro da filosofia cartesiana e a mecânica de Newton, prevalecia a separação entre sujeito e

objeto. Nos dias atuais, o pensamento dialético ou mesmo holístico, considera sujeito e objeto como inseparáveis: passaram a ser vistos como, epistemologicamente, uma só categoria filosófica ou uma entidade inquebrantável.

Em seu livro, *Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação*, Okamoto critica a visão de Bruno Zevi, considerada por ele, conservadora:

[...] para Bruno Zevi a matéria prima do arquiteto é o espaço interno do edifício construído [...] uma conotação física do espaço. (Porém) a arquitetura vai além do abrigo das necessidades e atividades e, no meu entender, seria um meio de favorecer e desenvolver o equilíbrio, a harmonia e a evolução espiritual do homem, atendendo às suas aspirações, acalentando seus sonhos, instigando as emoções de se sentir vivo, desenvolvendo nele um sentido afetivo em relação ao lócus e ao topos. [...] são esses espaços perceptivos e vivenciais que constituem a matéria-prima da arquitetura (OKAMOTO, 2000, p.15).

Okamoto procura desmistificar como o objeto, na criação, é enredada por aspectos subjetivos fundamentais que o ligam definitivamente ao sujeito.

Jovchelovitch (2000) esclarece que no campo da psicologia social, o sujeito somos nós mesmos, e o objeto a estudar, pode ser um objeto qualquer, um fato, ou um outro ser humano, sozinho ou em grupo. Num dado momento, um diante do outro, os dois mantêm relações dinâmicas, sendo nessas que se fundem idéias, se constroem conceitos e significados, dentro de saberes sociais, que não são saberes científicos, mas nem por isso saberes menores, são saberes do senso comum. Por decorrerem de relações sociais que ocorrem num dado tempo e numa certa situação, esses saberes são construídos na dinâmica das relações e, portanto, não podem existir *a priori*.

Deste entendimento, decorre que o desenvolvimento do mundo depende de relações. Tudo são produtos de relações. Se assim é, não pode haver um só saber, uma só certeza, um só conhecimento. A visão holística hodierna, conforme explica Cerqueira Filho (1999), trata a realidade, ou o objeto de estudo como uma totalidade: tudo se relaciona numa rede gigantesca onde quaisquer dessas relações sempre afetarão mais ou menos outras, de onde se depreende que sempre haverá resultados, mutações, ou situações circunstanciais que se estão e estarão, construindo a cada momento.

Destarte, a realidade humana é a que se constrói histórica e socialmente. A grande luta para o entendimento entre os homens é palco onde esforços da diplomacia, da política e até das guerras, são o grande exemplo disso. Assim, a construção da realidade é sempre uma negociação, branda como a diplomacia, a política, ou conflituosa, como as guerras. É assim a realidade, porque é produto de contradições e interesses nem sempre convergentes, e o equilíbrio é muitas vezes precário; o que é real para uns hoje, pode não sê-lo amanhã, e o mesmo se pode dizer da verdade: o que era verdade há duzentos anos atrás, hoje não é mais. Existirão sempre várias realidades, a própria e a do outro, e assim por diante. Então, o que interessa, é aquilo que ultrapassa os limites do indivíduo; é a realidade social historicamente construída na qual prevalecem grupos, e não indivíduos; o que se quer ver é como é percebida essa realidade por um determinado grupo estudado, destacando a observação de que em sociologia, o grupo aqui referido não é um ajuntamento qualquer de pessoas, é do grupo social¹⁴ que se está falando, onde há uma reunião de pessoas que interagem entre si, conflitam ou não, têm uma identidade e se reconhecem como integrantes (GALLIANO, 1981).

Para concluir, resta clarificar dois pontos fundamentais. O primeiro dá conta de que o saber é um instituto relativo, e dentro desta visão se considera que há diferença entre realidade e verdade. Certas representações que há por aí são reais, de acordo com o senso comum, mas não são verdades, necessariamente.

O segundo ponto, dentro da relativização do saber acima referida, é que o saber humano não é homogêneo. O saber científico é um tipo de conhecimento que tem suas regras, ele se distingue da sabedoria comum, do saber popular: o do senso comum – que é, também, um tipo de saber – que é adquirido através das gerações, boca a boca. Há o saber de cozinhar, o saber de manipular ervas medicinais, etc. Embora não sejam de natureza científica, esses saberes, ditos do senso comum, também, são importantes, e não devem ser considerados saberes inferiores; são saberes diversos e que detêm alguma forma de racionalidade própria. Não há saberes superiores, não há uma hierarquia entre saberes. Construir uma

¹⁴ Em Sociologia, um grupo é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas. Também pode ser definido como uma coleção de várias pessoas que compartilham certas características, interajam uns com os outros, aceitem direitos e obrigações como sócios do grupo e compartilhem uma identidade comum. Para haver um grupo social, é preciso que os indivíduos se percebam de alguma forma como afiliados ao grupo (GALLIANO, 1981).

embarcação de 60 toneladas certamente não deve ser fácil sem o saber científico; mas são sim, fabricadas, apenas com o saber empírico da prática, ensinado de geração para geração, de boca a boca.

E por fim, cabe observar que os saberes não são cristais imutáveis, eles também se transformam. Na verdade, os vários tipos de saber se relacionam, se enfrentam, e podem sofrer transformações.

Assim, o entendimento das representações sociais decorre dessa visão de mundo onde a realidade social e natural, os homens e a matéria, passam por e são resultados de relações e transformações, como entidades totalizadas, temporais, móveis e mutantes. Esta visão aqui trazida espera suportar as considerações teóricas e mais adiante os discursos práticos no desenvolvimento do trabalho.

3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

3.2.1 Conceito de representação social

A visão estrutural da Teoria das Representações Sociais (TRS), tem sido largamente empregada em vários estudos de diversas áreas do conhecimento, como exemplos ilustrativos a seguir. Em saúde pública (TURA, 2004), em Matemática (RAMOS, 2004), e em Pedagogia (GRAÇA; MOREIRA, 2006), além de inúmeras pesquisas realizadas no Laboratório de Habitação Social (LABHAB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A moradia, no caso de uma construção multifamiliar habitada, onde existe o relacionamento de vizinhança próxima, adquire, em relação ao grupo que a possui, uma reunião de significados em que o pensamento e a simbologia são transferidos da moradia para o indivíduo e vice-versa, e de um morador para outro, num processo que constrói um ou mais conceitos e significados que vão sendo aceitos e acabam internalizados socialmente, sob a forma de um saber intuitivo, um senso comum que se vai ancorando, objetivando e consolidando como verdades no grupo todo (MOSCOVICI, 1976). Este saber é constituído no calor das contradições sociais da vida privada em comunidade. São saberes que assumem um patamar estandardizado sobre um objeto, comum e duradouro. Representam que e qual importância tem certos atributos para essas pessoas associadas na elaboração inconsciente de imagens à qual dão, depois, um significado. Estas imagens que vão

sendo formatadas e dotadas de significados especiais pertencem ao grupo, exclusivamente, e normalmente não são percebidos por quem está de fora. Este desconhecimento na visão exterior é que leva, muitas vezes, aos equívocos das propostas ditas racionais. Não é a toa que os espaços das moradias são em grande número apropriados e modificados: podem ser intervenções que buscam aproximar suas moradias de suas representações.

O objeto de estudo deste trabalho é a complexa moradia multifamiliar e sua relação, no uso, com seus moradores. A partir daí, busca-se a clarificação de uma imagem significativa que é a representação social para seus moradores. Se a habitação em si é conceitualmente ambígua e funcionalmente complexa, a moradia coletiva o é muito mais ainda; ocupada, cumprindo sua função de morar, é o lócus da convivência social intensa por excelência; da inter-relação grupal não escolhida. Por conta disto, moradia e moradores em certa situação são um todo indissolúvel (sujeito e objeto como um sistema fechado) e o conjunto habitacional se vê numa rede de inúmeras conexões subjetivas e contraditórias onde há desde interesses pessoais a questões ideológicas e sócio-culturais, elementos que acabam por produzir, de modo espontâneo e inconsciente, uma forma particular e exclusiva com que os usuários vêm a moradia.

Através desta teoria foi possível levantar, a partir da produção espontânea dos sujeitos envolvidos um rico universo empírico, o qual trabalhado permitiu a obtenção de visões realistas que podem servir como diretrizes para a avaliação dos casos em estudo e, também, como recomendações para novos empreendimentos.

A representação social tem seu conceito fundamental formulado em 1961 com a publicação da tese de doutorado de Serge Moscovici, cujo trabalho foi revisto em 1976 e traduzido por Cabral (1978). Seu conceito encontra nascedouro na definição das representações coletivas, de Durkheim (1985).

Ao estudar os elementos de Durkheim, Moscovici observou que estavam conceitualmente subestimados esses elementos, os quais se tratavam na realidade, em alguma coisa mais profunda, complexa e significativa do que havia pensado Durkheim. A representação coletiva a que ele se referira não era apenas um episódio aleatório ocorrido numa coletividade primitiva - ambiente em que Durkheim

realizou seus estudos. Não era somente um padrão sem importância surgido ocasionalmente numa certa coletividade. Não poderiam ser denominadas de coletivas apenas por isso. Moscovici, que acreditava na inseparabilidade entre sujeito e objeto, anteviu que essas representações eram algo muito mais importante, um fenômeno gerado muito abaixo da superficialidade e que era uma produção de relações sociais intensas e historicamente construídas no dinamismo do grupo.

Assim surgem patamares mais elevados daquelas representações que ganharam significados e conteúdo mais ricos e, também, mais complexos, a ponto de suportar e expressar toda a carga de um saber coletivo mais profundo, nascido de contradições, dos embates e das interações existentes no âmago do grupo. Tais elementos, as representações coletivas, foram então, substituídas pelas representações sociais, conforme denominação de Moscovici (1978).

Por outro lado, é preciso diferenciar as representações sociais, das noções triviais de imagem, atitude e opinião; Nas representações sociais há uma conotação bem definida, com vínculos que existem entre eles e o meio ambiente, articulados nos processos de interação do grupo em que elas se formam. Estes vínculos são o que dão sentido aos comportamentos e os integram em um conjunto de caracteres móveis e socialmente determinados. Isto é o que lhes dá a conotação exclusiva e o que as faz diferentes de termos semelhantes.

Este saber é constituído pelos vínculos existentes, no calor das contradições sociais da vida privada em comunidade próxima. São saberes que representam um entendimento comum e duradouro a respeito de um objeto, no caso, a moradia; representam, em uma ou mais palavras, o que e qual a importância que certos atributos têm para essas pessoas associadas na elaboração inconsciente de uma imagem à qual dão, depois, um significado. Estas imagens dotadas de significados especiais pertencem ao grupo e normalmente não são percebidos por quem está de fora. Este desconhecimento é que leva, muitas vezes, aos equívocos das propostas arquitetônicas tidas como racionais.

A estrutura de cada representação nos aparece desdobrada, ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto o são a frente e o verso de uma folha de papel, a face figurativa e a face simbólica. Escrevemos que entendendo por isso é que ela faz compreender para toda figura um sentido e a todo sentido uma figura. (MOSCOVICI, 1976, p.31)

Trabalhar com representações sociais significou aprofundar a compreensão dos elementos que estão menos na superfície e mais envolvidos em caracterizações pouco acessíveis a necessitar de desvendamentos porque estão no âmago do problema a resolver. O cenário a que nos referimos está conformado na relação social dos sujeitos (moradores), entre si e entre estes e o objeto, a moradia, no cotidiano do seu uso.

A prática desta teoria serviu para ligar o conhecimento científico da arquitetura e o saber popular, o saber do senso comum, representado pelas expectativas e outros atributos da coletividade, elaborados no convívio, no cotidiano de práticas, elementos sócio-culturais e ideológicos.

Como dito anteriormente, as relações sociais das pessoas em torno de um objeto – a moradia – o convívio da vizinhança, o enfrentamento de crenças diferentes, hábitos e outros valores, são inicialmente individuais. Porém, vêm dar um passo à frente quando, dialeticamente, se elevam do patamar individual para o coletivo e daí, para o nível social, na forma de uma imagem com significado, elaborados no calor daquelas contradições, que formam uma representação social porque foi socialmente engendrada com a participação de indivíduos em sociedade.

Nesta linha, como ocorre com os indivíduos, o comportamento dos sujeitos em grupo social é, via de regra, uma aparência, uma maneira de ser codificada, pois que não depende exclusivamente da vontade consciente, depende também, em boa parte, do inconsciente coletivo, que gera consensos que foram criados socialmente pelos no ambiente dialético e sócio-temporal em que se encontram. Dito de outra forma, esse comportamento nasce de um movimento socialmente elaborado que é estabelecido por vivências individuais, porém, compartilhados até o ponto de se tornar uma ordem da realidade comum a todos os moradores, uma nova prática, um novo valor, inseridos no seu senso comum, que passa a ser estável e verdadeira para o grupo, na verdade, uma ocorrência dialética em uma quantidade se torna uma qualidade.

A representação social não é algo banal, uma opinião qualquer. Segundo Jodelet (1998) as representações sociais são um pensamento estruturado que dá

consistência e orienta aquilo em que se pensa. Sendo elaboradas em grupo, têm um caráter social.

3.2.2 Sobre a elaboração das representações sociais

A representação é um fenômeno humano que consiste em apropriar-se de elementos quaisquer, sejam idéias, conceitos ou objetos impondo-lhes uma reconceituação, de modo a torná-los algo familiar, facilmente reconhecíveis; aí está sua utilidade e conveniência.

O modo para transformar o que é estranho em algo familiar, se dá mediante duas etapas ou mecanismo, denominados de: a) ancoragem e, b) objetivação (MOSCOVICI, 2004).

A ancoragem pode ser compreendida como um processo de comparação entre o sistema de categorias com as quais o sujeito tem familiaridade e o conjunto de categorias externas, que lhes soam estranhas, e fazer um ajustamento nesta estranheza mediante a renomeação ou reclassificação da mesma, segundo seu sistema próprio de categorização.

A objetivação, uma etapa posterior, significa tomar a idéia, o abstrato ou estranho que foi de novo categorizado pelo sujeito, e transformá-lo em algo mais palpável, mais próximo do concreto e facilmente identificável por ele. Consiste em transferir o que estava na mente do sujeito para alguma coisa existente no mundo material.

Ao trabalhar com representações sociais cabe refletir acerca de fenômenos sociais, comportamentos, avaliar atitudes e práticas que fazem parte do senso comum na sociedade em que se está trabalhando. A pesquisa procurou responder às razões que levaram às modificações empreendidas nas habitações por seus moradores, e descobriu, que o mais importante para os mutuários, independentemente dessas intervenções, foi muito provavelmente, ter concretizado o sonho da casa própria, como se verá mais à frente.

3.2.3 A estrutura das representações sociais

O emprego da teoria das representações sociais por sua essência exploratória, possibilitou uma interseção entre o conhecimento da arquitetura, sua racionalidade intrínseca, procedimentos projetuais e construtivos, e o saber popular moldado socialmente pelas aspirações, necessidades, expectativas, negociações e trocas próprias da vida em coletividade, no uso do objeto arquitetônico. Tal saber, tido como do senso comum, produzido pelos movimentos do grupo, acoplou como num tecido rendado, expectativas individuais a comportamentos coletivos, criando as condições necessárias para o estabelecimento de uma realidade comum, da qual participam e compartilham os moradores dos casos estudados.

As representações sociais podem ser avaliadas do ponto de vista de seu ordenamento, desde uma abordagem estrutural. Abric (1998) é um dos principais autores que defendem a estruturação das representações a partir de um núcleo central:

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas, além disso, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado (ABRIC, 2001, p.62).

Este autor levou em consideração o papel intrínseco das representações que têm uma natureza marcadamente dialética, fato que, não raras vezes, tem desconcertado pesquisadores. É que as representações costumam se apresentar com contradições aparentes, pois apesar de serem criações coletivas e sociais são, num só tempo, estáveis e móveis, ou rígidas e flexíveis e mesmo sendo necessariamente consensuais, contém grandes divergências entre manifestações individuais (ABRIC, 2001).

Abric (2001) e Sá (2002) concordam que a teoria do núcleo central visa à resolução dessas contradições íntimas acima descritas. Assim, reconhecer uma representação implica, necessariamente, em *identificar* seu *núcleo central* e o correspondente *sistema periférico*.

Segundo Abric (2001), as representações sociais são elementos estáveis e duradouros porque têm uma estrutura claramente definida, uma parte que é o núcleo central e outra que é o sistema periférico.

O núcleo central é determinado num momento histórico, ou seja, num dado instante, num certo lugar, sob uma ambiência e condições específicas, numa particular interação histórico-social de um dado grupo. Em razão disto é a parte da representação responsável pela constituição da memória coletiva e pelo quadro de normas que foram engendradas em função da sua estruturação.

Sua primeira função é consensual; é a base da qual compartilha todo o grupo configurando a sua homogeneidade. É dele que vem a garantia de continuidade e permanência. Uma segunda função, ser resistente a mudanças, embora possa fazê-lo pela seguida e permanente pressão dos elementos do sistema periférico que se verá mais à frente. E finalmente, é de alguma forma, independente do contexto social e material, onde se expõe a representação, o que nos faz compreender o sentido da moradia encontrado, *segurança*, que realmente não se liga a esses aspectos.

Segundo Abric (2001), o núcleo central tem gravitando em torno de si, variados elementos que têm a função de lhe permitir a interface com a realidade concreta. Estes elementos constituem o sistema periférico da representação, que atualizam e contextualizam constantemente as determinações normativas e de outras formas consensuais do núcleo central, resultando desta relação a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada que da mesma forma caracterizam as representações sociais. Esses elementos do sistema periférico, são os que, nos inúmeros experimentos realizados, são mais tardiamente evocados e que, também, surgem com menor frequência. São neles que a atenção do observador deve se concentrar principalmente, pois são suas informações empíricas que explicarão e darão sentido, confirmando, o núcleo central e a partir deles empreender ações corretivas em novos projetos.

De acordo com Abric (1998), se o núcleo central é normativo, o sistema periférico é funcional e é graças ao caráter funcional do sistema periférico que a

representação pode se ancorar na realidade do momento. A natureza funcional do sistema periférico detém as seguintes funções:

- a) função de concretização: são resultados da ancoragem da representação na realidade. É através deles que a representação é formulada, compreendida e transmitida. Contrariamente ao sistema central ele é pois mais sensível e determinado pelas características do contexto imediato; e
- b) função de regulação: visto que é mais flexível do que o núcleo central, adapta as representações às modificações do contexto ao qual o grupo se insere. Tendo em vista a estabilidade do núcleo central, é o sistema periférico que se modifica face às alterações do contexto. Ele assegura a adaptação do sistema central aos constrangimentos da situação concreta em que o grupo se encontra.

São as características acima que permitem a comparação e a busca de eventuais conexões entre os termos do núcleo central e os do sistema periférico e, também, às demais expressões encontradas dispersas, no nível individual. A exposição acima das representações sociais é percebida claramente como um veículo eficaz a adentrar na massa obscura da realidade da habitação de interesse social, que por si mesmo já esconde, como visto, um vasto horizonte de conexões e sombras imperceptíveis.

Na pesquisa, a abordagem estrutural das representações sociais e os conceitos do núcleo central e do sistema periférico, possibilitaram a apreensão da organização e interpretação da realidade social envolvida com preceitos da arquitetura, garantindo assim, sentido às relações ou conexões sugadas da massa empírica obtida.

3.3 A PESQUISA DE CAMPO

A partir das primeiras visitas aos conjuntos, e das primeiras entrevistas-chaves, ficou acertado com os moradores que seus imóveis seriam objeto de pesquisa para saber-se das modificações existentes além de outras indagações.

3.3.1 Preparação da pesquisa

3.3.1.1 Planificação

Um plano esquemático foi preparado objetivando ordenar a pesquisa: elaboração dos questionários; cronograma de visitas e cronograma de visitas / aplicação de questionários; seleção e treinamento de estagiários; visitas preparatórias; e contatos com sujeitos-chaves (síndicos, porteiros, zeladores e moradores identificados como mais presentes em casa); e outros, aleatoriamente.

As pesquisas visaram quatro objetivos:

- Desvendar as representações sociais da moradia;
- Buscar a opinião dos moradores sobre os espaços da moradia;
- Traçar o perfil sócio-econômico dos moradores; e
- Registrar apropriações dos espaços e interferências nas moradias.

Com relação às representações sociais, conforme recomendação de Tura (2002) e Sá (2002) as técnicas empregadas foram: verbais: 1. com a aplicação de questionários visando às livres associações em evocações induzidas a partir do termo moradia para subsidiar entendimentos sobre as representações; informações sobre as preferências e opostos em relação aos espaços da moradia, privados e coletivos; levantamento do perfil sócio-econômico da população; e registro, em croquis, de intervenções ocorridas na unidade, duas entrevistas semi-estruturadas com sujeitos-chaves, buscando a história e o comportamento além de explicações sobre a relação visível entre moradores e reformas preferenciais.

A livre associação, antes de sua aplicação, teve seus objetivos explicados para auxiliar a participação e foi deflagrada antes das entrevistas para “que as idéias associadas ficassem livres da “contaminação” das questões e do discurso que se seguiria na entrevista” (TURA, 2002, p.115). Não se incluem nessas entrevistas, os primeiros contatos que foram menos formais e aconteceram em período muito anterior à aplicação dos questionários.

3.3.1.2 Conteúdo dos questionários

Foram elaborados questionários com:

- a) duas perguntas ligadas às evocações, para formar o quadro relativo às representações sociais. Visando à clarificação desses elementos foi utilizada técnica verbal, com a livre associação de idéias para produzir evocações espontâneas induzidas pelo termo moradia, que é o objeto do qual se quer apreender a visão que dele têm os moradores, fazendo perguntas diretas: do seguinte modo: 1. *quais as quatro palavras relacionadas com moradia, que lhe vêm à cabeça?* 2. *E destas, quais as duas palavras mais importantes em relação à moradia?* (SÁ, 2002);
- b) 20 perguntas abertas ligadas à avaliação dos espaços pelos moradores e seus porquês;
- c) 20 perguntas fechadas para formar o perfil sócio-econômico dos moradores; e
- d) espaço vazio para levantamento e registro esquemático (croquis) de apropriações e intervenções detectadas nos imóveis pesquisados.

Vale destacar que o conhecimento empírico e objetivo das preferências dos usuários, independentemente das construções simbólicas inconscientes, foram úteis para a formulação de recomendações quanto ao melhoramento dos ambientes e da projeção em si em face da comunicação social espraiada quase ao ilimitado, existente em todos os níveis, onde troca de informações se fez em tempo real, por inúmeros meios hoje disponíveis. As representações sociais não são replicáveis, se apresentam em casos únicos e em determinados e exclusivos ambientes, porém seus elementos componentes servem de indicações e fazem conexões com outros ambientes semelhantes, estabelecendo nexos importantes que bem podem servir de recomendações para que se evitem erros projetuais em novas experiências.

Este trabalho foi complementado com pré-teste e avaliação realizados com a equipe de estagiários e colegas de trabalho. O método foi baseado em instruções colhidas em (RICHARDSON, 1999) e com apoio e instruções do professor orientador e modelos de questionários disponíveis no LABHAB / UFRJ (modelo anexo).

3.3.1.3 Trabalho de Campo

Ali se contou com a colaboração de uma colega arquiteta e cinco estagiários, estudantes selecionados de curso técnico de edificações das Escolas Técnicas.

Foram realizadas inúmeras visitas de auto-sensibilização, desde 2003, quando efetivamente começou a cumprir-se a etapa de aulas teóricas / créditos em Belém. Seções de fotografias, foram sendo feitas desde o começo do trabalho, para conhecer o objeto escolhido. Essas visitas objetivaram também, observar e registrar o comportamento através da aproximação buscando um contato direto com os sujeitos para tentar traçar uma relação entre o seu depoimento e seus comportamentos observáveis. Além disso, foram utilizadas entrevistas não estruturadas, ressaltando-se o acontecido com os autores dos projetos no local das construções, buscando identificar “que, como, e por que” algo ocorreu de uma forma ou e outra. E também entrevistas “guiadas”, utilizadas com os sujeitos-chaves conforme recomendação de (RICHARDSON, 1999, p.208). A aplicação dos questionários foi feita em dias (aleatórios) de semana com repetição nos domingos, durante os meses de março e abril de 2005.

O questionário-modelo encontra-se no ANEXO 1.

4 ESTUDO DOS CASOS: XAVANTES II E JAÇANÃ

4.1 ORIGEM DOS SÍTIOS E SITUAÇÃO

Este item tem o objetivo de explicar, em rápidas linhas, o crescimento da cidade de Belém até o ponto chamado de Entroncamento, um subcentro onde se localiza o sítio em que foram implantados os casos estudados. Não se pretende contar a história da cidade, seria inútil para os objetivos deste trabalho¹⁵. O que importa, é oferecer a compreensão da formação e da surpreendente existência dessas áreas desocupadas que, além de bem localizados para habitação de interesse social, lograram manter-se disponíveis durante tantos anos diante de uma ocupação urbana desenfreada, sobretudo depois dos limites que obstaculizaram a expansão natural da malha urbana.

Os casos estudados são, ambos, projetos contratados pela COHAB-PA e de autoria dos arquitetos José Maria Bassalo e Alexandre Câmara Dantas, sendo o Jaçanã concebido em 1996 e o Xavante II em 1997.

Belém tem a forma geral de um seio e se desenvolve no sentido sul-nordeste. Porém, sua característica principal está na presença de grande quantidade de terras baixas com nível de 4m ou menos, limite das enchentes e dos alagamentos produzidos por rios, igarapés e chuvas abundantes e, sobretudo, na coincidência desses fenômenos juntos.

A Figura 4.1 mostra a morfologia urbana de Belém com destaque para as bacias hidrográficas e os eixos com cotas acima de 4m indo até 20m.

Assim, como que separando essas áreas baixas, chamadas genericamente de *baixadas*, existem os espinhaços ou faixas de terras altas (acima de 4m), sítios mais ou menos largos distribuídos pelo espaço da cidade formando uma espécie de tabuleiro de altos e baixos.

Desses espinhaços, há o que nasce no centro histórico, uma espécie de divisor de que dividindo a cidade em duas partes, segue se alargando e chega a ter

¹⁵ (SEDURB, 2006) e (IDESP, 1990) tratam deste assunto em nível bastante detalhado. Não caberia, no escopo deste trabalho, aprofundar o tema e sob risco de perda do foco.

mais de 1.000 m de largura na altura dos bairros do Marco e Souza, quando se aproxima do ponto que as terras se abrem ao norte além do nordeste, bifurcando-se no sítio conhecido como Entroncamento – Castanheira, em que sua principal avenida, Almirante Barroso segue para o norte já como rodovia federal BR-316 e nasce ali, indo para o norte, a antiga rodovia municipal hoje Avenida Augusto Montenegro, que segue por amplas terras altas até o litoral, em Icoaraci, a qual já foi mencionada.

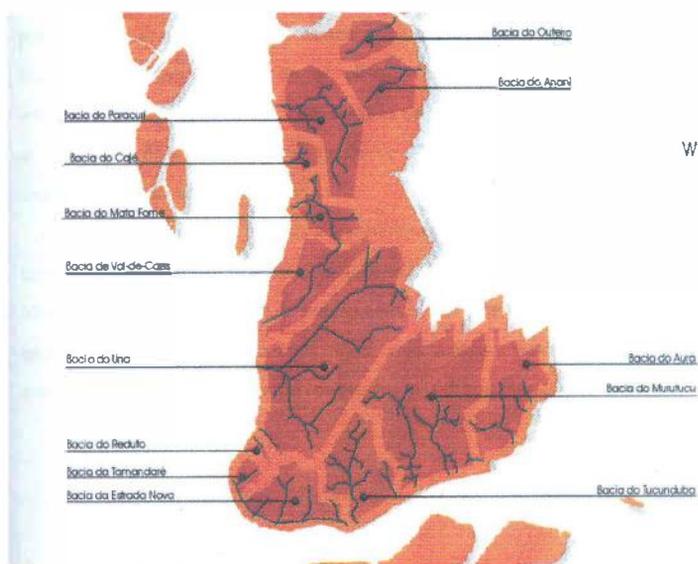


Figura 4.1 - Morfologia urbana de Belém.
Fonte: (PGU, 2000).

Na Figura 4.1 pode-se ver o sítio urbano com a identificação das principais bacias naturais, a maioria já saneada. As bacias são representadas pela cor laranja forte (cor de barro) o leito dos igarapés e canais está em azul; e as terras altas se encontram em laranja claro. O eixo mais importante, o divisor de águas é o que nasce no bico faz umas sinuosidades e segue na direção noroeste; logo em seguida, depois daquele ponto em que se encontra mais ou menos o Entroncamento, ele segue mais para a direita (nordeste). No limite do desenho, abra-se para cima uma área clara (terras altas) é por onde seguirá a Avenida Augusto Montenegro em direção ao norte e ao litoral. Salta aos olhos que a quantidade de terras baixas é maior do que as altas, o que faz de Belém uma cidade de aterros e drenagens.

Pois bem, justamente ali, no limite do desenho da Figura 4.2, nos anos de 1940, por razões da Segunda Guerra Mundial, os militares ocuparam uma grande

faixa de terras altas e foram seguidos por outros diversos órgãos do governo federal e estadual. Estas áreas, que seriam terras boas para a expansão natural da cidade vieram a constituir-se num intransponível obstáculo; estes terrenos ficaram conhecidos como *cinturão institucional* e foi responsável pela ocupação generalizada das baixadas pela população mais pobre e, nas partes altas, provocou um acelerado adensamento populacional e conseqüente verticalização, uma das características de Belém nos dias de hoje, o oposto a outras cidades de mesmo porte.

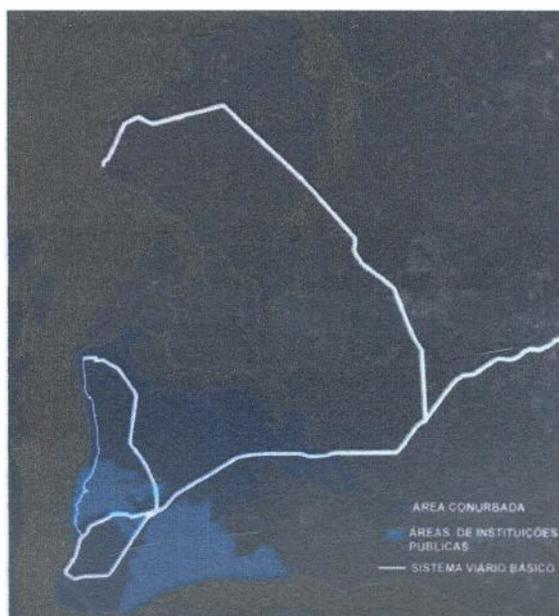


Figura 4.2 - RMB – Eixos de expansão urbana e cinturão institucional.

Fonte: Corrêa (1989); Tourinho *et al* (2001).

Ali, uma parte segue seu caminho e transforma-se de avenida urbana (Almirante Barroso) para rodovia federal (BR-316), e o outro eixo que nasce formando um Y, e se dirige para noroeste, em direção à Baía do Guajará, constituído basicamente pela rodovia municipal Augusto Montenegro que vai até o núcleo de Icoaraci, Distrito de Belém, no litoral, O outro, que vem desde o miolo da cidade chega no ponto de bifurcação como Avenida Almirante Barroso e se transforma na Rodovia BR-316.

Essas terras consideradas altas, assim como outras faixas que são uma espécie de rugas salientes do relevo, foram ocupadas pela população de renda mais alta. E a parte mais pobre da população ocupou o que restou, as bacias, e vales, denominadas genericamente de *baixadas*, que uma vez ocupadas formaram a

Belém *invisível*, favela feita de barracos, palafitas, e estivas, uma grande *não-cidade* que se esconde da *cidade oficial*¹⁶ atrás das ruas mais próximas daquelas faixas mais altas que são marcadas por eixos viários estruturantes de primeira importância, de segunda, etc., em geral (Figuras 4.3 e 4.4).



Figura 4.3 - Belém - Baixadas, 2005.
Fonte: Fotografia do autor.

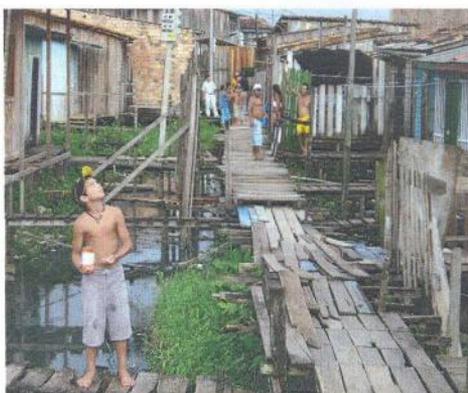


Figura 4.4 Belém - Baixadas, 2005.
Fonte: Fotografia do autor.

Foi visto, também, que esse modelo de crescimento urbano e ocupação dos espaços encontra o grande obstáculo físico chamado de cinturão institucional, que são uma grande parte da cidade que foi apropriada por militares a partir dos anos de 1940, tendo como razão aparente, estratégias militares decorrentes da guerra. Na esteira dessas apropriações, essas apropriações ficaram conhecidas como cinturão institucional, onde outros órgãos, dos governos, federal e estadual, também, cobraram seu quinhão, formando o obstáculo intransponível para a ocupação natural e espontânea da cidade, sobretudo dos mais pobres, que ficaram com a opção do que restava de terrenos nas baixadas. A presença deste cinturão é uma das explicações para a verticalização acentuada que se deu em Belém.

Esse cinturão, em 1964, ano em que o governo militar inaugurou seu sistema de habitação popular, se encontrava em uma zona periférica, distante do centro e pouco povoada. Mas pela presença do Entroncamento, onde a Avenida Almirante Barroso bifurcava-se, aquela área não era totalmente destituída de infra-estrutura.

¹⁶ Ao contrário do Rio de Janeiro, por exemplo, que expõe suas mazelas urbanas nas encostas dos morros, as favelas de Belém são as *baixadas*, que normalmente não são vistas a não ser adentradas pelos becos cobertos de estivas de madeira que são as ruas sobre as águas do rio ou das enchentes.

Para implantação de empreendimento do BNH, seria o melhor local possível e, de fato, a COHAB/PA conseguiu-se se esgueirar na sinuosidade do cinturão e adquiriu terrenos a preços que viabilizaram seu primeiro conjunto, o Marambaia I e depois outras etapas. O mesmo se deu um pouco mais para dentro, em condições, também, não desfavoráveis, em 1988/9, a COHAB/PA ainda conseguiu implantar o conjunto Catalina, nas franjas do cinturão institucional. Foram os conjuntos que se salvaram, pois logo mais, os programas do BNH foram intensificados depois do cinturão institucional, construindo milhares de unidades num local ermo, sem infraestrutura e com toda sorte de dificuldades com seus mutuários. Portanto, os conjuntos Marambaia e Catalina, foram o que de melhor localizado a COHAB/PA pôde implantar na época.

A Figura 4.5 mostra uma outra visão de Belém e região metropolitana, com destaque para o limite da Primeira Léguas Patrimonial, o cinturão institucional com poligonal aproximada, em verde, e mananciais em azul na área de proteção ambiental (APA Belém).

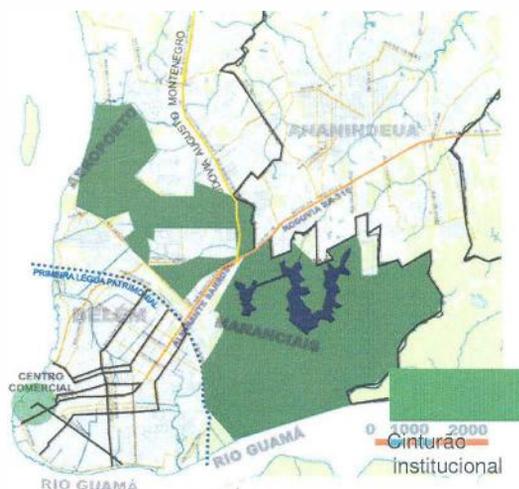


Figura 4.5 - Belém e RMB – Primeira Léguas Patrimonial.
Fonte: Google Earth 4.0. 1693 (Versão Beta) com interferências do autor.

Ali no passado se tomava o trem para o Pinheiro (atualmente Icoaraci) e depois foi inaugurada a Avenida Augusto Montenegro, consolidada como segundo vetor de expansão da cidade

Mas esta zona, uma poligonal irregular, permitia acessos aqui e ali onde se encontravam ainda, terrenos não tão periféricos. Pois foi nesses sítios, vazios e

descontínuos que a COHAB/PA com esperteza adquiriu por preços vantajosos que permitiram a viabilização de empreendimentos, terrenos para implantar seu primeiro conjunto, já na época do BNH, em 1972, o Nova Marambaia, construído em quatro etapas. E mais para cima e para dentro do cinturão, hoje próximo do estádio Mangueirão, nos anos de 1980, já na pior decrepitude do BNH que veio a fenecer definitivamente em 1986, a COHAB/PA ainda conseguiu terminar o conjunto Catalina.

Estas considerações são importantes, porque trata-se de habitações que, mesmo naquela época, década de 1970, não estavam em sítio tão precário como os que ficavam localizadas depois do cinturão institucional onde a COHAB/PA construiu depois maciçamente, gerando o que é hoje um pólo com dinamicidade em Ananindeua, município vizinho, mas que na época era a mais distante e abandonada das periferias, sem quase nenhuma infra-estrutura urbana. A Figura 4.6 mostra a concentração de empreendimentos depois da bifurcação do eixo estrutural. O que está em baixo, localiza-se antes do cinturão institucional e o que ficou em cima, foi construído depois do cinturão.

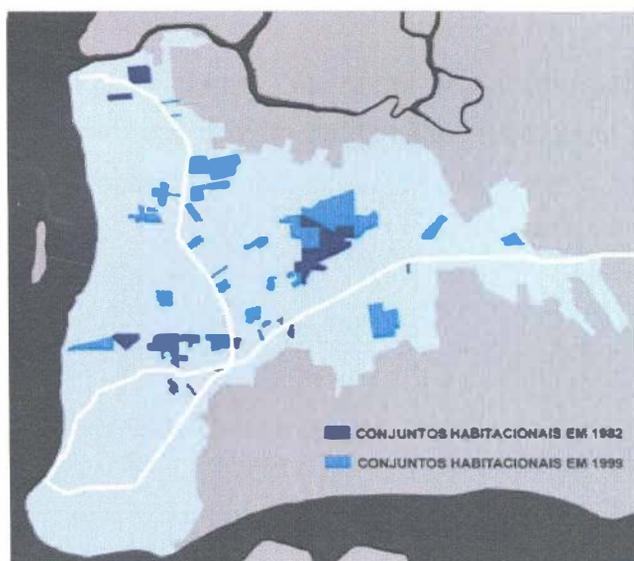


Figura 4.6 - RMB – Conjuntos habitacionais.
Fonte: AMPLA-TERRA (2003) *apud* SEDURB, 2006.

Os sítios do Marambaia e do Catalina não eram tão ruins porque estavam nas proximidades do Entroncamento, já naquela época o ponto antes descrito em que o eixo de saída cidade se bifurcava em Y. Ademais nas franjas do cinturão e em seus interstícios, ainda havia alguma oferta de terrenos relativamente grandes e baratos que atendiam à implantação de infra-estrutura que rapidamente se desenvolveu,

transformando o local num subcentro importante com muitas construções, feiras, mercados, um pólo dinâmico, com a construção prédios comerciais, estâncias e mesmo outros conjuntos habitacionais, que muito depressa se valorizou.

Então, a COHAB/PA, nos limites internos dos sítios do Marambaia e do Catalina, imaginando futuros negócios ou imaginando a necessidade futura de áreas para escolas ou outros equipamentos públicos, reservou bons terrenos para essas finalidades, que acabaram por não acontecer, apesar do desenvolvimento do local. E foi então nestes terrenos, hoje cercados de toda infra-estrutura urbana, transporte, comércio, feiras livres, etc., que a COHAB/PA decidiu implantar os casos aqui estudados. Em sobras do Marambaia foi implantado o Jaçanã e no Catalina, o Xavante II.

A Figura 4.7 mostra a localização dos conjuntos estudados e respectivos posicionamentos em relação aos limites do cinturão institucional – cujos limites internos estão na linha verde claro. A situação desses conjuntos, assim como a descrição dos elementos que compõem o sítio, serão mostrados, mais claramente, à frente.

Ainda, a mesma figura mostra uma outra visão de Belém e região metropolitana com destaque para o limite do cinturão institucional em verde, e localização do Xavante II e Jaçanã.

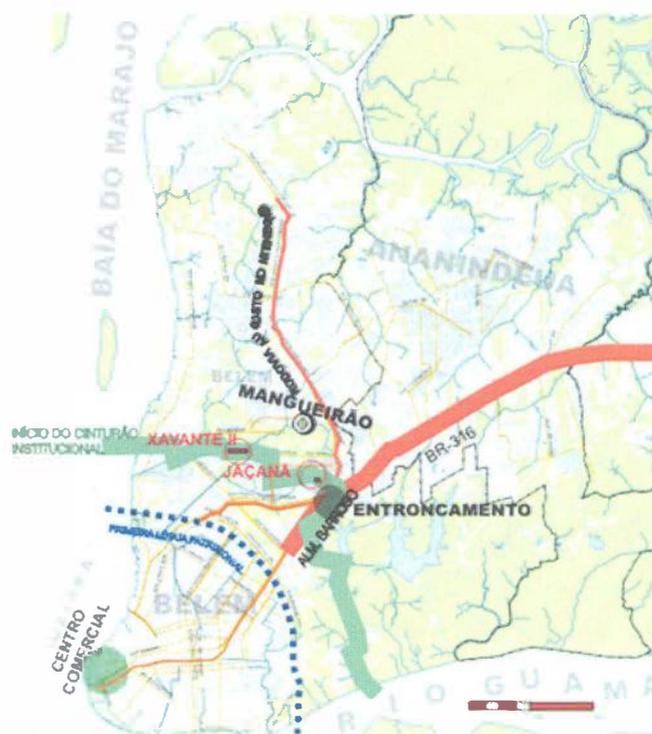


Figura 4.7 - Outra visão de Belém e região metropolitana.
 Fonte: Google Earth 4.0. 1693 (Versão Beta) com Interferências do autor.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O RESIDENCIAL XAVANTE II

4.2.1 Configuração urbanística do Xavante II

Na Figura 4.8 está a imagem de satélite mostrando a implantação do Residencial Xavante II, que ocupa uma área de 1,70ha. Logo se identifica um desenvolvimento em fita formada de 3 duplos blocos separados por uma alameda e por uma praça. Existem os blocos voltados para o Norte, onde se encontra o velho conjunto Catalina; e blocos em oposição, voltados para o sul, local que era um grande vazio verde; este verde, contudo, já desapareceu, com a construção de um grande condomínio fechado segregado por um muro muito alto com cerca eletrificada cuja presença, por falta de maiores preocupações urbanísticas da prefeitura, quebrou muito a boa aparência do Xavante II.

O desenvolvimento dos blocos ocupa naturalmente a poligonal retangular do terreno existente entre duas ruas, ficando metade dos blocos com frentes para uma rua e metade para outra. Esses blocos são separados, nos fundos, por quintais que existem em todas as unidades.



Figura 4.8 - Localização / situação do Xavante II.
Fonte: Google Earth 4.0. 1693 (Versão Beta).

O Xavante II é composto de blocos, que são em número de 6, sendo que 3 estão de frente para uma rua e 3 voltados para a outra rua, paralela à primeira; Na verdade, são 3 pares de blocos, uns de costas para os outros, como mostra a Figura 4.8. Da esquerda para a direita, o primeiro grupo de pares de blocos está separado do que vem depois, por uma rua ou passarela; e a divisão entre o segundo grupo e o terceiro, é uma praça.

Cada bloco é constituído de módulos que contém 4 unidades habitacionais geminadas, sendo 2 no pavimento superior e 2 no pavimento térreo. A união desses módulos, em maior ou menor quantidade é que determina o tamanho dos blocos que, como se vê na imagem citada figura têm tamanhos diferentes.

O grupo maior, à esquerda, tem 5 módulos e, portanto, 40 unidades; O do meio, o menor, tem 24 unidades; e o último, à direita, tem 32 unidades. O total então, é de 96 unidades habitacionais, sendo 48 habitações de 3 quartos e 48 de 2 quartos. Todas as unidades de 2 quartos são rigorosamente iguais e as de 3 quartos, também, havendo diferença apenas nas áreas de quintal, que são maiores na medida em que se vai da esquerda para a direita, posto que o terreno não é um retângulo perfeito, e para acomodação dos blocos, mantendo-se os espaços iguais de jardim na frente, os quintais ficaram com profundidade diferente, apesar de serem diferenças irrelevantes. Interessa observar que não há unidades de 1 quarto.

A configuração geral se aproxima de um retângulo comprido e tem as frentes voltadas para posições contrárias, o que, na prática, divide o conjunto em dois, apesar da praça em comum, que fica meio deslocada do universo das habitações.

Na Figura 4.8 pode-se ver a implantação em desenho CAD, evidenciando-se os blocos de costas uns para os outros e ambos voltados para as ruas que fecham a poligonal do terreno que contém o conjunto.

Os blocos são de comprimento variável, sendo separados por alamedas ou passarelas e num dos casos, por uma praça. Tal separação serve para diminuir o contorno de pedestres e também para evitar a necessidade de juntas de dilatação.

4.2.2 Xavante II: Tipologia habitacional

Na Figura 4.9, pode-se ver a composição dos blocos formada de módulos de 4 unidades geminadas pelas laterais, tendo à frente jardim e rua, e por trás, os quintais, que existem para todas as unidades.

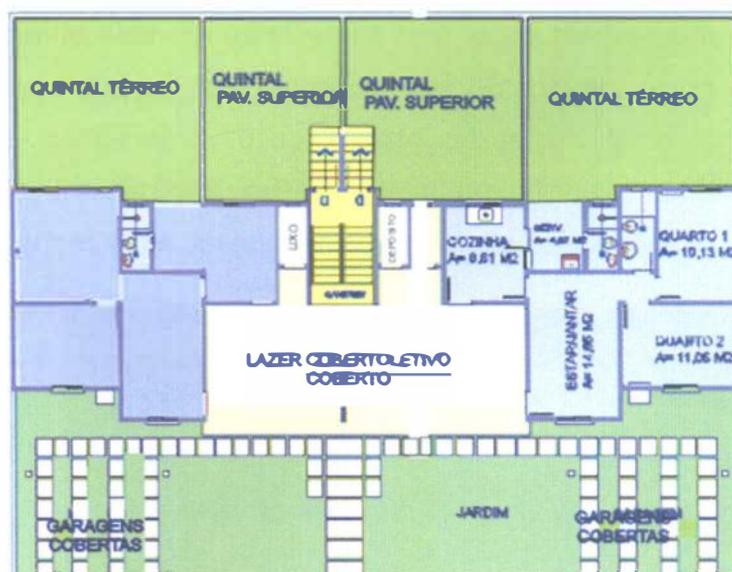


Figura 4.9 - Xavante II. Esquema de combinação do módulo de 4 unidades.

Fonte: Bassalo; Dantas (1997).

Esta disposição, que ocupa uma quadra que guarda o sentido noroeste e nordeste, garante que suas fachadas (Norte e Sul) fiquem em boa situação quanto aos ventos dominantes que vêm de Nordeste a Sudeste e Norte e protegidos da forte insolação vespertina originada no lado oriental (CABRAL, 1995).

Como já foi dito, no Xavante II não há unidades de 1 quarto; metade são de 3 quartos, todas em cima; e metade de 2 quartos, todas no térreo. Há quintais para todas as habitações. Os blocos estruturam-se com a repetição de módulos formados por grupos de quatro unidades servidas por um vestíbulo ou hall comum e escadas, tanto a de uso comum, como a de uso exclusivo, privativa do pavimento superior, que permite acesso de quem está em cima ao quintal respectivo, em baixo.

A Figura 4.10 dá uma visão da modulação dos muros divisórios dos quintais que se dão as costas, limitando as respectivas unidades, que são mutuamente opostas. As paredes de aresta inclinadas que se destacam, pertencem às escadas que dão acesso aos quintais das habitações de cima.

Por conta da diferenciação entre as plantas dos pavimentos no Xavante II, que tem, para o pavimento superior a unidade de 3 quartos e em baixo, a unidade de 2 quartos, há sempre uma sobra proposital de área livre coberta no pavimento térreo que serviriam como a área de lazer coletiva de cada módulo de quatro unidades. É de se registrar, que este arranjo não foi projetado assim no começo. Essas áreas foram inicialmente destinadas às 4 vagas de garagem destinadas, uma para cada unidade. Porém, por exigência dos bombeiros, essas garagens foram retiradas dali e passaram a ocupar parte do jardim onde foram construídas coberturas. Essa interferência extra-projetual prejudicou o projeto, conforme se comentará adiante, no capítulo que contém análise e conclusões.



Figura 4.10 - Xavante II. Quintais com muros separadores
(Foto tirada logo após a ocupação).

Fonte: (BASSALO; DANTAS, 1996).

Na Figura 4.11 tem-se uma vista da fachada do Xavante II com o jardim parcialmente tomado pela garagem e grade que protege e limita o terreno no alinhamento da rua.

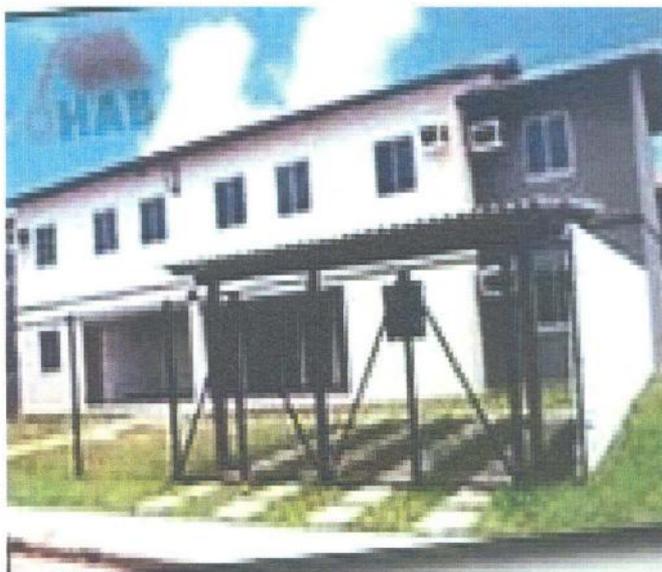


Figura 4.11 - Xavante II. Vista geral externa, com destaque para a garagem coberta com portão e jardim frontal.

Fonte: Fotografia do autor.

Na Figura 4.12 está a unidade térrea de 2 quartos em planta do pavimento térreo. Pode-se observar o modo como as unidades acessam os respectivos quintais: os de baixo têm acesso direto, pela área de serviço, e os de cima, indiretamente, o fazem via uma segunda escada que nasce no patamar da primeira, mas se dirige em sentido contrário, para trás. Observe-se, também, o espaço vazio que se parece com um pátio; veja-se que é uma área que surge do fato de que em cima a casa é maior, e lá, onde estão a sala e o terceiro quarto é que se forma a cobertura da área livre em baixo.

Na Figura 4.13 encontra-se a planta da unidade de 3 quartos do pavimento superior.

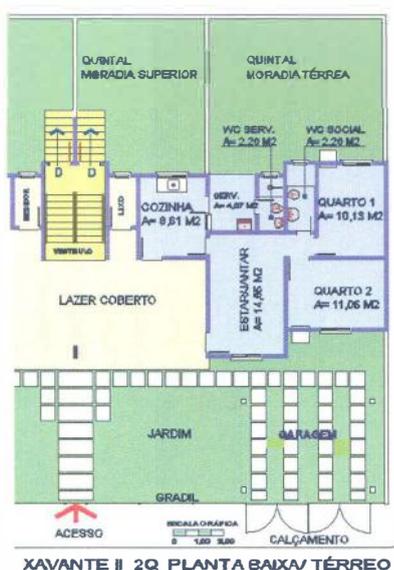


Figura 4.12 - Xavante II. Planta baixa, pavimento térreo - unidade de 2 quartos

Fonte: Bassalo; Dantas (1997).

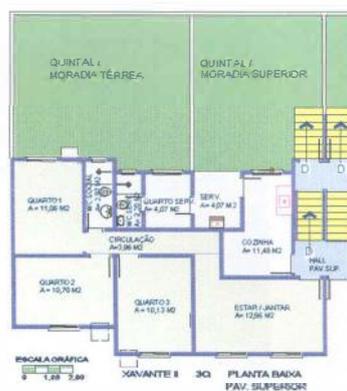


Figura 4.13 - Xavante II. Planta baixa, pavimento superior - unidade de 3 quartos

Fonte: Bassalo; Dantas (1997).

Dessas figuras, pode-se ver a disposição dos quintais, que são separados por um muro; a unidade de baixo acessa o quintal diretamente pela cozinha / área de serviço e, a de cima, através da escada complementar que nasce do patamar e segue com um lanço privativo (isolado por uma porta) que se dirige para trás.

Os módulos de 4 unidades com uma escada têm, também, em comum, as instalações de fossa e sumidouro, uma só entrada de água com medidor de consumo e também uma única entrada de energia, sendo as contas respectivas rateadas pelas moradias, com diferenciação apenas com relação ao tamanho (3 quartos ou 2 quartos) sem considerar o número de moradores.

As habitações de 3 quartos têm $88,85\text{m}^2$ e com preço de venda igual a R\$29.914,06; as de 2 quartos medem $63,80\text{m}^2$ e custaram R\$21.747,88, segundo a COHAB/PA.

4.3 INFORMAÇÕES SOBRE O RESIDENCIAL JAÇANÃ

4.3.1 Configuração urbanística do Jaçanã

Na Figura 4.14 está o Residencial Jaçanã, que pode ser visto na imagem de satélite, destacado por um círculo vermelho.



Figura 4.14 - Localização / situação do Residencial Jaçanã.
 Fonte: Google Earth 4.0. 1693 (Versão Beta).

O conjunto ocupa um terreno de 0,63, sendo fácil perceber sua implantação característica, quase um quadrado, voltada para dentro, e se constitui de blocos de dimensões diferentes, porém formados de módulos iguais de 4 unidades geminadas, com habitações no térreo e no pavimento superior. O tamanho dos blocos é variável segundo a quantidade maior ou menor desses módulos. Dos 4 blocos, 3 são voltados para dentro e um fica de frente para a rua existente, e tem a função de marcar a inserção do conjunto no sítio.

A implantação resulta numa configuração que envolve um espaço central de uso coletivo constituído de uma praça e quadra esportiva, além de ruas internas e estacionamentos, repetindo o modelo tipológico clássico da *praça interna*. O Jaçanã está inserido numa quadra remanescente do velho conjunto Nova Marambaia, o primeiro construído pela COHAB/PA na década de 1970.

Na Figura 4.15 está o Jaçanã em desenho CAD, para melhor leitura. Observe-se que todos os blocos têm uma faixa de jardim com objetivo de tornar menos penosa a ação do sol no piso.

Ressalte-se a situação do terreno em relação à direção. Nesta posição, o bloco 2 se encontra praticamente perpendicular à direção oeste-leste, o que significa estar frontal à insolação vespertina, que é indesejável do ponto de vista do conforto ambiental. A implantação assim se deve à opção paradigmática em defesa do conforto social, posto que todo esforço da projeção esteve a serviço do aproveitamento máximo do terreno, que sendo retangular, quase quadrado, não se

prestava à alternativas com blocos inclinados que salvassem a situação indesejável do bloco referido.



Figura 4.15 - Jaçanã, implantação geral.
Fonte: Bassalo; Dantas (1997).

Assim, foi projetada uma faixa de jardim que é muito mais larga no caso do bloco 2, feita para o plantio de árvores de porte de modo a garantir maior proteção contra o sol da tarde, visto que este bloco ficou em situação prejudicada. Entretanto, como se verá adiante, tal jardim foi substituído por estacionamento.

A Figura 4.16 deixa-se ter uma visão geral da fachada que insere o projeto no sítio, salientando a grade de proteção e a portaria com guarita de controle, que faz do conjunto um condomínio fechado.

Os autores preferiram a configuração quadrática com os blocos voltados para dentro preservando a integridade do espaço coletivo que pôde assim ter o melhor formato para acomodar a praça e a quadra esportiva, além do seu aspecto de facilitador da convivência social inter-vizinhos, atributo muito recomendável e desejável, numa comunidade que vai viver num sistema com possibilidade de se tornar um condomínio fechado – como de fato já está acontecendo. Apenas um bloco se volta para a rua, não aleatoriamente, mas para marcar a presença, fazer a inserção do conjunto no local, conforme explicaram os autores no memorial do projeto.



Figura 4.16 - Jaçanã. Vista da rua.
Fonte: Fotografia do autor, 2005.

Na Figura 4.17 tem-se uma visão interna dos blocos.



Figura 4.17 - Jaçanã. Vista interna.
Fonte: O autor, 2005.

Para amenizar o problema, já que o paradigma social escolhido não aceitaria qualquer descaracterização da forma e do aproveitamento geral, foi pensado para a frente do bloco, um jardim com plantio de árvores de porte que em pouco tempo ajudaria a resolver a questão. Infelizmente analistas fiscais não aceitaram a posição do jardim que foi substituído, à revelia dos autores, por estacionamento asfalto. Vale destacar que os ventos dominantes podem entrar nestas unidades pelos fundos, pelas janelas que se abrem pelos quintais. De qualquer forma, tal problema atinge apenas 21% das unidades. Foi o preço pago para manter o rígido partido que privilegiou fortemente o conforto social.

4.3.2 Jaçanã: tipologia habitacional

O conjunto é formado por 56 unidades, sendo 28 térreas, com quintal, e 28 no pavimento superior, sem quintal. A distribuição é a seguinte: as habitações de 3 quartos têm $73,24\text{m}^2$, com preço de venda igual a R\$29.275,54; as de 2 quartos medem $57,36\text{m}^2$ e custaram R\$21.844,00; e as de 1 quarto, ocupam $43,31\text{m}^2$ e custaram R\$15.887,74, sendo 12 apartamentos de um quarto, 22 apartamentos de 2 quartos, e 22 apartamentos de 3 quartos. A área total edificada é de $4.054,92\text{m}^2$.

A combinação dessas tipologias, em função das quantidades percentuais exigidas no edital licitatório originário, resultou em blocos que contém, a geminação de tipo 3 quartos x tipo 2 quartos e tipo 1 quarto x tipo 1 quarto. Não há combinação entre tipo 1 quarto x tipo 3 quartos e nem tipo 1 quarto x tipo 2 quartos. Os arranjos existentes entre tipos de unidades estão na Figura 4.18.

Os blocos são justaposição de módulos formados por 4 unidades, dois em baixo e dois em cima, com uma escada em comum. Também são comuns por módulo, as instalações de fossa e sumidouro, uma só entrada de água com medidor de consumo e também uma única entrada de energia, sendo as contas respectivas rateadas pelas moradias, com diferenciação apenas com relação ao tamanho (3 quartos, 2 quartos ou um quarto) sem considerar o número de moradores por moradia.

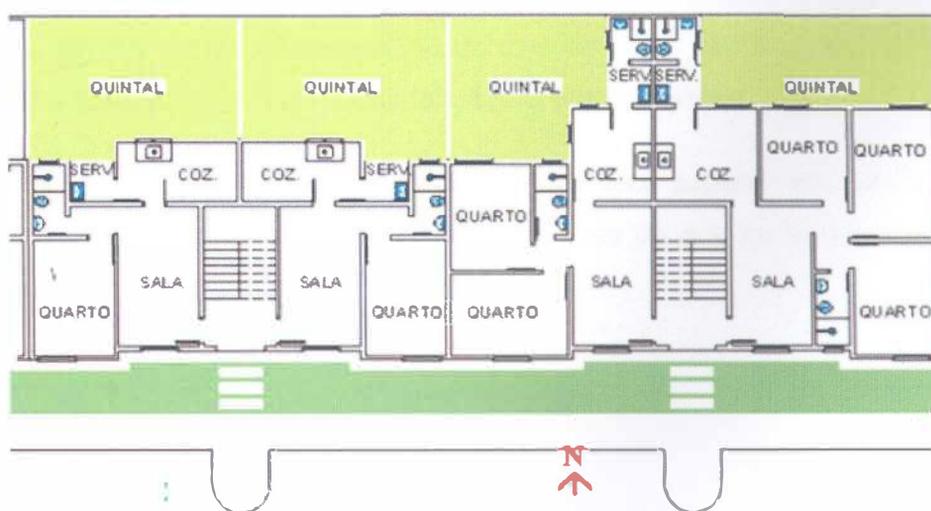


Figura 4.18 - JAÇANÃ, Arranjos entre unidades 1 quarto x 1 quarto e 3 quartos x 2 quartos. Fonte: Bassalo; Dantas (1996).

A Figura 4.19 mostra o pavimento térreo com a planta baixa da unidade de 1 quarto. Esta unidade, diferentemente das demais, não têm banheiro de serviço.

Na Figura 4.20 se mostra a unidade de 2 quartos, em planta baixa do pavimento térreo. Como se observa, a unidade, além da área de serviço, tem também banheiro de serviço.

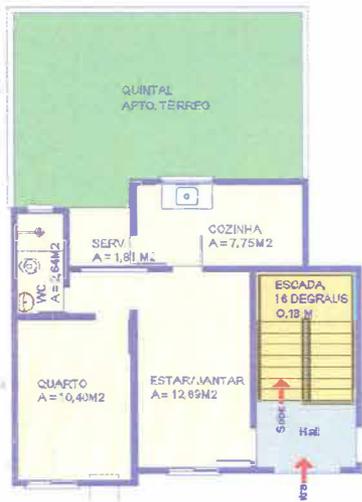


Figura 4.19 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta baixa, unidade de 1 quarto

Fonte: Bassalo; Dantas (1996).



Figura 4.20 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta, baixa unidade de 2 quartos

Fonte: Bassalo; Dantas (1996).

E a Figura 4.21, apresenta a unidade de três quartos, pavimento térreo que tem também, banheiro de serviço. Chama-se a atenção para o fato de que no Jaçanã, a plantas correspondentes, de baixo e de cima, são rigorosamente iguais, tendo como diferença apenas os quintais das unidades térreas.

Não são apresentadas as plantas do pavimento superior em função de que são rigorosamente iguais às de baixo, com exceção de que no térreo as moradias têm quintais.



Figura 4.21 - Jaçanã. Pavimento térreo. Planta baixa, unidade de 3 quartos.

Fonte: Bassalo; Dantas (1996).

A Figura 4.22 dá uma visão interna da escada com corrimão de madeira.

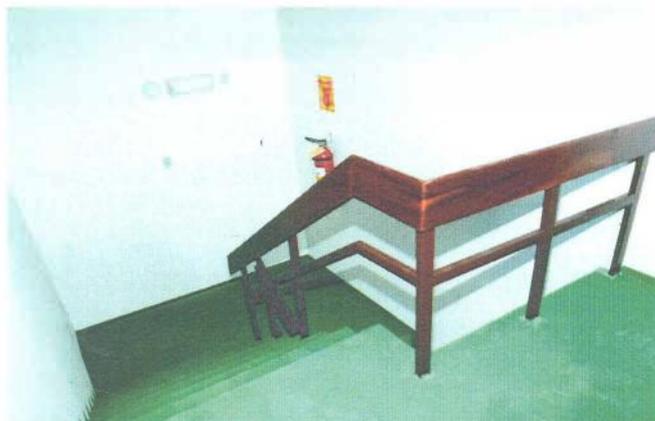


Figura 4.22 - Jaçanã. Vista interna do patamar da escada.
Fonte: O autor, 2.005.

4.4 APROPRIAÇÕES DE ESPAÇO E INTERVENÇÕES NO USO

4.4.1 Residencial Jaçanã

No Jaçanã, permanecem mais ou menos íntegras as fachadas dos blocos internos, com uma ocorrência grave, que é a pichação de uma parede lateral do bloco 2, logo na entrada do espaço coletivo central. Na Figura 4.23. Pode-se ver a pichação feita no rastro da comoção geral provocada pela Copa do Mundo de Futebol, em 2006.



Figura 4.23 - Jaçanã: parede pichada com alegorias da Copa de 2006.
Fonte: Fotografia do autor, 2006.

Além disto, em alguns prédios estão presentes as grades nas janelas. Na Figura 4.24 pode-se vê-las, ressaltando que gradear janelas já é uma tradição em casas de Belém, sobretudo em locais de moradia térrea, como é o caso.

Fora estas intervenções, há outra mais grave, que maltrata o visual das fachadas e que poderia ter sido evitada. Trata-se da construção de coberturas no estacionamento, invadindo, inclusive, as calçadas. A Figura 4.25 mostra isto com clareza. Se o projeto tivesse se antecipado e pensado nesta possibilidade, uma necessidade que é geral em Belém, haja vista a grande insolação típica da região, poderia ter sido projetado para o futuro, sem que entrasse nos preços das moradias, um estacionamento coberto padronizado que fosse construído depois de ocupado o conjunto, já que intervenções desta natureza são inevitáveis.



Figura 4.24 - Jaçanã: grades nas janelas.
Fonte: Foto do autor, 2006.



Figura 4.25 - Construção de coberturas para veículos com invasão de calçadas, em frente a bloco interno.
Fonte: Fotografia do autor, 2006.

Não só dentro do conjunto, por assim dizer; a Figura 4.26 mostra que no bloco que está de frente para a rua, também foram construídas coberturas para veículos.



Figura 4.26 - Construção de coberturas em frente ao bloco virado para a rua.
Fonte: Fotografia do autor.

No bloco 2, aquele que ficou prejudicado pela situação de estar frontal ao eixo Leste-Oeste, pode-se verificar o quanto prejudicou o projeto com a retirada do jardim fronteiro para árvores de porte. Na Figura 4.27 vê-se as unidades de cima se protegendo com toldos e, em baixo, com arbustos, que não protegem satisfatoriamente. Decorridos mais de cinco anos, se o jardim fosse mantido, conforme era no projeto inicial, já haveria árvores grandes que seguramente fariam uma boa proteção anti-solar.



Figura 4.27 - Jaçanã. Vista do bloco 2 com proteção de toldos e arbustos
Fonte: Fotografia do autor, 2006.

Na Figura 4.28 pode-se ter uma visão dos fundos dos blocos, uns diante dos outros, um visual *afavelado* que ficaria muito mal colocado para ser visto da sala de estar. Uma demonstração de que o preceito frente com *frente e fundos com fundos* defendido pelos projetistas (BASSALO; DANTAS, 1997) está na direção certa.



Figura 4.28 - Jaçanã. Vista dos fundos de duas unidades.
Fonte: O autor, 2006.

Além destas intervenções e apropriações dos espaços, que atingem mais o aspecto urbanístico do conjunto, há também ampliações físicas de unidades com o prolongamento da construção ocupando parte dos quintais. Curioso é, em certos casos, que a moradia de cima – que não tem quintal – invade, digamos assim, o espaço aéreo do quintal de baixo. Como as plantas do térreo e superior são iguais e superpostas, quando o morador térreo resolveu crescer a sua área de serviço ocupando parte do seu quintal, a unidade do piso superior aproveitou-se da oportunidade para também avançar, apropriando-se da laje de teto construída pela moradia térrea. Com isto, ambas as unidades se ampliaram. Imagina-se que essas apropriações, por suas características, tenham sido objeto de entendimentos entre vizinhos. Não possível, nas visitas feitas, colher maiores esclarecimentos e no tempo em que a pesquisa foi efetuada, tal ocorrência ainda não existia. A Figura 4.29, uma fotografia de 2007, mostra a ampliação que avança sobre o quintal do térreo, tanto da unidade térrea quanto da superior.



Figura 4.29 - Jaçanã. Ampliação no quintal de baixo com apropriação da unidade de cima
 Fonte: Fotografia do autor, novembro de 2006.

Na Figura 4.30 é mostrada em planta como a ampliação se dá, ocorrendo primeiro a ocupação do quintal pela moradia de baixo e depois vem a de cima e ocupa o novo espaço oferecido pela laje, e sobem, a partir dali, as paredes e sua cobertura. À esquerda está a ampliação da moradia térrea, e à direita, a habitação do andar superior. Tal esquema foi possível, pelo fato de que as plantas construídas são iguais e sobrepostas.

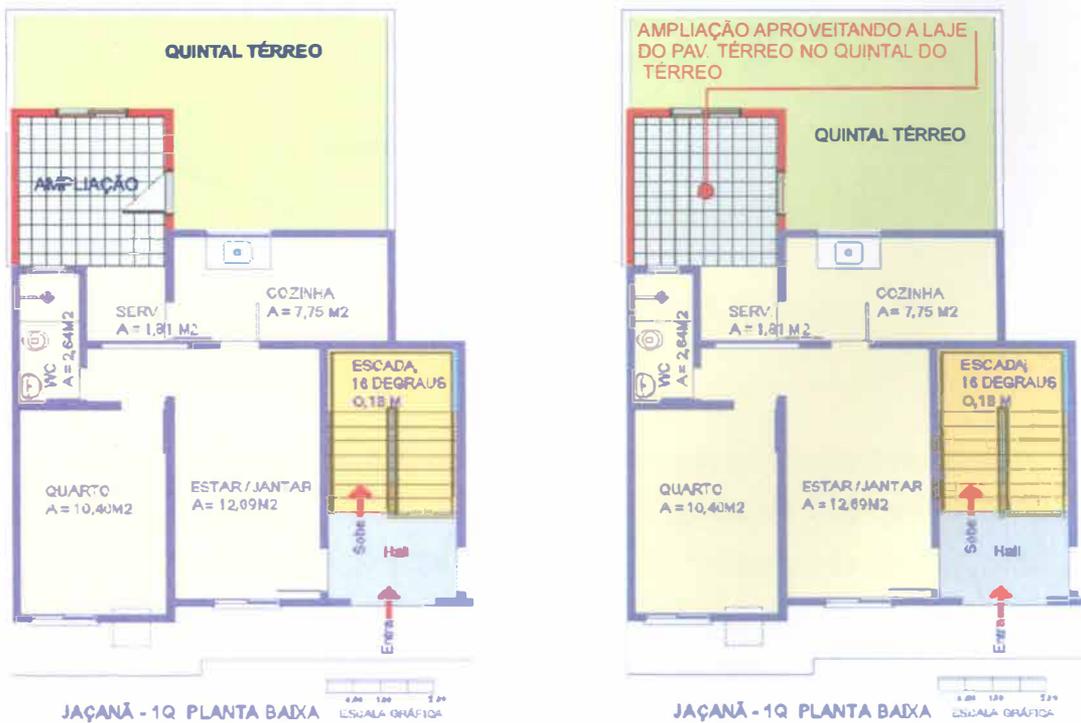


Figura 4.30 - Jaçanã. Planta de 1 quarto, pavimento térreo e superior. Exemplo de ampliação da unidade com ocupação de parte do quintal da unidade térrea.
 Fonte: (BASSALO; DANTAS, 1997) com interferências do autor.

Outra intervenção detectada, está na transformação da cozinha, antes fechada, depois aberta, segundo o modelo americano *loft* face a pequenez do conjunto cozinha / área de serviço. Esta alteração foi vista somente em 2 unidades do pavimento térreo onde, visivelmente, o quintal complementa a mudança. A Figura 4.31 mostra a transformação em planta.



Figura 4.31 - Jaçanã. Intervenção. Unidade compadrão da cozinha alterado para o modelo (*loft*).
 Fonte: Pesquisa.

4.5 APROPRIAÇÕES DE ESPAÇO E INTERVENÇÕES NO USO

4.5.1 Residencial Xavante II

As principais apropriações encontradas são quase todas levadas a cabo pelos moradores do pavimento térreo, e isto tem uma explicação que remete à fase de aprovação dos projetos de arquitetura do conjunto. Trata-se do resultado de uma interferência institucional irrefletida, que para aprovação do projeto, foi exigida a mudança das garagens inicialmente previstas para as áreas cobertas no térreo, em baixo das unidades de cima, com quatro vagas por módulo de quatro moradias.

Ora, as garagens não ocupavam espaço em frente à porta de saída, localizada na caixa do hall da escada; aliás, bem no meio, entre os dois espaços

laterais, já existe um pilar, elemento que naturalmente já atrapalharia. Os lugares para 4 veículos estavam demarcados para os lados do hall da escada, com dois carros para cada lado. Veja-se na Figura 4.32, os veículos (em vermelho e amarelo) ocupando perfeitamente aqueles espaços de onde foram retirados, sem que fossem empecilho para uma saída emergencial.

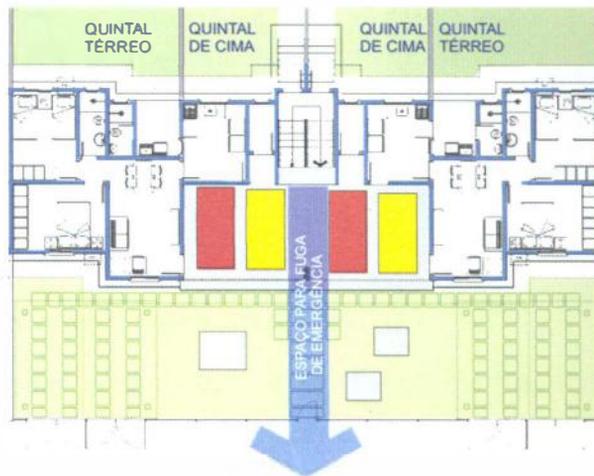


Figura 4.32 - Xavante II. Áreas cobertas apropriadas e garagens no jardim.

Fonte: Bassalo; Dantas (1987). Interferências do autor.

Por conta de entendimento equivocado dos analistas do Corpo de Bombeiros, essas garagens foram mudadas para coberturas construídas sobre o jardim que está fronteiro aos blocos. Ocorre, que os jardins foram inicialmente pensados como a área de lazer coletivo, para o convívio da vizinhança, e com a mudança, sobrou pouco ou nenhum espaço disponível para tal finalidade. As áreas cobertas que depois ficaram disponíveis são em situação e funcionalmente inadequadas, pois encontram-se separadas pela caixa da escada e ficam numa posição que as liga mais às unidades térreas. Por conta disto ocorreu que praticamente não restou espaço para o lazer coletivo dos moradores e, os espaços cobertos acabaram sendo apropriados pelas unidades de baixo, que se beneficiaram em detrimento das de cima. Deste modo, cada grupo de duas moradias tinha um jardim coletivo, um espaço apropriado para reuniões, churrasco, etc. Com a mudança das garagens para o limite frontal dos lotes, o jardim foi muito reduzido e, ademais, está obliterado por tampas de fossa, sumidouro, cisterna e caixas de passagem que qualquer intenção de uso como lazer coletivo, prestando agora, apenas para plantas ornamentais, um jardim contemplativo. Nesta situação, a função de lazer coletivo foi para as ruas em frente às moradias, local nem sempre seguro nos dias de hoje.

A Figura 4.33 apresenta a inadequabilidade da área verde que restou para o uso de lazer coletivo. Os encaminhamentos em placas de cimento que servem de circulação de acesso ao lado das tampas da fossa, sumidouro e cisterna tiram do espaço verde qualquer possibilidade de uso que não o de jardim.



Figura 4.33 - Xavante II. Duas vistas do jardim e inadequabilidade como espaço de lazer. Fonte: Fotografia do autor, novembro de 2006.

Em decorrência desse fato, está havendo, de forma generalizada, a apropriação desses espaços cobertos pelos moradores do térreo. É bem verdade que as apropriações ainda são discretas, na maioria se fazendo apenas com a colocação de mobiliário, cercaduras com vasos de plantas, etc., porém os espaços já estão sim, bem demarcados, indicando claramente a intenção e a inevitabilidade delas. A Figura 4.34, onde o grupo familiar está reunido, mostra claramente que tal espaço é praticamente pertencente à unidade térrea.



Figura 4.34 - Xavante II. Vistas de apropriação do espaço coberto. Fonte: Foto do autor, novembro de 2006.

A Figura 4.35 mostra dois exemplos de apropriação mais definitiva dos espaços cobertos pelas unidades de baixo. À esquerda, uma privatização física

através de vasos com plantas. À direita, com um conjunto de cadeiras e mesa de centro, um ambiente nitidamente privativo. A ilustração, mostra também, que o jardim está cheio de plantas e portanto, não está servindo como espaço de lazer.



Figura 4.35 - Xavante II. Duas vistas diferentes de apropriação dos espaços coletivos.
Fonte: Foto do autor, novembro de 2006.

Na Figura 4.36, está mostrada, à esquerda, outra visão do térreo com intervenção que quase acaba de vez com o verde através da cimentação da garagem; e a direita, intervenção que altera o desenho original do portão da garagem.



Figura 4.36 - Xavante II. Interferências: cimentado da garagem e implantação de varandas
Fonte: Fotografia do autor, novembro, 2006.

A Figura 4.37 evidencia a colocação generalizada de grades nas janelas, Tanto em baixo como em cima, porém um expediente tradicional, mas que interfere no resultado geral das fachadas que começam a descaracterizar-se. Observa-se

também na mesma figura, à direita, uma interferência com a mudança de cores das fachadas com nova pintura.



Figura 4.37 - Xavante II. Vistas da fachada do: grades nas janelas.
Fonte: Fotografia do autor, novembro, 2006

Já na Figura 4.38, pode-se ver uma ampliação de uma das unidades. Como aqui há quintal para todas as unidades, não foi possível identificar se a ampliação originou-se no térreo ou no quintal do pavimento de cima.



Figura 4.38 - Xavante II. Vista de ampliação sobre um dos quintais.
Fonte: Fotografia do autor. Julho de 2006.

Na Figura 4.39, a intervenção fica por conta da unidade localizada de esquina com uma das passarelas ou rua secundária, elementos existentes que servem para

reduzir a extensão dos blocos¹⁷. Por este acesso lateral, o proprietário resolveu construir uma garagem com portão, no seu quintal.



Figura 4.39 - Xavante II. Vista de avesso lateral com portão para o quintal.

Fonte Fotografia do autor, novembro de 2006.

Na Figura 4.40, também, na ponta de um dos blocos que fazem esquina com uma rua, pode-se ver a implantação de uma caixa d'água no quintal de uma das unidades. Trata-se de uma moradia térrea, de cujo morador, ouviu-se o relato de que preferira gastar com a perfuração de poço e construção da caixa d'água do que *pagar pelos outros*. Isto é devido ao sistema projetado, que cobra consumo igual por unidade, pois só há um medidor para cada módulo de 4 habitações. Aliás, estas instalações, que além da água são de uso comum, representam cobrança em conta por conjunto de quatro unidades, foram objeto de forte reclamação, dando uma indicação de que esta não é uma solução adequada, embora racional, que visava à diminuição de custos de obra.

¹⁷ A limitação da extensão dos blocos tem o objetivo de evitar a implantação de juntas de dilatação que tendem a transformar-se em problemas de manutenção no futuro. Além disto, convém reduzir o comprimento das calçadas para evitar grandes caminhadas a pé (BASSALO; DANTAS, 1997).



Figura 4.40 - Xavante II. Vista dos quintais com a interferência de um reservatório elevado em uma das unidades.

Fonte: Fotografia do autor, julho de 2005 Ilustração 1.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 APRESENTAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

5.1.1 Os elementos indicativos das representações sociais

Segundo pressupostos teóricos à risca, os procedimentos ficam mais claros se tratados como numa receita de bolo, passo a passo.

Primeiro passo. Para apreensão dessa realidade simbólica e exclusiva que são as representações sociais, foi primeiramente, empregada técnica verbal a partir da indução com emprego do léxico *moradia*, que é o nosso foco principal. Então, foi pedido que o entrevistado evocasse quatro palavras que, na opinião dele, tivessem relação com o termo *moradia*, um dos focos do trabalho. Logo em seguida, os entrevistados foram instados a declarar quais eram, das quatro evocações anteriores, as duas palavras mais importantes.

Em geral, com a aplicação dos questionários (modelo no anexo 1), obtém-se uma grande massa de dados empíricos que necessitam de tratamento e ordenação para que possam ser lidos com maior facilidade e clareza. Para o Xavante II, o total de evocações obtidas chegou a 224; e para o Jaçanã, 152, uma massa heterogênea de unidades semânticas com grande número de repetições ou termos com significados similares. O total dessas palavras encontra-se nos anexos 2 e 3.

O processo de categorização das expressões evocadas foi realizado, principalmente com base na técnica de análise de conteúdo semântico, nos termos apresentados na obra *Pesquisa social: métodos e técnicas*, de Roberto Jarry Richardson (1999, p.237-240), e também, conforme as descrições de Sá (2002, p.116 - 119) e Tura (1998, p.127-129).

Tratava-se de reduzir e racionalizar essa massa de dados, através do ajuntamento de sinônimos, expressões equivalentes, e termos similares, em grupos semânticos ou categorias, como se preferiu. Uma maior consistência e confiabilidade na separação das palavras e composição dos grupos por categoria foi garantido, por posições diferentes e opiniões divergentes, com a participação de 4 professores voluntários. Este procedimento objetivou desenhar um quadro de categorias o mais distante possível de uma opinião pessoal.

Estas expressões léxicas foram reunidas chegando-se a doze categorias em cada caso. Assim se construiu a primeira base de dados que levou, mais a frente, na revelação do sentido da moradia, extraída, não da opinião pessoal de um ou outro morador, mas do consenso grupal, obtido diretamente do inconsciente coletivo.

Os resultados da categorização efetivada estão no Quadro 5.1. Para o Xavante II, o resultado consensual foi: das 224 evocações, foram aproveitadas 166, correspondentes a 74,10%, uma amostra considerável, acomodada em 12 categorias. Para o Residencial Jaçanã, das 152 evocações, foram aproveitadas 95, correspondentes a 62,50%, da mesma forma uma amostra de tamanho adequado. O resultado foi, por mera coincidência, um agrupamento de 12 categorias. Nos dois casos, foram abandonadas as categorias cuja freqüência era igual ou menor que três.

Quadro 5.1 - Evocações e categorizações por conjunto pesquisado, 2005.

QUANTIDADE DE EVOCAÇÕES E CATEGORIZAÇÕES		
Informações	XAVANTE II	JAÇANÃ
Total de evocações	224	152
Categorias iniciais	17	15
Categorias abandonadas	5	3
Categorias válidas	12	12
Evocações válidas	166	95

Fonte: pesquisa de campo. 2005

Fonte: Pesquisa. Categorização do autor.

Segundo passo. Segundo Abric (1998), o próximo passo é colocar em evidência os elementos organizadores da representação social, buscando os seguintes elementos indicativos: a *freqüência das evocações*; a *importância da evocação* segundo ordenação feita pelos sujeitos; e a *média da freqüência de evocação* – OME.

Para melhor compreensão desses elementos, buscou-se seus fundamentos estatísticos que foram encontrados em Aleazine (2002), que esclareceu a diferença de frequência absoluta, e frequência relativa (carregada de pesos diferenciados). De uma forma ou de outra, frequência é o número de elementos que se repetem e pertencem a um determinado conjunto; no caso, representa o número de evocações agrupadas numa certa categoria.

Para dar tratamento às evocações categorizadas foi utilizado o *software* EVOC, programa desenvolvido para esta função específica que trabalha com o banco de dados, previamente inseridos no computador. Assim, o ordenamento e classificação das expressões categorizadas foi gerado apresentando como resultado, quadros classificatórios das expressões obtidas na pesquisa. Termos que serviam a mais de uma categoria foram descartados.

Terceiro passo. Chega a hora de se fazer o cálculo das ordens médias de evocações – OME que, segundo os procedimentos adotados por Tura (1998, p.130), deve obedecer ao seguinte roteiro: sendo 4 o número de evocações solicitadas, analogamente os pesos aplicados na ponderação foram 1, 2, 3 e 4, respeitando-se as indicações feitas pelos sujeitos pesquisados – pesos que foram atribuídos às evocações da seguinte forma: foi lançado peso igual a 1 à evocação feita em primeiro lugar; peso 2 à evocação aparecida em segundo; e assim por diante. Essas palavras ou expressões categorizadas multiplicadas pelo respectivo peso representam o grau de importância da categoria em relação às outras (frequências relativas). Feito assim para cada categoria obteve-se a posição relativa (hierarquizada) das diversas categorias.

Essas categorias, com pesos incorporados, são produto/parcelas que foram somadas (S1). Em seguida tomou-se a soma das frequências (absolutas) das categorias nas 4 posições (S2). A razão entre estes dois somatórios ($S1 \div S2$) é a ordem média de evocação - OME da posição considerada. O Quadro 5.2 discrimina a fórmula para o cálculo das OME.

Quadro 5.2 - Cálculo da Ordem Média de Evocação – OME de uma categoria genérica X.

$$\frac{(\text{Freq.}Xa \times 1) + (\text{Freq.}Xb \times 2) + (\text{Freq.}Xc \times 3) + (\text{Freq.}Xd \times 4)}{Xa + Xb + Xc + Xd} = \frac{S1}{S2} = \text{OME}$$

Onde: X é a categoria ou evocação

Freq. X é a frequência de X com valor a

Freq. X é a frequência de X com valor b

Freq. X é a frequência de X com valor c

Freq. X é a frequência de X com valor d

Xa é o valor de X na posição a

Xb é o valor de X na posição b

Xc é o valor de X na posição c

Xd é o valor de X na posição d

Fonte: Construção do autor. Metodologia de cálculo segundo Tura (1998).

No Quadro 5.3 está o resumo dos cálculos anteriores contendo as 12 categorias de cada caso estudado, com respectivas frequências e ordem média de evocações (OME's). As listas de palavras ou expressões que foram categorizadas encontram-se em anexo.

Quadro 5.3 - Xavante II e Jaçanã. Categorias, frequências e OME, 2005.

Residencial XAVANTE II			Residencial JAÇANÃ		
Categoria	Frequência	OME	Categoria	Frequência	OME
Segurança	33	1,758	Segurança	23	2,000
Conforto	33	2,606	Conforto	16	1,758
Tranqüilidade	17	2,750	Casa	10	1,643
Lar	15	1,933	Lar	10	2,200
Casa	14	1,643	Paz	8	2,000
Residência	13	2,769	Residência	7	3,143
Família	12	2,083	Trabalho	4	1,750
Paz	11	3,455	Amizade	4	2,750
Bem-estar	6	2,833	Lazer	4	3,500
Lazer	4	2,000	Estabilidade	3	3,333
Espaço	4	2,500	Família	3	3,000
Estabilidade	4	2,750	Felicidade	3	3,455

Fonte: Pesquisa. Dados processados por computadores – programa EVOG.

Quarto passo. A construção do diagrama de evocações irá oferecer um visual da posição dos diversos valores e, segundo Vergès (1992) a análise combinada destes dois elementos é o que possibilitará esclarecer as expressões que provavelmente pertencem ao núcleo central da representação social e também faça parte, ou seja, ela própria.

Deste modo, as expressões semânticas ou categorias que mais interessam para se apresentar como a possível representação social da moradia são aquelas situadas com maior frequência absoluta e simultaneamente, uma menor OME.

O método mais comum para a visualização desses elementos é o diagrama constituído de 4 quadrantes nos quais se distribuem os valores já ordenados (TURA, 1998). Este diagrama pode ser (e foi) gerado automaticamente pelo Software EVOC, já citado., embora sua construção conceitual esteja ligada ao sistema cartesiano ortogonal XY, utilizado correntemente na geometria analítica, de amplo conhecimento. A Figura 5.1 mostra como esses diagramas são construídos.

Sua organização tem como base dois eixos ortogonais com os nomes genéricos de Y (vertical) e X (horizontal). As distâncias tomadas do eixo Y (medidas horizontais) chamam-se de abscissas; e as do eixo X (medidas verticais) denominam-se ordenadas. Um ponto no plano pode ser determinado pelas suas duas coordenadas: uma ordenada e uma abscissa. O ponto de interseção dos eixos tem ordenada e abscissa iguais a zero.

A construção do diagrama procurado começa quando se lançam os valores das frequências no eixo dos Y e as ordens médias de evocação – OME's no eixo dos X. Imagine-se na Figura 5.1, no eixo Y, os valores ordenados, a contar do ponto zero, as frequências das evocações e, igualmente no eixo X, os valores das OME's.

Isto feito localiza-se na escala de valores das frequências no eixo dos Y, o número médio, e no eixo dos X, também o respectivo valor médio. Traçando linhas perpendiculares por estes pontos, elas se cruzarão num ponto que vem a ser justamente o ponto central (destacado por um círculo vermelho) que define os quadrantes do diagrama, que no desenho (Figura 5.1) corresponde à área em azul-cinza no exemplo.

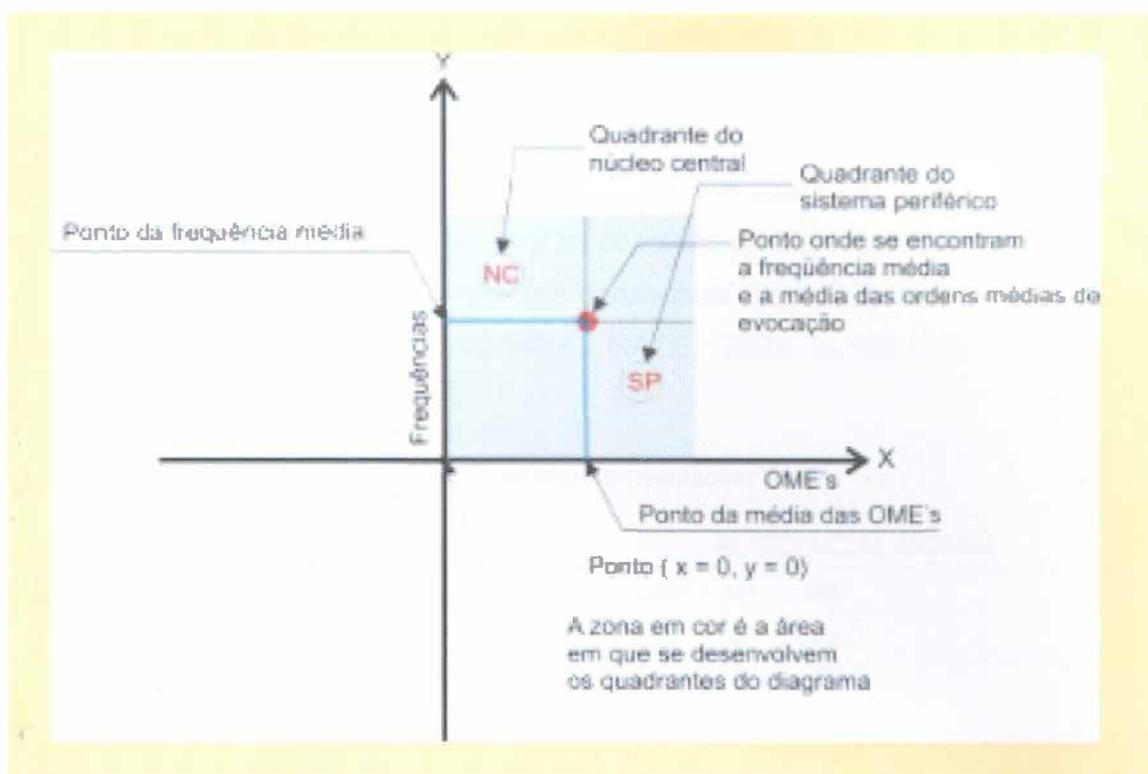


Figura 5.1 - Simulação da construção do diagrama de evocações.
Fonte: Desenho do autor.

Com a abstração do sistema XY, verifica-se, apenas o diagrama, a área azul que foi dividida em quatro partes ou quadro quadrantes, aonde o eixo horizontal intermediário se refere à ordem média de evocação. Os resultados esperados pelos pressupostos teóricos são: a) os valores menores das OME's estarão para o lado esquerdo e b) os valores menores das freqüências estarão na parte superior.

Segundo este formato, o quadrante superior esquerdo, ou primeiro quadrante, como é chamado, terá como conteúdo as evocações de maior freqüência e as mais rapidamente enunciadas; enquanto que no seu contrário, inferior direito, ou quarto quadrante, encontram-se as evocações de menor freqüência e também mais tardiamente pronunciadas.

Quinto passo. A partir desse quadro conceitual metodológico, é possível apresentar as informações ordenadas no diagrama de 4 quadrantes que depois dos procedimentos estatísticos sugerem um cenário claro com a posição relativa das categorias entre si, fazendo surgir as representações sociais da moradia e seus elementos estruturais.

Estes elementos estão apresentados no diagrama constante do Quadro 5.4, onde pode-se observar, em cada caso, no quadrante superior esquerdo respectivo, os elementos que mais probabilidade têm de ser a representação social procurada, estruturada no seu núcleo central, enquanto que, no quadrante de baixo, à direita, está o sistema periférico pois *a palavra na condição de mais repetidamente citada e considerada como principal, é o símbolo consensual procurado ou a representação social da moradia.* (TURA; MADEIRA; GAZE, 2002, p.132-133), segundo a comunidade pesquisada.

Quadro 5.4 - Diagramas da provável estrutura das representações sociais

RESIDENCIAL XAVANTE II						RESIDENCIAL JAÇANÃ						
Evocação			Evocação			Evocação			Evocação			
freq.	OME		freq.	OME		freq.	OME		freq.	OME		
Segurança	33	1,758	Conforto	33	2,606	Conforto	16	1,758	Segurança	23	2,000	
2,480						2,500						
Evocação			Evocação			Evocação			Evocação			
freq.	OME		freq.	OME		freq.	OME		freq.	OME		
Casa	14	1,643	Bem-estar	6	2,833	Casa	10	1,643	Amizade	4	2,750	
Família	12	2,083	Espaço	4	2,500	Lar	10	2,200	Estabilidade	3	3,333	
Lar	15	1,933	Estabilidade	4	2,750	Paz	8	2,000	Família	3	3,000	
Lazer	4	2,000	Paz	11	3,455	Trabalho	4	1,750	Felicidade	3	3,455	
			Residência	13	2,769				Lazer	4	3,500	
			Tranquilidade	17	2,750				Residência	7	3,143	

Fonte: Pesquisa. Dados processados por computador/ software EVOC.

Também se pode ver, no mesmo quadro, que os valores menores das OME's estarão para o lado esquerdo. E o eixo intermediário vertical se refere à freqüência de evocação, caso em que os valores maiores estarão para a parte superior.

No entanto, pelo restante das palavras citadas, ainda era necessário se fazer a composição da estrutura da representação, e mostrar seu núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central foi constituído, nos dois casos, pelo elemento que mais se destacou e que foi mais vezes evocado e priorizado – *segurança* – e o sistema periférico formado pelos termos de menor freqüência – menos evocados – e evocados mais tardiamente.

5.1.2 Análise dos diagramas

No já citado Quadro 5.4 estão os dois diagramas dos possíveis elementos das representações para os dois casos. Veja-se no primeiro quadrante (acima, à esquerda) os elementos de maior freqüência absoluta e menores valores de OME. São estes os valores que mais se aproximam dos significados das representações procuradas, como também, os mais prováveis de pertencerem à centralidade respectiva, que respondem pelo entendimento e visão simbólica do grupo.

Nos demais quadrantes, espalham-se elementos flutuantes com significados mais ligados ao aspecto individual, com exceção do último quadrante, à direita e abaixo. Neste quadrante (quarto) estão atributos simbólicos que embora ainda se encontrem dispersos pelos sujeitos, representam o sistema periférico, cuja função é assistir e pressionar o núcleo central procurando fazer mudanças no mesmo, sendo das suas expressões, principalmente, de onde sairão conclusões e propostas.

Os elementos restantes, dos quadrantes, superior direito e inferior esquerdo, não possibilitam interpretações diretas, pois tratam de cognições que mantêm relações de proximidade com o núcleo central, embora a este não pertençam; por isto, há para esses casos, interpretações menos diretas, inclusive pela sua instabilidade que é da natureza dialética das representações, conforme Tura (1998).

Assim, pode-se observar que em ambos os casos os termos que afloram com maior freqüência (33 no Xavante II e 23 no Jaçanã) e menor ordem média de evocação (OME) (1,758 no Xavante II; 2,000 e 1,758 no Jaçanã) são, ainda preliminarmente, pois algumas verificações ainda se fazem necessárias, as expressões *segurança* no primeiro e os léxicos *segurança* e *conforto* no segundo.

5.1.3 *Segurança*, um elemento ambíguo?

Antes de prosseguir, porém, cabe aqui uma questão a esclarecer. O conteúdo semântico da palavra *segurança* tem 16 acepções possíveis em dicionários consultados, um fato que demonstra a polissemia do termo, que eventualmente pode dificultar seu entendimento de seu nexos pertinente. Dentro do escopo, *segurança*, em princípio, pode ser vista no sentido patrimonial, propriedade material do imóvel, um nexos forte que tem a ver com a cultura do brasileiro, sobretudo nas classes média e baixa, onde existe a tendência de se valorizar as

peessoas a partir de suas posses materiais. A morada é, possivelmente, o símbolo mais marcante quando se quer fazer referência a alguém de posses materiais: uma pessoa *bem de vida* tem casa própria, um símbolo social de futuro tranqüilo, a segurança de uma vida com estabilidade. Quem tem segurança social tem garantido o *repouso do guerreiro*. A moradia é a principal meta da maioria das pessoas de classe média, pelo menos. Ter casa própria é ter segurança.

Chegou-se a especular se o termo estaria se relacionando ao aspecto de segurança pública/pessoal, um dos fenômenos mais destacados da vida contemporânea em todas as grandes e médias cidades brasileiras. Entretanto, veja-se com as acepções a seguir, colhidas em Houaiss, (2001), no que pese outras tantas existentes, que o termo, no caso, refere-se mesmo à uma situação conquistada. O verbete *segurança* é:

- *estado em que a satisfação de necessidades e desejos se encontram garantidos;*
- *situação em que não há nada a temer, e*
- *a tranqüillidade que dela resulta.*

Feita a reflexão, e com o exame de conexões encontradas com outros termos do *corpus*, como será mostrado adiante, fica clarificada a questão e o entendimento definitivo deste trabalho, é que *segurança*, no ambiente estudado, tem mesmo acepção ligada ao sentido de propriedade da moradia, uma conquista culturalmente reconhecida.

Nesta linha, as representações podem estar se referindo a um dado momento ou ao tipo de trabalho ao qual esteja vinculada a moradia. Pelo perfil dos moradores, no que pese ter-se aceito como representação o termo *segurança*, ainda cabem algumas considerações inevitáveis e, portanto, não parece aconselhável ainda, apontar conexões, nexos, sentidos e significados que possam existir entre as várias expressões no *corpus* obtido, para a representação, em separado do exame de sua estrutura. Dito de outra forma, já que deve haver pertinência entre a representação e sua estrutura, supõe-se como melhor e mais apropriado examinar os dois aspectos simultaneamente, como se fez, efetivamente.

Por conta disto autorizado por diversos autores, é recomendada a aplicação de testes com a finalidade de expor mais claramente o valor simbólico dos termos e sua respectiva centralidade. Os testes de centralidade a seguir irão sustentar a consistência do resultado obtido com a pesquisa.

5.1.4 Os testes de confirmação da centralidade

Para confirmar a indicação da representação social e respectiva estrutura do núcleo central, existem procedimentos muito variados que se encontram expostos em Sá (2002, p.133-148). Dentre esses, foram selecionados três procedimentos considerados suficientes para o presente escopo, além do primeiro, já apresentado e aqui repetido por questão de ordenamento e clareza:

- **primeiro teste:** conclui-se por si mesmo. Trata-se da ocorrência do posicionamento da categoria no primeiro quadrante, como já foi dito. Tanto com relação à representação quanto à centralidade. No Quadro 5.4, o termo *segurança* é o destaque no caso do Xavante II, enquanto *segurança* e *conforto* são as expressões no caso do Jaçanã. Para que a centralidade seja confirmada, outras condições ainda teriam que ser obedecidas.
- **segundo teste:** é a aplicação de uma verificação que auxilia na validação da categorização levada a efeito antes da tabulação. Segundo Abric (1998), para que um termo seja consagrado como formador do núcleo central, deve suportar a condição de conter a quantidade de, indicações como mais importante, não inferior à metade do número de evocações. Deste modo, observando as categorias que se encontram no primeiro quadrante do citado quadro e fazendo a contagem de suas indicações, foi verificado que:
 - a) para o Xavante II, o termo *segurança*, com freqüência igual a 33, teve 26 indicações como o mais importante, uma proporção que corresponde a 78,78% do seu próprio valor, valor bem superior ao exigido. Resultado: confirmado;
 - b) quanto ao Jaçanã, o mesmo termo, *segurança*, com freqüência igual a 23, foi apontado 20 vezes como mais importante, uma proporção correspondente a 86,95% do seu valor, também, superior à metade exigida. Resultado: confirmado; e

- c) Já o termo conforto, que também se encontra no primeiro quadrante relativo ao Jaçanã, tem frequência igual a 16 e teve apenas 4 indicações como o mais importante, uma proporção de apenas 25%, número abaixo da metade e insuficiente para que a categoria possa ser aceita como elemento da centralidade. Resultado: não confirmado (rejeitado). Resultado geral dos testes de confirmação Ficou confirmado neste teste, como elemento da centralidade, o léxico segurança, para ambos os casos pesquisados.
- **O terceiro teste:** está no exame dos elementos que dão mais diretamente sustentação às representações e que se encontram no sistema periférico. São expressões que gravitam em torno do núcleo central dando-lhe suporte cotidiano, estando muito mais próximo da realidade concreta. Esses elementos devem exprimir ligações compreensíveis com o termo *segurança*, já que foi o único confirmado, até aqui, como provável símbolo da moradia.

Este viés toma como base, a existência de conexões e sentidos entre o núcleo central e o sistema periférico. Também vale ressaltar que, embora o posicionamento dos termos no diagrama tenha sido resultado de material empírico tabulado com o objetivo de posicionar valores relacionados, isto não significa que eventuais conexões encontradas entre termos do sistema periférico com as expressões do núcleo central tenham que ser observados a partir de seus valores correspondentes; tais conexões e significados entre esses elementos não guardam relações de dimensão quantitativa, isto é, os valores das expressões respectivas não têm potência suficiente para sugerir ou negar nexos ou hierarquias. Por conta disto, são apropriadas as verificações qualitativas para avaliação e validação de que existe coerência estrutural da representação, com análise dos quadrantes mais polarizados já referidos. A área intermediária é mais difícil de ser interpretada.

No caso do Xavante, como se viu, o sistema periférico está composto pelos termos *espaço*, *residência*, *estabilidade*, *paz*, *bem-estar*, e *tranqüilidade*. Destas palavras, quais podem ter conexão com o sentido de

segurança no sentido de propriedade ou da *casa própria*? Ora, num primeiro patamar, residência e espaço remetem diretamente à construção e compartimentos físicos; são indicativos claros de que se está tratando de algo material. Num segundo, mas com significado também bastante claro, estão as expressões, estabilidade, paz, e tranqüilidade. O primeiro remete à posição social e econômica do sujeito e os outros, que são estados de espírito, se ligam à vitória, ao sucesso, e a um cenário em que uma duradoura situação problemática foi finalmente ultrapassada; é algo como a situação em que uma obrigação difícil foi vencida.

Com relação ao Jaçanã, no sistema periférico estão os elementos: *residência, estabilidade, família, felicidade, lazer e amizade*. Destes termos, pode-se ver se existem expressões que se relacionem claramente com a categoria *segurança*. Mais imediatamente, afloram as palavras *residência e estabilidade*, que sobretudo juntas, se relacionam com o bem material e equilíbrio financeiro remetendo à construção material de um bem finalmente conquistado; e *lazer*, que é uma das funções do universo da habitação. Em termos mediatos, estão as palavras: *família, felicidade e amizade*, de natureza subjetiva, porém naturalmente ligadas à vida privada, ao caráter doméstico e à vizinhança, característica do morar, e complementares às demais expressões. Por conseguinte, tais conexões suportam logicamente a centralidade, representando que neste terceiro teste o sentido da moradia *segurança* é também confirmado.

5.2 OS NÚMEROS DA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: OPINIÃO E PERFIL DOS MORADORES ACERCA DE SUAS MORADIAS

5.2.1 Opinião dos moradores

Nesta etapa se procura levantar a avaliação física das unidades, segundo o ponto de vista de seus moradores. Destacam-se aqui, no material resultante da pesquisa, respostas com quantitativos mais representativos ou que, qualitativamente, formem conexões com o sentido da moradia, já apontado.

Pressupostos teóricos já comentados autorizam a que a abordagem empírica do uso da moradia pode ser um acesso indireto para a confirmação da

representação social, mostrando nexos que possibilitam análises e conclusões que chegam, eventualmente, a significados que, se não são definitivos em si mesmo, podem estar suplementando ilações anteriores e reforçando inferências e conclusões.

O universo empírico ordenado, normalmente imperceptível aos sujeitos abordados, oferece informações valiosas que, muitas vezes, servem para clarificar a intensão e aplicação de conceitos teóricos, sobretudo no ambiente sombrio onde se formam as representações sociais. Esses dados e significados aliam-se ao pensamento lógico e à visão dialética, facilitando a apreensão da transformação do papel das pessoas e objetos e da realidade em movimento, abrindo campo para novas revelações e entendimentos.

A seguir serão apresentadas e comentadas, num primeiro momento, as informações que resumem os aspectos e respostas mais significativos ou expressivos no entendimento dos moradores. Em seguida, será apresentado o perfil sócio-econômico dos sujeitos pesquisados.

O formato para a apresentação das informações, será em tabelas, seguindo o esquema a seguir, estando os dados agrupados em células na direção do conjunto habitacional relacionado, Xavante II à esquerda e Jaçanã, à direita.

CONJUNTOS EXAMINADOS

XAVANTE II

JAÇANÃ

Na primeira linha a pergunta ou assunto. E na segunda linha, as informações que estarão agrupadas, à esquerda, quando relacionadas ao Xavante II e à direita, quando se tratar do Jaçanã, conforme está a seguir.

► Com relação a pergunta: ***Qual o lugar da moradia que você mais gosta?***

Quarto, 58,2%

sala de estar, 21,8%

quarto, 50%

sala de estar, 27,8%

Com as opções para sala de estar, quarto, banheiro, cozinha e área de serviço, os compartimentos que fazem parte das habitações em exame, obteve-se aprovação, em relação ao Xavante II, o quarto, com 58,2% dos entrevistados e 21,8% para a sala de estar.

Da mesma forma, no Jaçanã, 50% dos entrevistados apontaram para o quarto como local predileto; e 27,8% escolheram a sala de estar. É clara a proximidade dos números. Estes compartimentos são os de maior tempo de permanência, e são um indicador do acerto dos projetistas quanto aos seus propósitos. Pode-se inferir também, que são elementos de uso que têm íntima conexão com termos encontrados no sistema periférico, como conforto, estabilidade, família, bem estar e reafirmam a participação desses elementos na representação social em ambos os casos.

► Com relação a pergunta: **Porque?**

relaxante, 27,3%

espaçoso e amplo, 25%.

espaçoso e amplo, 25,5%

espaçoso e aconchegante, 16,7%

A comparação entre as duas posições, muito próximas, evidencia a moradia como um lugar tranquilo e, destaque-se: com boa disponibilidade de área física. A resposta surpreende um pouco pela normal exigüidade de espaço dos projetos de habitação de interesse social. Destaque para o fato que as unidades do Xavante II têm quintais em todas as unidades e são cerca de 10% maiores do que o segundo, enquanto que no Jaçanã só há quintais nas unidades térreas.

Estas respostas consagram a assertiva anteriormente comentada e corroborada por autores importantes aqui comentados, de que a qualidade da moradia e a satisfação do morador não têm, necessariamente, que estar ligados ao tamanho da habitação. Muitos outros fatores interferem na relação do morador com sua moradia que acabam se desdobrando em respostas que valorizam coisas como agora, justamente o ponto fraco dos programas de habitação de interesse social que é a restrição orçamentária e, em conseqüência, a busca da redução do custo de construção e do m² construído. Nos casos estudados, inclusive, é de se registrar o sucesso com o viés do conforto social imprimido nos projetos por seus autores. Vejam-se, também, como as expressões *espaçosas*, *amplas*, *aconchegantes*, etc.,

são uma realidade empírica que está contida nos sistemas periféricos, reforçando o que já foi dito nos testes de confirmação da centralidade da representação.

Estes termos e expressões usados nas respostas é bom esclarecer, não constavam dos questionários; foram frases evocadas espontaneamente pelos entrevistados, o que lhes dá maior força simbólica.

► Com relação à pergunta: ***Qual o lugar que você menos gosta?***

cozinha, 34%;	cozinha, 27,8%
pátio, 21,8%;	área de serviço, 30,6%
área de serviço, 16,4%.	

No Xavante II *cozinha* e *pátio* tiveram os maiores números, sobrando ainda 16,4% para *área de serviço*. No Jaçanã, ficaram próximos os percentuais de rechaço, só que com posição invertida. O local mais detestado *área de serviço*, embora *cozinha* também esteja destacada. A explicação aparentemente é simples para essas inversões; os valores para *cozinha* no Jaçanã são menores provavelmente porque o resultado está distorcido pelo fato de não haver quintal nas unidades de cima, um complemento importante para os afazeres da *cozinha*. Pode-se inferir que as unidades de baixo, que têm quintal, forçaram para baixo o percentual.

Surpreende, no entanto, a alta rejeição para *cozinha* e ainda para *área de serviço* no Xavante II, posto que lá há quintal para todas as unidades. Por conta disto, estas ilações são, na verdade, inconclusivas, mas podem valer como alerta.

Nos projetos onde há um jogo entre menores custos possíveis e o desejo de espaços maiores para as moradias, as escolhas são difíceis para o projetista, que dão, normalmente, prioridade para os compartimentos com maior tempo de permanência. Ademais, preocupações de propiciar privacidade interna, ainda que mínima, desperdiçam áreas com a implantação de espaços de circulação – considerados como *áreas mortas*, mas indispensáveis, segundo desejos já registrados em inúmeras pesquisas publicadas pelo LABHAB/UFRJ.

A integração da *cozinha* com a sala, modelo americano *loft*, é contrário à tradição de comer em prato de louça e beber em copo de vidro e não beber em

garrafas ou em copos descartáveis, além do gosto pelo alimento pesado, pelas frituras e pelo churrasquinho. Os americanos, supostamente práticos, bebem diretamente das garrafas ou em copos de papel, assim como comem em pratos de papelão. No entanto, no Brasil já há sinais de adaptação ao modelo americano e ao mundo acelerado, com a moda dos apartamentos tipo *loft*¹⁸ onde a cozinha, bem como os demais componentes funcionais normalmente não se separam fisicamente. Nos conjuntos estudados, se verificaram alguns exemplos de intervenções incorporando cozinha à sala.

A hierarquia das escolhas projetuais em soluções para a habitação de interesse social, leva a que áreas de serviço sejam sacrificadas tradicionalmente; é o último componente do programa de necessidades a ser atendido pelo projetista.

Antes ou durante a projeção, seria ideal que houvesse um público predeterminado e enquetes elaboradas sobre as preferências desses usuários, sobretudo com relação à cozinha e à área de serviço.

Com relação ao pátio, que contém forte rejeição no Xavante II, parece ter sido percebido pelos moradores como área coletiva, já que não existe no projeto das unidades e nem foi mencionado pelos moradores do Jaçanã. Se for isto, a negatividade com que foi tratado parece ser um protesto infrutífero dos moradores de cima relacionado com a perda do lazer coberto, em baixo. O fato é que estes espaços coletivos no térreo se descaracterizaram e deixaram de ter utilidade para os moradores de cima. No Jaçanã, o pátio não existe; é substituído pelo espaço externo central coletivo.

► Em relação à pergunta: **Por quê?**

Os porquês em relação ao Xavante II ficaram com a opção *outras razões*, que registraram 31,5%, mas que não ajudam à compreensão do problema. Entretanto, as justificativas *pouco usadas* (24,1%), *pequenas e apertadas* (13%) são expressões que certamente se referem ao pátio (área coberta no térreo que inicialmente fora destinado à garagens, mas que teve seu uso alterado por

¹⁸ *Loft*: tradução: 1. sótão; 2. celeiro; 3. galeria elevada em uma igreja ou salão; 4. palheiro; 5. apartamento pequeno e requintado. Fonte: Michaelis – moderno dicionário inglês x português – português x inglês; p.397. Atualmente a palavra tem acepção de grande espaço de galpão que foi adaptado para moradia, em que geralmente não há paredes de separação entre cozinha e sala.

interferência dos bombeiros); Tal espaço acabou por não ser adequado como lazer coletivo e está sendo lentamente apropriado pelos moradores de baixo. Deste modo, muito possivelmente estes são números estão mais fortemente influenciados pelos moradores de cima, que tiveram a perda de modo mais agudo.

Poderia ser uma surpresa a rejeição do pátio, que no Xavante II, à semelhança do conjunto Pedregulhos no Rio de Janeiro, poderia ser um local de uso coletivo intenso, que se pensava importante para o uso confortável da habitação. Este pátio, porém, praticamente foi negado aos moradores de cima do Xavante II, com a ação dos responsáveis pela aprovação do sistema de combate a incêndios, o Corpo de Bombeiros, que numa intervenção inadequada forçou a transferência das garagens localizadas em baixo, no espaço coberto, para o jardim. Com isto, este espaço concebido originalmente como uma especial área verde de lazer coletivo, um espaço de bom tamanho, agradável e facilitador da convivência entre vizinhos, foi suprimido, prejudicando fortemente o projeto. Por conta disto, nem o jardim mais atende como espaço de lazer, por que foi drasticamente diminuído pelas garagens, e os pátios térreos, que são áreas cobertas coletivas, tornaram-se duas partes segregadas, separadas pela caixa da escada, oferecendo-se como um complemento natural para as unidades de baixo, já que não têm adequabilidade de uso para as moradias de cima. É provável que esta reunião de fatores tenha possibilitado a apropriação dos espaços pelos moradores de baixo sem maiores problemas em relação aos vizinhos do andar de cima.

Por outro lado, pode-se fazer outra leitura, que não invalida a primeira, que trata da hipótese de que o percentual indicado esteja concentrando a opinião dos moradores do pavimento superior e seja um protesto, ainda que infrutífero, pela perda de espaço privado e também coletivo das suas moradas. Os moradores do alto assistem, impotentes, as apropriações progredirem, provavelmente com sensação de redução do alcance privado das suas moradia.

Quanto ao Jaçanã, destaca-se a rejeição de 30,6% para a área de serviço. Provavelmente este percentual esteja, também, concentrando as opiniões das unidades superiores que não têm quintal, um elemento que complementa fortemente *cozinha* e *área de serviço*. Esses números também são, possivelmente, indicativos de que a estabilidade do núcleo central está sendo testada.

► Em relação à pergunta: *O que é morar com conforto?*

outros, 34,5%	casa espaçosa, 41,7%
casa espaçosa, 23,6%	
lugar seguro, 12,7%	

No Xavante II, o percentual maior ficou com *outros*, o que não ajuda a esclarecer muito. Ressalte-se também, que a indicação de *lugar seguro*, revela uma preocupação que é generalizada, ligada à falta de policiamento em qualquer cidade de médio e grande porte no Brasil. De fato, no local, por se encontrar nos limites do bairro, há um muro alto com cerca eletrificada de um condomínio de classe alta e, além disto, o policiamento ali é pouco freqüente.

Em compensação, é considerável o peso de *casa espaçosa*, um elemento que tem gravitado em meio às diversas perguntas confirmando a satisfação do morador em ter seu imóvel dentro da própria noção de dimensão, posto que em perguntas anteriores, os sujeitos apontaram como pontos de qualidade da sua habitação, *sala ampla e espaçosa*. No todo, há um reforço do termo *segurança* na acepção da tranqüilidade com a *casa própria*, representando o sentido da representação.

Outro fato que salta aos olhos é o expressivo percentual de 41,7% para *casa espaçosa* indicados no Jaçanã, sustentando que não foi ao acaso que os moradores do conjunto atribuíram boa e positiva carga percentual aos compartimentos considerados mais importantes, *quarto* e *sala*, demonstrando com isto, que há nestes moradores, estreita correspondência entre o padrão dimensional esperado e as dimensões reais da habitação em que moram. Este é um ponto de claro acerto dos projetistas, sempre lembrando que o Jaçanã só tem quintal para as moradias térreas e que a área das unidades é um pouco menor do que as do Xavante II.

Chama-se a atenção ainda para que *espaço* é um dos elementos que se apresentam no sistema periférico da representação da moradia.

Com tudo isto, vale salientar que o tamanho da habitação, de qualquer forma, é um item muito importante, mas que depende de custos de construção que ainda não permitem melhores soluções, neste sentido, para a habitação de interesse

social, restando a indicação para a destinação de áreas coletivas abundantes em novos projetos.

► Em relação à pergunta: ***O que é morar com segurança ?***

Local policiado, 34,5%	Local policiado, 49%
Casas grandes, 21,8%	Condomínio fechado, controle, 36,1%
Condomínio fechado, 10,9%	

A maior parte escolheu *local policiado*, nos dois casos, valendo registrar, também, o *condomínio fechado*, mais fortemente citado no Jaçanã que, aliás, atualmente funciona como tal, com controle de entrada e saída e tudo o mais; no Xavante II não existe esta possibilidade pela própria configuração em fita dando diretamente para as ruas.

Aqui a idéia de segurança pessoal é claramente esboçada, mas reforça o conteúdo do sentido da moradia que é *segurança*, na acepção da tranqüilidade com o benefício de posse da casa própria.

Cotejando as respostas acima com *tranqüilidade, paz, residência* com relação ao Xavante II e *estabilidade, residência, felicidade* com respeito ao Jaçanã, verifica-se que são expressões encontradas nos sistemas periféricos respectivos, e daí é possível deduzir sobre as conexões existentes.

► Em relação à pergunta: ***O que é morar com tranqüilidade?***

outros, 23,6%	Local calmo, silencioso, 30,6%
local calmo, silencioso, 14,5%	Local policiado e seguro, 44,4%
amizade de vizinhos. 10,9%	

Tirando o percentual de 23,6% correspondentes ao item *outros*, de conteúdo insondável, aparecem 14,5% para *local calmo, silencioso* e 10,9% para *amizade de vizinhos*.

► Em relação à pergunta: ***Em relação ao patrimônio (propriedade), o que sua moradia é?***

são proprietários, 63,9%	63,9%	são proprietários, 58,2%	58,2%
o imóvel é alugado, 19,5%		o imóvel é alugado, 27,3%	
imóvel está cedido, 5,6%	39,0%	o imóvel cedido, --	41,8%
outras situações, 13,9%		outra situação, 14,5%	

Com esta pergunta não foi possível confirmações acerca do termo segurança como a representação social da moradia. Isto é compreensível pelo caráter objetivo e restritivo da forma da questão que foi respondida pelo consciente individual enquanto que a representação nasce no inconsciente do grupo.

Assim, a pergunta objetivava mais averiguar ilustrativamente, eventuais distorções do sistema, concebido para atender demandas determinadas e não de renda com aluguel. O questionário foi elaborado com respostas alternativas e a pesquisa confirmou esta hipótese conforme os números acima informam. Há, realmente, um número grande de unidades que são usadas como habitação rentista, o que fere os fundamentos do sistema de habitação de interesse social.

No Xavante II, apenas 63,9% dos moradores entrevistados são proprietários das unidades que ocupam; e no Jaçanã, somente 58,2%. Dito de outra forma, 36,1% relativos ao Xavante II e 41,8% correspondentes ao Jaçanã, não são proprietários; moram pagando aluguel ou sob outra condição.

Surpreende, contudo, que estes não-proprietários, obviamente pertencem à famílias que necessitam de moradia, e que bem poderiam ter-se habilitado ao programa, pois têm nível de renda suficiente.

► Em relação à pergunta: ***Como (por quê) escolheu morar no conjunto?***

publicidade da COHAB-PA, 27,3%	publicidade da COHAB-PA, 33,3%
boas condições de preço e financiamento, 27,3%	boas condições de preço e financiamento, 30,6%
indicação de amigos, 18,2%	indicação de amigos, 13,9%
outros, 27,2%	outros, 22,2%

De modo geral o preço das unidades e a prestações têm valores bem acessíveis para o público alvo, se comparados com preços predominantes no mercado. Em rápidas investidas na região da Marambaia e do Catalina, proximidades dos casos estudados, em enquetes informais, foi possível constatar aluguéis de moradias de 2 quartos na faixa entre R\$500,00 e R\$550,00 e de 3 quartos, por R\$600,00, bem acima das prestações cobradas¹⁹.

A COHAB/PA, há muitos anos, mantém cadastro atualizado de famílias interessadas em adquirir a casa própria e um público que tradicionalmente gravita em torno de sua sede, sempre atento aos lançamentos de novos empreendimentos, de modo que esses casos foram comercializados rapidamente.

Na atualidade, excessos de cuidados e exageros nas minúcias quanto à comprovação de renda acabam por inviabilizar contratos com a população alvo da habitação de interesse social, valendo destacar que público cativo para determinado conjunto não é aceito pela legislação em vigor: qualquer programa deve aceitar interessados de quaisquer origens, como, aliás, foi feito, em detrimento da idéia que no início era a de contemplar restritamente a funcionários públicos do estado.

5.2.2 Localização originária das famílias pesquisadas

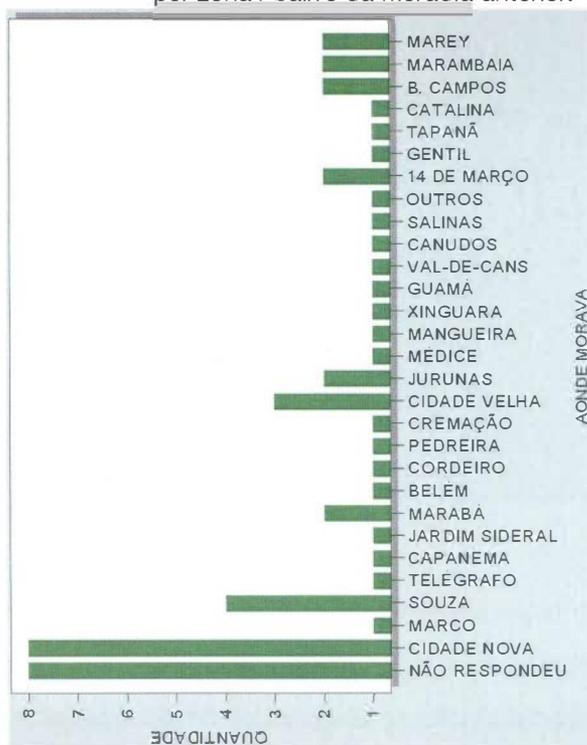
A situação, localização, prazo de financiamento, os baixos preços das moradias, e, naturalmente, o desejo da casa própria, foram, provavelmente, os fatores que atraíram o público que ocupa hoje o Xavante II e o Jaçanã.

Os sujeitos pesquisados vieram das mais diversas localidades de Belém e de Ananindeua, impulsionados pelo chamamento empreendido pela COHAB/PA que, ao lançar os programas mostrou as vantagens do programa, justificariam as mudanças radicais de endereço, onde talvez essa população morassem em locais e situações inadequados ou insalubres, ainda que, em certos casos, estivessem em pontos mais bem localizados em relação aos centros dinâmicos; ou talvez, pela hipótese da despesa com a prestação ser menor do que no endereço anterior.

¹⁹ Preços de venda dos imóveis, dimensões e outras informações analíticas dos conjuntos estudados encontram-se em tabela anexa.

No Quadro 5.5 está a distribuição dos moradores do Xavante II por localidade da moradia anterior. Uma visão geral mostra que apesar de haver bom número dos que não responderam (8) há concentração de localidades originárias em região próxima do novo endereço. Fazem parte deste grupo, público que veio da na Cidade Nova, Marambaia, Catalina, Tapanã, Mangueirão e Médico, totalizando aproximadamente 12,5 famílias. Em seguida, localidades nas cercanias da saída de Belém (Marco, Souza, Pedreira, Marex, com cerca de 5 famílias. Um terceiro grupo que, surpreendentemente, chegou da Cidade Velha, Jurunas e Batista Campos, localidades que ficam no extremo contrário de Belém. O restante se distribui pelas mais variadas origens.

Quadro 5.5 - Xavante II. Distribuição dos moradores, por zona / bairro da moradia anterior.

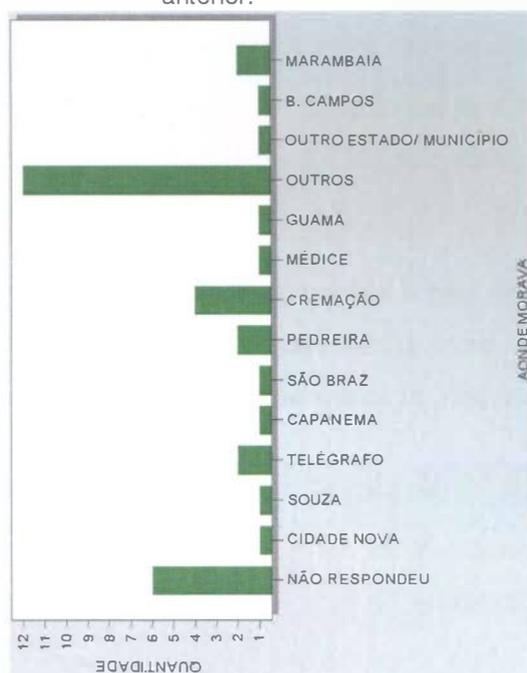


Fonte: pesquisa direta.

Esta panorâmica indica claramente que, além da boa quantidade que morava perto, o restante, mais da metade dos pesquisados, vieram de origens mais ou menos distantes, tendo sido atraídas, provavelmente, pela sinergia e atratividade das condições alardeadas pela COHAB/PA formando um retrato mais claro do que no caso do Jaçanã, cujas informações são mais fragmentadas.

No QUADRO 5.6 está a distribuição de moradores do Jaçanã por localidade da moradia anterior. O quadro de informações não é completo, pois a maioria (18) não informou ou não respondeu à questão. Porém, pelos demais dados, os destaques ficam por conta, primeiro daqueles que vêm de áreas próximas como, Marambaia, Cidade Nova e Médice (7) e depois, de zonas de saída de Belém, embora não tão próximas, como Souza e Pedreira (5).

Quadro 5.6 - Jaçanã. Distribuição dos moradores, em quantidade, por zona de moradia anterior.



Fonte: pesquisa direta.

A lição que este item oferece é que o fator proximidade não foi predominante para a mudança, parecendo confirmado que o programa subsidiado, com boa localização e situação e bem resolvido arquitetonicamente, quer dizer, o negócio em si oferecido, foi suficiente como suporte de atratividade.

5.2.3 O perfil sócio-econômico dos moradores

Aqui se procurou conhecer como é o morador médio e sua capacidade de renda familiar dos casos estudados com o intuito de visualizar o tipo de grupo social que se formou em convivência nos dois conjuntos. O esquema continua: há a pergunta, e as respostas estão em baixo, à esquerda em relação ao Xavante II e à direita, ao Jaçanã.

► Em relação à pergunta: **Qual o sexo do chefe da família?**

69,1% são homens

29,1 % são mulheres.

77,8% são homens

22,2% são mulheres.

Embora as proporções sejam similares nos dois casos, há uma inversão na quantidade de sexos: no Xavante II a grande maioria é de mulheres, enquanto que no Jaçanã, é de homens.

► Em relação à pergunta: **Qual a idade do chefe da família?**

16,4% têm de 31 a 35 anos;

27,3% têm mais de 40 anos

12,7% têm de 41 a 50 anos

27,8% têm de 41 a 45 anos

22,2% têm mais de 50 anos.

A maior característica nestas respostas é que no Xavante II a faixa etária vai de 31 a 50 anos e Jaçanã, de 41 a mais de 50 anos, o perfil deste último é de um morador mais velho, em média, e também tem muitos indivíduos acima de 50 anos.

► Em relação à pergunta: **Qual a escolaridade do chefe da família?**

26,4% têm 2º. grau completo.

54,5% têm curso superior

22,2% têm 2º. grau completo

61% têm curso superior

O perfil de escolaridade é muito parecido nos dois casos. Destaca-se que a camada com curso superior tem de 2 a 2,5 vezes mais indivíduos, podendo ser isto uma denotação embutida de que, aqueles com mais instrução, tiveram acesso mais fácil ao programa.

► Em relação à pergunta: **Qual a profissão do chefe de família?**

prestador de serviço, 14,4%

autônomo, 16,4%

militar, 23,6%

professor, 14,6%

funcionário público, 9,1%

não responderam, 31,1%

Prestador de serviço, 30,6%

Autônomo, 13,9%

Não responderam, 55,5%

Não se tem explicação para os 55,5% que não responderam, em relação ao Jaçanã. De qualquer forma, fica evidente que 44,5% dos moradores não são funcionários públicos de nenhuma forma possível. No Xavante II, também fica claro que 30,8% dos entrevistados não são funcionários públicos; somente 47,3% o são, mostrando que o intento de atender à classe de servidores do estado, foi abandonado quando da contratação dos financiamentos.

► Em relação à pergunta: **Qual a renda familiar mensal?**

R\$1.000,00 a R\$ 2.000,00 –	5,4%	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 –	16,7%
> R\$ 2.222,00 a R\$ 4.000,00 –	25,5%	> R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 –	27,8%
> R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 –	18,2%	> R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 –	11,1%
> R\$ 5.000,00 –	50,9%	> R\$ 4.000,00 –	22,2%

Nos dois casos a renda familiar predominante se concentra na faixa de R\$1.000,00 a R\$4.000,00. Chama a atenção, no entanto, que no Xavante II, mais da metade ganhe mais de R\$5.000,00 (14,28 SM) e no Jaçanã, 22,2% ganham mais que R\$4.000,00 (11,42 SM). Vale considerar que o PROCRED da Caixa Econômica Federal (CEF) aceita até 20 SM (R\$7.000,00). Mas certamente essas faixas mais bem remuneradas, não são compostas por funcionários efetivos do governo em geral, que têm baixa remuneração; provavelmente são compostas de DAS's²⁰ e de estranhos ao governo. As faixas mais baixas mencionadas acima, foram atendidas em aproximadamente 30% a 40%, ficando mais da metade para as faixas de melhores salários.

²⁰ DAS: cargo de Direção e Assessoramento Superior, são cargos de confiança, não efetivos e nem estatutários, necessariamente. Formam a elite diretiva do governo e percebem gratificação geralmente maior do que a remuneração dos demais, no executivo do Estado e dos Municípios.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 OBSERVAÇÕES DO PESQUISADOR

A conclusão mais importante que a pesquisa pôde oferecer, foi que a pergunta formulada no início do trabalho sobre a possível relação entre as ocorrências observadas - apropriações dos espaços e intervenções espontâneas dos moradores – e o sentido da moradia, obteve uma resposta positiva. A relação não é simplesmente causal, mas dialética, entretanto, perfeitamente inteligível.

Os procedimentos para revelar as representações sociais e o sentido da moradia são de natureza social, e por isso, transcendem aos limites da arquitetura, sendo úteis, em conseqüência, para descortinar uma base empírica alternativa, ligada a aspectos materiais e ao inconsciente grupal, sobretudo a partir dos elementos contidos no sistema periférico da representação. Esses dados, em confronto com a opinião dos moradores, possibilitaram mostrar inúmeras correlações e nexos que de outra forma não se mostrariam. Tal correlação, normalmente não poderia ser lida, como soe acontecer nos estudos mais tradicionais que tomam como base apenas a observação crítica e informações comportamentais dos sujeitos, que são geralmente enganosas, posto que o comportamento e a consciência, seja grupal ou individual, são agentes do simulacro e se apresentam com aparência codificada.

A base de dados extraída indiretamente do inconsciente coletivo tem suporte científico, o que lhe garante confiabilidade, e possibilita o cruzamento de informações de dois níveis: uma parte oriunda do inconsciente coletivo e outra do consciente individual, expondo assim conexões que indicam claramente que existe a relação do sentido da moradia com as interferências espontâneas dos sujeitos.

Assim, os elementos do sistema periférico, passados à luz das informações empíricas obtidas diretamente da opinião dos sujeitos, fazem entender, de forma clara, que as apropriações dos espaços e intervenções decorrem mesmo do sentido da moradia – segurança - que está ligado ao aspecto da tranqüilidade dada pela obtenção da casa própria. Os dados dos procedimentos sociais são deste modo, uma espécie de complemento material que vem enriquecer a noção inconsciente construída pelos grupos sociais. Investimentos em ampliações dos espaços ou

melhorias físicas introduzidas nas moradias, normalmente não se realizariam em habitação que não fosse própria.

Foi visto que os dois casos estudados não foram escolhidos ao acaso. Ao contrário, foram selecionados pelo nível de detalhes, de preocupações teóricas, e pelo nível alto de resolução plástica que apresentam, no campo da habitação de interesse social. Dois pontos principais nortearam o desenvolvimento dos projetos: primeiro, inspiraram-se, os seus autores, em Ernst May, arquiteto alemão dos anos de 1920, que deixou ensinamentos importantes, como a inseparabilidade entre habitação e o meio urbano; e segundo, na máxima, *frente com frente, fundos com fundos*²¹. Cabe lamentar com os autores, as modificações descabidas que algumas instituições impuseram ao projeto, as quais trouxeram desqualificações dos conjuntos que poderiam ter sido evitadas.

Com olhar reflexivo em passeios nos conjuntos, a primeira impressão que chega é que soa preferível a configuração do Jaçanã, onde se pode sentir como que protegido, num abraço que envolve o espectador, cercado de blocos claros e coloridos, num espaço coletivo que realmente facilita a convivência e a vida em vizinhança. Ademais, o conjunto hoje funciona como um condomínio fechado, com portão controlado por porteiro e guarita. No Xavante II, o passeio só pode ser feito na rua existente, e por isso a impressão é diferente: há um certo constrangimento, pois não há proteção como acontece no interior do outro conjunto.

O exame dos conjuntos trouxe uma questão à tona, sobretudo levantada pelo Jaçanã, que evidencia um conflito entre conforto social e conforto ambiental. O primeiro, dentro dos princípios descritos que remetem a organização natural das cidades, não suporta a visão desconfortável dos fundos voltado para uma fachada frontal, pois se tem sempre um cenário muito feio, com roupas e lençóis dependurados a expor a intimidade do vizinho. E o segundo, que prioriza radicalmente o posicionamento da construção em função das condições de ventos dominantes e insolação, em detrimento da boa visão contemplativa.

Aconteceu, que o terreno do Jaçanã, por infelicidade, se encontra com um de seus lados paralelo à direção Norte-Sul, fazendo com que o indesejável sol da tarde,

²¹ Trata-se provavelmente de uma alegoria que decorre do que é natural nas cidades, desde tempos remotos. A história tende a perpetuar modelos que foram testados e aprovados pelo uso.

incida frontalmente no bloco 2, aquele que se encontra de costas para o bloco 1, este voltado para a rua existente. No projeto inicial, o problema se resolveria no médio prazo, com o plantio de árvores de porte no gramado deixado em frente; decorridos mais de sete anos, essas árvores já teriam um tamanho capaz de proteger inteiramente a fachada prejudicada, não fosse a ordem indevida de uma instituição, que obrigou a substituição do gramado por estacionamentos em blocos de concreto.

Deste modo, ficou prejudicado o Jaçanã em cerca de 20% de suas unidades, ainda que exista a possibilidade prevista no projeto, de ventilação vinda pelos quintais. Mesmo assim, a configuração permaneceu inalterada, para não comprometer o espaço central e não contrariar os princípios previamente estabelecidos, mas restou o problema para reflexão, num registro em que se constata a presença de escolhas difíceis durante a projeção.

A experiência dos quintais do Xavante II, disponíveis tanto para as unidades de baixo como para as de cima, são uma excelente aplicação de modelos do passado, já usado, por exemplo, no conjunto do IAPI, em Belém, São Braz, construído nos anos de 1940, e representa uma grande vantagem, neste ponto, sobre o outro caso. O Jaçanã só contempla com quintais as unidades térreas. Entretanto, a configuração deste último supera a do outro, que se desenvolve ao longo de uma quadra comprida e, portanto, é um prolongamento, assim por dizer, da cidade existente em sua volta, e, por isto mesmo, se confunde com a rua e torna sua leitura mais difícil, criando confusão na leitura para que se perceba de imediato o conjunto como blocos que formariam uma unidade.

Isto significa então, que na compra de terrenos para implantação de habitação de interesse social, além das dimensões, é importante escolher sua forma. A observação crítica neste trabalho levou ao auto convencimento de que um formato que permita a implantação de uma área central envolvida pelas moradias, imitando a cidade com suas praças, sempre servirá melhor, pois utiliza um modelo que é natural e muito repetido ao longo dos tempos e nos mais diferentes lugares como, o Largo do Boticário no Rio de Janeiro; Piazza Signoria em Florença; La Grand Place em Bruxelas; o Largo do Carmo e o Largo das Mercês, em Belém; além de muitos outros.

A base empírica e os demais elementos, desenhos e memoriais, mostram que projetos estudados estão dentro dos princípios científicos e estéticos no âmbito da arquitetura, e também dentro da filosofia e normas do atual sistema de habitação de interesse social. Considerando que cada proposta arquitetônica é sempre uma proposta possível entre muitas, e que sempre haverá pontos bons e pontos ruins, com escolhas difíceis, mas obrigatórias na projeção, pode-se dizer que os conjuntos foram bem resolvidos e atingiram aos objetivos a que se destinaram, estando de acordo com fundamentos de racionalidade consagrados na história.

Há reclamações numerosas e generalizadas que dizem respeito à baixa qualidade da construção. E do mesmo modo, quanto as contas de luz e água, de valor igual para cada módulo de quatro moradias com escada, independentemente do consumo real em cada uma delas. Tal reclamação decorre do esquema pensada para redução de custos, que implantou apenas um medidor para água e outro para luz, posto que os respectivos sistemas são um só para atender à cada módulo. Esta idéia deve ser reavaliada.

6.2 RECOMENDAÇÕES E JUSTIFICATIVAS GERAIS

Ficou claro neste trabalho, que existem muitos aspectos que transcendem à arquitetura, e que, ao mesmo tempo, são inseparáveis desta, sobretudo na habitação de interesse social. Desta feita, um quadro sintomático se revelou; a questão social, a formação do chamado grupo social, que é algo mais que uma simples reunião de mutuários do sistema oficial, deve ser mais bem olhada pelas instituições que operam as contratações. A identificação dessas famílias antes da construção, melhor ainda, durante o projeto, poderia ocorrer, como ocorria nos tempos do BNH, apesar de todas as críticas colecionadas. Um comprometimento maior da Caixa Econômica federal é muito desejável, ao mesmo tempo que se dê maior responsabilidade e autonomia à COHAB, uma organização moldada para este trabalho, com interesse e comprometimento intrínseco por seus longos anos neste mister.

O arquiteto, na projeção, não deverá estar trabalhando só com abstrações pessoais e informações supostamente objetivas, usando só a sua leitura pessoal, e sua particular racionalidade arquitetural, visto que o racional é também ideológico, segundo os princípios da dialética. As escolhas e o pensamento na formulação de

um projeto não correspondem à posturas ditas científicas na convicção enganosa de que a ciência é alguma coisa pura; não há ciência nem nada que seja puro, também no entendimento dialético. O projeto é sempre baseado num sistema de valores adaptado ao gosto e entendimento do projetista, e é assim, portanto, um processo ideológico que remete a específicos modos de vida, com juízos de valor, pois como ensina a dialética e a teoria das representações sociais, a racionalidade em si, como todos os saberes, tem facetas ideológicas.

Por outro lado, a partir de um maior comprometimento e participação das instituições, da parte do arquiteto, ele, sem soberba projetual, poderá dar à habitação de interesse social maior correção e fazê-la mais próxima do usuário final, na medida em que, nos limites da suas restrições, poderia fazer propostas menos rígidas e ajustáveis; flexíveis e até personalizáveis, tanto quanto possível, produzindo então, uma arquitetura mais aberta que saiba, inclusive, incorporar o trivial, a emoção e o senso comum. É óbvio que tal atitude só seria possível a partir de uma profunda reformulação conceitual no sistema oficial de habitação de interesse social.

A experiência assimilada nesta pesquisa mostrou que ainda há muito por se conhecer entre o arquiteto e o cliente. Como em outras pesquisas, o emprego da teoria das representações clarificou codificações e significados elaborados socialmente no exercício do uso e do convívio da habitação coletiva. O enfoque psicossociológico revelou o sentido da moradia (*segurança*) para seus moradores, e permitiu a visão de variadas conexões e nexos normalmente imperceptíveis, que poderiam a priori, ter sido vantajosamente incorporados aos projetos estudados. Revelou que o grupo inegavelmente sente uma certa realização pessoal, humana e culturalmente falando, em ter conseguido a casa própria. E para garantir esta realidade, cada morador sente-se autorizado, por sua condição de proprietário, a fazer apropriações e reparos que considera necessários à sua moradia.

6.3 RECOMENDAÇÕES E JUSTIFICATIVAS ESPECÍFICAS

Apropriações e intervenções encontradas, ao lado da baixa afetividade dos moradores em relação a certos compartimentos, principalmente cozinha e área de serviço, dão conta de que a suposta racionalidade consagrada sobre esses espaços deve ser revista, ainda que a raiz da questão esteja no fato de que o espaço

construído tem custos e por isso deve ser reduzido ao mínimo, e o estreitamento é feito, *racionalmente*, nos ambientes onde se acredita que o morador permanece menor tempo durante o dia. Em primeiro lugar, este grau de alta ou baixa permanência é mais uma impressão generalizada do que uma razão determinada, sendo muito variável caso a caso. De outra parte, a pesquisa mostrou que há outras formas de se tratar o problema da pequenez; a adoção do modelo americano *loft*, por exemplo, foi uma solução encontrada espontaneamente, algumas vezes, nos dois conjuntos.

Como o *loft* não é da cultura brasileira, muito chegada à frituras, tal modelo talvez não seja uma solução generalizável, mas pode ser uma alternativa oferecida. Esta idéia, entretanto, remete novamente a que se pense em projetos flexíveis, capazes de viabilizar, uma ou outra alternativa, coisa que não é difícil de realizar na prática, bastando que seja mais dinâmica a interação entre os órgãos gestores do programa e os moradores, desde o ponto em que estão identificados e selecionados para o programa. No canteiro de obras, até se poderia priorizar a construção de um protótipo, ou mesmo apresentar uma maquete, de modo a facilitar o entendimento de como ficaria a moradia.

Da mesma forma, um banheiro apertado é incômodo, desconfortável e indesejável, tanto que há, na racionalidade projetual, um tamanho mínimo para que o mesmo seja aceitável na sua função. Então, sugerir banheiros maiores em novos projetos é, talvez, uma recomendação inútil; entretanto, pode-se pensar, complementarmente, em portas de correr, sistema muito usado no Sul, que ajuda a deixar mais espaço livre.

No decorrer deste trabalho foi mostrado o exemplo em que uma ampliação da cozinha de baixo foi acompanhada pelos moradores de cima, que invadiram e ocuparam a laje construída. Trata-se de uma nítida comprovação da importância do quintal. Veja-se que, relativamente ao Jaçanã, cruzando a opinião dos seus moradores com o sistema periférico correspondente, se irá encontrar elementos como *família*, cuja acepção enseja um sentido de reunião em torno de certas funções realizadas com o apoio da *cozinha*; e *residência*, que sugere o significado mais comum de lugar (de morar, de estar) que se desdobra naturalmente em *espaço*

físico. Com relação ao Xavante II observam-se conexões similares e o cenário se repete.

Dessa maneira, o espaço da habitação não é rigorosamente inelástico. Veja-se que o preço do terreno total que foi utilizado no empreendimento é automaticamente agregado aos preços das unidades ou assumidos em formas disfarçadas – ou não – de subsídios. Assim, não há custo adicional se for destinada parte desse terreno para ser usada como espaço privativo sob a forma de quintal, elemento que possibilita inúmeras funções adicionais à habitação, além de permitir eventuais ampliações, e sem que se altere a estética das fachadas principais. Um quintal é naturalmente parte da solução definitiva para cozinhas e áreas de serviço pequenas. E até em soluções mais verticais, é possível se criar espaços compatíveis, quando a densidade habitacional assim o exigir. O conjunto de Pedregulhos²², no Rio de Janeiro é um exemplo de como se pode adaptar um espaço coletivo que se torna um pouco uma área de quintal. O quintal torna-se então, conclusivamente, um item indispensável para assumir o papel de área de serviço ou lazer privado (familiar), tanto para soluções de moradia térreas como de pavimento superior.

Foram encontradas no Xavante II, interferências em que o morador pintou a fachada de sua moradia com cores diferentes do conjunto e outro caso em que o desenho do gradil foi mudado. Outro ainda foi a implantação de pequenas sacadas com portas onde deveriam estar as janelas. Estes fatos revelam que há, subjacente, com *direitos garantidos pela propriedade da moradia*, um desejo de se destacar do todo, de ser reconhecido como uma individualidade. Ressalte-se que tal situação aparece mais contundentemente no xavante II, e parece ter relação com a sua configuração, já comentada. Neste caso, sem depreciar a qualidade do empreendimento, é preferível agir inversamente: valorizar, desde o projeto, módulo a módulo, independente do conjunto. Não se deve ir contra a ordem natural das coisas; nesta situação, cada módulo é percebido como uma unidade autônoma e

²² Em Silva (2006) é estudado o conjunto Pedregulhos de Afonso Reidy no Rio de Janeiro, que é um marco da arquitetura modernista brasileira. As soluções construídas anteciparam a importância do quintal, implantando formas alternativas compatíveis com as suas características, mesmo sendo de tipologia verticalizada. O prédio se esforça e adéqua o sistema tradicional de pavimentos superpostos à tipologia da casa de dois pavimentos. Neste exemplo foram detectadas, também, soluções que buscaram a integração entre a sala de estar e a cozinha, modelo americano *loft*.

não como parte de um conjunto. As várias incursões no local mostraram esta leitura até porque a visão mais ampla é limitada à largura da rua, que não permite que se tenha um olhar panorâmico para identificar o bloco alongado como um conjunto, uma coisa unitária, sentido contrário do que acontece no Jaçanã.

Algumas calçadas do Jaçanã foram apropriadas várias vezes com construção de garagens cobertas sobre as vagas de estacionamento. Em conversas informais com a síndica e outros moradores, foi esclarecido que, dada a aridez do clima regional, era do interesse geral fazer garagens cobertas e que, portanto, essas construções vão continuar, e sem controle. Ora, se isto é inevitável como parece ser, poder-se-ia ao menos minimizar o problema e evitar uma apropriação generalizada das calçadas e ao mesmo tempo estabelecer uma padronização, bastando que constasse, do projeto, ainda que os custos respectivos não entrassem no preço da moradia, desenhos e detalhes de um protótipo de cobertura para ser usado opcionalmente depois da ocupação.

Outro aspecto encontrado e altamente positivo, é a ausência de áreas residuais sem função. Aprendeu-se nas leituras e, especialmente com Hertzberger, que esses tipo de sobra leva à espaços baldios fadados a acumular lixo. Então, a lição mostra que todo projeto deve ter como meta prioritária, consumir inteiramente o terreno que será ocupado com o projeto, seja aumentando quintais, praças, quadras esportivas ou, em última análise, fazer sua incorporação em áreas privativas, nos locais próximos e adequados a recebê-las, no sentido de que todo espaço disponível deva ser útil e funcional.

6.4 RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES

- A primeira recomendação e a mais importante, é que as instituições que atuam diretamente no setor, Caixa Econômica Federal e Companhia de Habitação do Pará formem uma parceria e não somente relações comerciais. É fundamental tornar mais ágil o processo de definição e contratação das famílias que serão os futuros moradores de um programa; que isto se dê, de preferência, antes da obra começar, ou pelo menos, durante as primeiras semanas de obra; estabelecer cedo qual será o grupo social na ocupação do conjunto, visando à interferência prévia do arquiteto mais ao gosto, sentido e necessidades reais dos moradores.

- No trabalho não foi discutida a possibilidade do partido vertical, porém, os partidos em que as unidades se assemelhem à casa tradicional têm grande aceitação e parecem ser de preferência geral.
- Salvo onde for totalmente impossível, como talvez ocorra em projetos para famílias de baixíssima renda, os arranjos em planta devem everamente preservar a intimidade e a privacidade dos moradores, fazendo portas que não se abram diretamente para a sala e criando altura suficiente na moradia térrea para que as janelas não fiquem sujeitas a olhares inconvenientes.
- Na aquisição de terrenos para implantação de habitação de interesse social, é preferível sempre se optar por formatos retangulares próximos ao quadrado, cujos lados não estejam paralelos a qualquer dos eixos, Norte-sul ou Leste-oeste.
- Adotar sempre o princípio *frente com frente, fundos com fundos*. A noção de conforto social deve ser buscada a todo custo.
- Em conseqüência, deve haver sempre um bom espaço propício ao convívio da vizinhança.
- Ocupar, radical e totalmente o terreno do empreendimento com definições de utilidade e função.
- Desenvolver projetos flexíveis, usando materiais que possibilitem a conversão da cozinha tradicional no modelo aberto do *loft* americano.
- Criar possibilidade, no projeto, flexibilidades que atinjam o ponto de personalização interna da moradia. Isto seria viável na hipótese de estreitamento das relações dos órgãos envolvidos e maior autonomia de ação da COHA-PA.
- Quando não for possível a opção por terrenos quadráticos ou próximos a isto e a implantação tiver que ser em lote alongado, como o Xavante II, tratar as células ou blocos de quatro unidades como autônomas, mesmo que estejam no sistema de geminção – uma parede para duas habitações.
- No bojo do projeto arquitetônico deve constar o desenho e detalhamento de garagens cobertas, onde for o caso, para oferecer orientação e padronização na implantação gradativa que ocorrerá inevitavelmente depois de ocupado o conjunto, sem ônus para o preço da unidade comercializada.

- O quintal é fundamental. Ocupa partes de terreno já amortizado e incluído no valor de venda da habitação. Por isto, é um elemento indispensável em qualquer situação, tanto para moradias no térreo como no pavimento superior. Em soluções verticalizadas, deve ser encontrado, no projeto, um espaço que se lhe assemelhe, embora, neste caso, haja custos a adicionar, mas que podem viabilizar-se pela cláusula do subsídio previsto no sistema de habitação de interesse social.
- Usar portas de correr em lugares acanhados e impossibilitados de ampliação, como banheiro e cozinha. O sistema não é da cultura local, mas aparentemente nada existe que o contrarie se for feito como uma proposta consistente.
- Embora os sistemas permaneçam um só por célula ou módulo de quatro unidades, deve ser estudada uma solução que possibilite a cobrança do consumo de água ou luz individualmente por unidade. Deve haver, por conta disto, maior estreitamento entre arquiteto e projetistas dos sistemas complementares.

///

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia S. P.; OLIVEIRA, Denise Cristina (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 56-192.

BACH, Paula. Valor, forma e conteúdo da riqueza em Marx e em Antonio Negri: uma diferença sutil, porém essencial. In: **DHNET**: Enciclopédia Digital Direitos Humanos II. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/paradigmas/imperio/imperio3.html>. Acesso em: 7 nov. 2006.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAKER, Geoffrey H. **Análisis de la forma**: Urbanismo y Arquitectura. Barcelona: G. Gill, 1989.

BALLONE, G. L. Teorias da personalidade. In: **Psicweb**. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/persona/jung.html>. Acesso em: 10 out. 2006.

BASSALO, José Maria. Fundamentos dos projetos Jaçanã e Xavante II. [nov. 2005]. Entrevistador: Paulo Sérgio Bastos Andrade. Belém, 2005. 1 CD-ROM. Entrevista concedida para subsidiar a elaboração desta dissertação.

BASSALO, José Maria; DANTAS, Alexandre. **Residencial Jaçanã**: memorial do projeto executivo. Belém, 1996. 1 CD-ROM.

BASSALO, José Maria; DANTAS, Alexandre. **Residencial Xavante II**: memorial do projeto executivo. Belém, 1997. 1 CD-ROM.

BEAUD, Michel. **Arte da tese**: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Nova Friburgo: BCD União de Editoras, 2000.

BELÉM. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 2, de 19 de julho de 1999. [LCCU]: Dispõe sobre o controle urbanístico. **Diário Oficial do Município**, Belém, 13 set. 1999. 1 CD-ROM.

BENEVOLO, Leonardo. **Orígenes del urbanismo moderno**. Madrid: H. Blume, 1976.

BERGAN, Kurt. **Casa saudável**: um estudo sobre os sentidos da moradia; estudo de caso: Conjunto Pedro I, Realengo, Rio de Janeiro. 2005. 1 CD-

ROM. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998. 343 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Belém: Banco da Amazônia, 1988. 271 p.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. In: PÓLIS: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Legislação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1. Disponível em: <http://www.estatutodacidade.org.br/>. Acesso em: 13 maio 2005.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), além de instituir o Conselho Gestor do referido Fundo. In: BREMAEKER, François E. J. de. **IBAM**: 52 anos: os municípios e a política educacional de interesse social. Rio de Janeiro, 2005. (Série Estudos especiais, n. 116). Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publique/media/esp116p.PDF>. Acesso em: 28 set. 2006.

BRASIL. Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005. Aumenta o patamar do valor da habitação considerada de interesse social de R\$25.000,00 para R\$35.000,00. In: BREMAEKER, François E. J. de. **Por uma política habitacional de interesse social**. Disponível em: <http://br.geocities.com/fporj/textofrancois.htm>. Acesso em: 13 maio 2005.

CABRAL, Cicerino. **Clima e morfologia urbana**. Belém: EDUFPA, 1995.

CABRAL, Cicerino. Sobre os projetos Jaçanã e Xavante II. [27 nov. 2006]. Entrevistador: Paulo Sérgio Bastos Andrade. Belém, 2006. Entrevista concedida para subsidiar a elaboração desta dissertação. O entrevistado, à época, era Presidente da COHAB-PA.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. cap. 4. Disponível em: [http://br.geocities.com./micost02/convite à filosofia 25.htm](http://br.geocities.com./micost02/convite%20a%20filosofia%2025.htm). Acesso em: 20 abr. 2006.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle, ou caos: o que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades. São Paulo: Nobel, 1989.

CAPRA, Fritjof. **O tao da física**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CASA. In: CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. p. 196. Tradução de: Dictionaire des symboles.

CASA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio médio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 368.

CASA. In: HOUAISS, Antônio; et al. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss; Objetiva; 2001. 1 CD-ROM.

CERQUEIRA FILHO, Alírio de. **A competência essencial**. Disponível em: <<http://www.plenitude.com.br>>. Acesso em: 5 jun. 1999.

COLQUOUN, Alan. **Racionalismo**: um conceito filosófico na Arquitetura. Tradução de Milton Fefferman. Berlin: Ed Clauss Baldus (Internationale Bauausstellung), 1987. 113 p. Publicado originalmente em "Das Abenteuer der Ideen: Architektur und Philosophie seit der Industriellen Revolution". Impresso por computador.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM. **Plano de Desenvolvimento da Grande Belém - PDBG**. Belém, 1975.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Belém**. Belém, 1992.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM. **Os Planos Diretores para áreas urbanas da RMB**. Belém, 1980.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ-COHAB/PA. **Pesquisa pós-ocupação: Residencial Jaçaná**. Belém: Governo do Estado / COHAB / Caixa Econômica Federal, 2000. Impresso por computador.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ - COHAB/PA. **Pesquisa pós-ocupação: Residencial Xavante II**. Belém: Governo do Estado / COHAB / Caixa Econômica Federal, 2001b. Impresso por computador.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ – COHAB-PA. **Região Metropolitana de Belém**: histórico do arranjo institucional. Belém, 1997.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA PARA O HABITAT, 2., 1996, Rio de Janeiro. **Assentamentos mais humanos**. Rio de Janeiro: Federação dos Arquitetos e Urbanistas, 1996.

DEASY, C. M. **Designing places for people a handboock on human behavior for architets, designers and facility manager**. New York: Whitney Library of Design, 1985.

DURKHEIM, E. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. 7. ed. Paris: PUF, 1985.

ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne. **Architectures de la vie privée: XVIIe–XIXe siècles**. Paris: Hazan, 1999. 311 p.

ENQUETE. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel Mello. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss; Objetiva; 2001. 1 CD-ROM.

FAAR, Robert M. **Representações sociais: a teoria e sua história**. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FABRÍCIO, Márcio. **O projeto como processo intelectual e como processo social**. São Carlos, SP: Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, 2002. Disciplina: Gestão e Integração de Projetos. Texto de apoio didático. Aulas 3 e 4.

FABRÍCIO, Márcio. **O projeto como processo social-cognitivo: contradições entre o desenvolvimento criativo e o processo produtivo do projeto**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PESQUISA E ENSINO EM PROJETO DE ARQUITETURA – PROJETAR 2003, 1., 2003, Natal. **Anais...** Natal: PPGAU/UFRN, 2003. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Thaís Porto. **A concessão de subsídios por meio do sistema financeiro da habitação**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de conforto térmico**. São Paulo: Nobel, 1988.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. 2. Belo Horizonte: ed. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <www.fgp.gov.br/produtos/cei/setup_deficit.exe>. Acesso em: 10 ago. 2006.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à sociologia**. São Paulo : Harper & Row do Brasil, 1981. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo\(Sociologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo(Sociologia))>. Acesso em: 30 nov. 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAÇA, Margarida; MOREIRA, Marco Antonio. **Representações sociais sobre a Matemática, seu ensino e aprendizagem**. Disponível em: <www.fc.unesp.br/abrapec/revistas/v4n3a4.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2006.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Edifício**. São Paulo: Projeto, 1986.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ- IDESP. **Avaliação das intervenções do poder público na questão habitacional no Pará**. Belém, 1990.

BREMAEKER, François E. J. de. **IBAM: 52 anos: os municípios e a política educacional de interesse social**. Rio de Janeiro, 2005. (Série Estudos especiais, n. 116). Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/media/esp116p.PDF>>. Acesso em: 28 set. 2006.

JARDIM, José Maria. **Informações e representações sociais**. In: **Transinformação**, v. 8, n. 1, jan./abr., 1996.

JODELET, Denise; MADEIRA, Margot (Org). **Aids e representações sociais: à busca de sentidos**. Natal: EDUFRN, 1998. p. 121-154.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva**. In: EDUCADERNOS, Cultura e Pesquisa, Caderno n. 2., Blumenau, 2000, FURB/PPGE, Disponível em < http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=JOVCHELOVITCH%2C+Sandra+%2B+Representa%C3%A7%C3%B5es+Sociais%3A+saberes+sociais+e+polifasia+cognitiva.&btnG=Pesquisa+Google&meta=lr%3Dlang_pt > Acesso em agosto, 2006.....

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicóticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LÉGUA. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel Mello. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. [p. ?] Instituto Antônio Houaiss; Objetiva; 2001. 1 CD-ROM.

LAMARÃO CORRÊA, Antônio José. **O espaço das ilusões**. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental.** SEMINÁRIO NACIONAL PREPARATÓRIO PARA O HABITAT II, 2., 1995, Rio de Janeiro. Impresso por computador.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

MARX, Carl. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [**dialética de Marx**]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx#Dial.C3.A9tica_de_Marx>. Acesso em: 12 out. 2006.

MARX, Karl. **O capital.** V.I – parte 1 – mercadoria e dinheiro. Arquivo HTML por José Braz I: Marxists Internet Archive, 2005, Tradução de J. Teixeira e Vital Moreira. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2006.

FREQÜÊNCIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Frequencia>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Imago, 1990. Tradução de: La machine à faire des dieux. Paris: Fayard, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Zahar, 1978. Título original: La Psychanalyse, son image et son public. 2. ed. Paris, PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigação em Psicologia Social. São Paulo: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, Serge; MARCOVA, I. **A teoria das representações** (?1998).

MOURA, Maria Lúcia; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras.** Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

NÓBREGA, Sheva Maia da. **Sobre a Teoria das Representações Sociais.** 1990. Tese (Doutorado em Psicologia Social)--École des Études, Paris, 1990. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2005.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento:** visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP, 1968.

ORSTEIN, Sheila Wabe; ROMÉRO, Marcelo. **Avaliação pós-ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel; EDUSP, 1992.

PAREDES, Antônia Silva (Org.) **Representações sociais, teoria e prática**. João Pessoa: EUJP, 2001.

PERENI-SANTOS, Ernesto. **Conteúdo não conceitual, holismo e normatividade**. In: KRITERION. [on-line]. 2004, v. 45, n. 110 [citado 2006-09-20], p. 283-263. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S100-512x2004000200004&lng=es&nrm=iso> ISSN 0100-512X. DOI: 10.1590/50100>. Acesso em: 13 abr. 2005.

POLITZER, Georges; BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de Filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970. 396 p.

RAMOS, Madalena. Representações sociais da Matemática: a bela ou o monstro? : contributos para uma análise das representações sociais da Matemática dos alunos no 9º. ano de escolaridade. **Revista Educação e Pesquisa da Associação de Professores de Matemática de Lisboa**, São Paulo, v. 31, n. 1 p. 23-35, jan./mar. 2005.

RATTENBURY, Kester; BEVAN, Robert; LONG, Kieran. **Arquitectos contemporâneos**. Singapura: Blume, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RYKWERT, Joseph. **La casa de Adán em el paraíso**. Barcelona: G. Gill, 1999. 252 p.

PARÁ. Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Diretrizes de ordenamento territorial para a Região Metropolitana de Belém: Relatório parcial 2, V.2, uso e ocupação do solo**. Belém: Meia Dois Nove, 2006. 84 p. 1 CD-ROM.

BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. **Atribuições e responsabilidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=16>>. Acesso em: 28 set. 2006.

ROSSI, Ângela Maria Gabriella et al. **Adensamento horizontal como alternativa tipológica habitacional e urbana**. In: ENTAC – Encontro Nacional de Tecnologia e Ambiente Construído. Claccs4, 2003, São Paulo: **Anais ...** Impresso por computador

RYBCZYNSKI, Wiltold. **Casa: pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 247 p.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996. 189 p.

SANTOS, Mauro. Apropriação dos espaços públicos e privados em conjuntos de habitação popular. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO, 8., 1998, Porto. **Anais ...**

SANTOS, Mauro. Arquitetura, urbanização e tecnologia: uma panorâmica sobre os recentes programas de habitação social no Brasil. **Revista Arquitetura**, Rio de Janeiro, n.79, ano 28, p. 10-17, 1º trimestre 1997. Edição especial.

SANTOS, Mauro. Avaliação de projetos de habitação no Brasil: decisões de projetos, espaço e acidentes domésticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 1997, Salvador. **Anais ...** Salvador: FAU-UFBa/LACAN, 1997. p. 508.

SANTOS, Mauro. Espaço e qualidade: avaliação pós-ocupação de projetos de habitação popular no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 7., 1998, Florianópolis. **Anais ...** p. 767-772.

SANTOS, Mauro. Requisitos e critérios para a análise e avaliação da eficácia de projetos e programas de habitação popular no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1995, Rio de Janeiro. **Anais ...**, 1995. v. 2, p. 403-408.

SANTOS, Mauro; DUARTE, Gabriel; Castellotti, Flavio. Configuração Urbana e identidade cultural na formação do lugar. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO, 8., 1998, Porto. **Anais ...**

SANTOS, Mauro et al. Representação social da moradia. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, N.10, 2004, São Paulo. **Anais ...**

SEGAWA, Hugo. **Viver coletivamente**: das vilas operárias à Carta de Atenas. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/resenhas/04_resenha.asp. Acesso em: 18 mar. 2005.

SEGURANÇA. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel Mello. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss; Objetiva; 2001. 1 CD-ROM.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Elvan. **Matéria, idéia e forma**: uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

SILVA, Helga Santos da. **Arquitetura para habitação popular**: a apropriação dos espaços no conjunto habitacional Mendes de Moraes (Pedregulhos). Dissertação (Mestrado em ciências em Arquitetura)--Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURA, Luiz Fernando Rangel. Aids e estudantes: a estrutura das representações sociais. In: JODELET, Denise; MADEIRA, Margot (Org). **Aids e representações sociais**: à busca de sentidos. Natal: EDUFRN, 1998. p. 121-154.

TURA, Luiz Fernando Rangel; MADEIRA, Margot Campos; GAZE, Rosângela. Representações sociais das hepatites virais e suas implicações nas práticas educativas de prevenção. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 195-227, jul./dez. 2002.

USO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss; LOCAL: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

VERGÉS, P. L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. **Bulletin de Psychologie**, t. 45, n. 405, 1992.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene-Emmanuel. **Histoire de l'habitation humaine**. Paris: Hetzel, 1980.



OPINIÃO E PERFIL DOS MORADORES

Pág. 1/2

Q U E S T I O N Á R I O

Pesquisador(a): Eliane Data: 15 / 03/ 2006 Bloco: XX Unidade habitacional nº. XX Questionário nº. XX

Parte 1: Representações Sociais

01. Diga **4** palavras que vêm à sua mente quando escutar a palavra **MORADIA**. E na sua opinião, quais as **2** mais importantes? **Justifique** sua escolha.

Parte 2: Avaliação dos Espaços

02. Qual o lugar do seu apartamento que você mais gosta? Por que?

03. Qual lugar do seu apartamento que você menos gosta? Por que?

Parte 3: Conforto / Segurança / Tranqüilidade

04. Na sua opinião, o que é morar com conforto?

05. Na sua opinião, o que é morar com segurança?

06. Na sua opinião, o que é morar com tranqüilidade?

RESIDENCIAL XAVANTE II

PALAVRAS EVOCADAS

MARÇO DE 2006

MINHA-CASA	MEU-LAR	*RESIDENCIA	*CONFORTO
MINHA-CASA	*LAR	*RESIDENCIA	DIFICULDADE
RESIDENCIA	*LAR	CASA	*SEGURANCA
RESIDENCIA	*LAR	*CASA	AMBIENTE-DE-TRABALHO
CASA	*LAR	RESIDENCIA	*MORADIA
CONFORTO	*SEGURANCA	*LIMPEZA	MANUTENCAO
*LAR	CASA	RESIDENCIA	*MEU-TRABALHO
MINHA-CASA	*MEU-LAR	RESIDENCIA	*CONFORTO
SEGURANCA	*CASA-PROPRIA	TRANQUILIDADE	*CONFORTO
TRANQUILIDADE	AMIZADE-DOS-VIZINHOS	SEGURANÇA	PROXIMIDADE-DO-COMÉRCIO
SEGURANCA	AMIZADE-DOS-VIZINHOS	CASA-PROPRIA	PROXIMIDADE-DO-COMERCIO
LIVRE	*BEM-ESTAR	FAMILIA	*SEGURANCA
SEGURANCA	PAZ-SOCIAL	TRANQUILIDADE	PROXIMIDADE
*LAR	*FAMILIA	SEGURANÇA	CONFORTO
*FAMILIA	*SEGURANCA	ESGOTO	SAUDE
*FAMILIA	*UNIAO	BEM-ESTAR	CONFORTO
TRANQUILIDADE	ESPACO	*CONFORTO	*BELEZA
*CONFORTO	*SEGURANCA	FAMILIA	PAZ
*FAMILIA	LAZER	*SEGURANCA	PAZ
*CASA	LAR	RESIDENCIA	*CONFORTO
CONFORTO	SEGURANCA	*FAMILIA	*PAZ
*AMOR	PACIENCIA	ESPERANCA	*FE
*FAMILIA	LAZER	SEGURANÇA	*FELICIDADE
*SEGURANCA	CONFORTO	TRANQUILIDADE	*HARMONIA
*TRANQUILIDADE	LOCALIZACAO	ESPACO	*VENTILACAO
*SEGURANCA	SANEAMENTO-BASICO	*TRANQUILIDADE	*HARMONIA
QUALIDADE-DE-VIDA	*SEGURANCA	*TRANQUILIDADE	CONFORTO
*SEGURANCA	*PAZ	TRANQUILIDADE	ESPACO
CONFORTO	*SEGURANCA	*SANEAMENTO	ESTABILIDADE
ESTABILIDADE	SEGURANCA	*CONFORTO	*PRIVACIDADE
*SEGURANCA	TRANQUILIDADE	COMODIDADE	PAZ
*SEGURANCA	FAMILIA	CONFORTO	*PAZ
CONFORTO	*FAMILIA	*PAZ	AMOR
*SEGURANCA	*CONFORTO	TRANQUILIDADE	PAZ
*SEGURANCA	CONFORTO	*HARMONIA	AMOR
*SEGURANCA	*CONFORTO	ESTABILIDADE	TRANQUILIDADE
*SEGURANCA	PRESTACAO	*ESTABILIDAE	TRANQUILIDADE
*SEGURANCA	CONFORTO	*ESTABILIDAE	BEM-ESTAR
CASA	LAR	*SEGURANCA	*CONFORTO
*SEGURANCA	*FAMILIA	ESTABILIDADE	BEM-ESTAR
*SEGURANCA	LAZER	CONFORTO	AMIZADE
RESIDENCIA	*CONFORTO	LAR	*FAMILIA
LAR	*CASA	*CONFORTO	MINHA-RESIDENCIA
*LAR	*CASA	CONFORTO	MORADIA
*CASA	*LAR	RESIDENCIA	CONFORTO
*BEM-ESTAR	TRANQUILIDADE	PAZ	*CONFORTO
*SEGURANCA	CONFORTO	*TRANQUILIDADE	LAR
*CONFORTO	ADEQUADO-PARA-MORAR	*BEM-ESTAR	APARTAMENTO

CASA
CONJUNTO
*SEGURANCA
*CONFORTO
ESPACO
*LOCALIZACAO

*BOA

CONFORTO
LAZER
CONFORTO
SEGURANCA
ACABAMENTO
*SEGURANCA

*PROPRIA

*SEGURANCA
*SEGURANCA
*CASA
SAUDE
*SEGURANCA
TRANSPORTE

SOSSEGO

*PAZ
*TRANQUILIDADE
MANSAO
*TRANQUILIDADE
*PRIVACIDADE
DISTANCIA-DO-CENTRO

BEM-LOCALIZADO

RESIDENCIAL JAÇANÃ

PALAVRAS EVOCADAS

*LAR	CASA	*RESIDENCIA	MEU-APARTAMENTO
MINHA-RESIDENCIA	*MINHA-CASA	MEU-LAR	*MEU-AMBIENTE-DE-TRABALHO
*MEU-TRABALHO	MINHA-CASA	*MEU-LAR	MINHA-RESIDENCIA
*MEU-TRABALHO	*MINHA-CASA	MEU-LAR	MINHA-RESIDENCIA
*CASA	*LAR	RESIDENCIA	MINHA-CASA
*MEU-TRABALHO	*MINHA-CASA	MEU-LAR	MINHA-RESIDENCIA
CASA	*LAR	RESIDENCIA	*MORADIA
VIZINHANCA	COMUNIDADE	FAMILIA	AMIZADE
*SEGURANCA	*CIDADANIA	CONFORTO	HIGIENE
*SEGURANCA	CONFORTO	MOVEIS	*FAMILIA
*SEGURANCA	CONFORTO	*LAR	TRANQUILIDADE
*SEGURANCA	*CONFORTO	LOCOMOCAO	ESPACO
*QUARTO	*COZINHA	SALA	BANHEIRO
CONFORTO	*FAMILIA	*SEGURANCA	AMOR
CONFORTO	FELICIDADE	*SEGURANCA	*PAZ
*CONFORTO	*ESTABILIDADE	PAZ	TRANQUILIDADE
PAZ	*SEGURANCA	FELICIDADE	*CONFORTO
*SEGURANCA	*PAZ	TRANQUILIDADE	CONFORTO
PAZ	*SEGURANCA	*TRANQUILIDADE	CONFORTO
SEGURANCA	*CONFORTO	PAZ	*ESTABILIDADE
PAZ	*SEGURANCA	*TRANQUILIDADE	CONFORTO
BEM-ESTAR	CONFORTO	*SEGURANCA	*ESTABILIDADE
CONFORTO	LOCALIZACAO	SEGURANCA	VALORIZACAO
BEM-ESTAR	*SEGURANCA	MEIO-AMBIENTE-LIMPO	*VIZINHANCA-AMIGA
TRANQUILIDADE	*SEGURANCA	*AMBIENTE-AMIGAVEL	LAZER
*SEGURANCA	*TRANQUILIDADE	LAZER	VIZINHANCA-AMIGA
PAZ	*AMIZADE	*SEGURANCA	LAZER
*SEGURANCA	AMIZADE	TRANQUILIDADE	*PAZ-SOCIAL
*SEGURANCA	TRANQUILIDADE	LAZER	*CASA-PROPRIA
LAR	ESTRUTURA	*COLETIVIDADE	*SEGURANCA
*ABASTECIMENTO-DE-AGUA	RUAS-LIMPAS	*ESGOTO	LUZ
CONFORTO	SEGURANCA	*PRIVACIDADE	*TRANQUILIDADE
CASA	*APARTAMENTO	CONDOMINIO	*TRANQUILIDADE
ABRIGAR	*UNIAO-FAMILIAR	CONVIVENCIA	*FELICIDADE
PROPRIA	SEM-TETO	*UM-BEM-CARO	*A-MINORIA
LAR	CONFORTO	*SEGURANCA	*TRANQUILIDADE
*CASA	ESPACO	*SEGURANCA	TRANQUILIDADE

Conjuntos: Residencial Xavante II e Residencial Jaçanã.
Tabela de comparação dos principais dados analíticos

DISCRIMINAÇÃO	CONJUNTOS		
	UNID.	XAVANTE II	JAÇANÃ
Número de Unidades 1Q	U	—	12
Número de Unidades 2Q	U	48	22
Número de Unidades 3Q	U	48	22
Total de Unidades	U	96	56
Área total das unidades construídas	M ²	7.322,00	3.393,92
Área total construída de unid.de 1Q	M ²	—	519,72
Área total construída de unid.de 2Q	M ²	3.062,40	1.261,92
Área total construída de unid.de 3Q	M ²	4.269,60	1.612,28
Preço da unidade de 1Q	R\$	—	15.887,74
Preço da unidade de 2Q	R\$	21.747,88	21.844,00
Preço da unidade de 3Q	R\$	29.914,06	29.275,54
Preço /m2 da unidade 1Q	R\$	----	366,83
Preço /m2 da unidade 2Q	R\$	340,87	380,82
Preço /m2 da unidade 3Q	R\$	468,87	399,72
Prestação unidade 1Q	R\$	—	187,36
Prestação unidade 2Q	R\$	297,66	271,00
Prestação unidade 3Q	R\$	407,03	381,77
Área unidade de 1Q	M ²	—	43,31
Área unidade de 2Q	M ²	63,80	57,36
Área unidade de 3Q	M ²	88,85	73,24

* Reais em valores históricos

Fonte: COHAB-PA.

Obs:

1. Ambos os casos foram subsidiados com recursos do Governo do Estado que entraram na ordem de 28%, principalmente para cobrir serviços de infra-estrutura urbana. Os resultados acima já consideram tal subsídio.
2. Prazo de financiamento = 18 anos
3. Programa Habitacional para Servidores Públicos – PROHAB x Programa da Caixa Econômica Federal PROCRED para classes de renda familiar: entre 6 a 20 SM